

SANDRA DE FÁTIMA KÜGER GUSSO



**EDUCAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO, PRINCIPAIS MOTIVOS PARA
O SURGIMENTO DAS ESCOLAS PROTESTANTES DE ORIGEM
ÉTNICA ALEMÃ EM CURITIBA.**

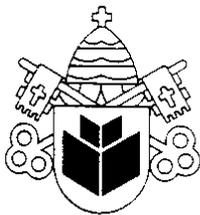
Um estudo de caso do Colégio Internacional e da Escola do Boqueirão

Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.(a) Dr. (a) Maria Elisabeth B. Miguel.

U15
318
1982e
2001
011

CURITIBA

2001



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Centro de Teologia e Ciências Humanas
Área de Educação
Mestrado em Educação

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO, DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ.

Exame de Dissertação n.º 211

Aos desesseis dias do mês de março de dois mil e um, realizou-se a sessão pública de defesa de dissertação "EVANGELIZAÇÃO E EDUCAÇÃO, PRINCIPAIS MOTIVOS PARA O SURGIMENTO DAS ESCOLAS PROTESTANTES DE ORIGEM ÉTNICA ALEMÃ EM CURITIBA - Um estudo de caso do Colégio Internacional e da Escola do Boqueirão", apresentada por Sandra de Fátima Kruger Gusso, ano de ingresso 1997, para obtenção do título de Mestre. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes professores:

MEMBROS DA BANCA	ASSINATURA
Prof.ª Dr.ª Maria Elisabeth Blanck Miguel	<i>M. E. Miguel</i>
Prof. Dr. Ivo José Both	<i>I. Both</i>
Prof. Dr. Deoclécio Antonio Scherer	<i>Deoclécio A. Scherer</i>

De acordo com as normas regimentais a Banca Examinadora deliberou sobre os conceitos a serem atribuídos e que foram os seguintes:

Prof.ª Dr.ª Maria Elisabeth Blanck Miguel	Conceito <u>4</u>
Prof. Dr. Ivo José Both	Conceito <u>4</u>
Prof. Dr. Deoclécio Antonio Scherer	Conceito <u>A</u>
	Conceito Final <u>A</u>

Observações da Banca Examinadora:

O trabalho deve ser entregue em dois artigos e seus anexos.

Lilian A. Wachowicz
Prof.ª Dr.ª Lílian Anna Wachowicz
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Educação

AGRADECIMENTOS

O meu especial agradecimento é para Deus, que me capacitou e me ajudou durante toda a trajetória de pesquisa até chegar à conclusão deste trabalho. A Ele toda honra e toda glória.

Agradeço à minha professora e orientadora Maria Elisabeth Blanck Miguel, que com paciência soube me conduzir nesta jornada da pesquisa científica.

Ao meu marido Antônio Renato Gusso pelo incentivo, apoio e interesse pelo trabalho e pela conclusão do mesmo.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar, o desenvolvimento da educação protestante de origem étnica na sociedade curitibana, no final do século XIX e início do XX. Para atingir o que se pretende, foram selecionadas duas escolas particulares por apresentarem características peculiares: a Escola do Boqueirão e o Colégio Internacional. Dessas instituições de ensino serão destacados a origem e o funcionamento das atividades educacionais. No contexto histórico da educação paranaense investigou-se as principais leis e decretos que regulamentavam o ensino da época, bem como de que forma as escolas selecionadas para a pesquisa se posicionaram diante das exigências legais estabelecidas pelo Governo com relação ao movimento de nacionalização.

Utilizou-se, como metodologia de pesquisa, o método histórico bibliográfico por estar mais coerente com a proposta de estudo.

A educação protestante foi uma conquista que começou com a vinda dos imigrantes americanos e europeus para o Brasil. De início não teve a mesma repercussão que as escolas confessionais católicas, mas à medida que o protestantismo foi sendo implantado no país, novas opções religiosas e educacionais foram se abrindo para a população que crescia rapidamente.

Em Curitiba surgiram, entre os dois séculos, algumas denominações religiosas do ramo protestante, e com elas, algumas escolas particulares de origem étnica alemã, o Colégio Internacional, em 1896, dirigido por missionários da Igreja Adventista do Sétimo Dia e a Escola do Boqueirão, em 1936, pela comunidade dos Irmãos Menonitas. Essas escolas se organizaram dentro de um contexto histórico favorável à expansão do ensino secular no estado paranaense. Destacaram-se na cidade de Curitiba, por apresentarem uma proposta pedagógica apropriada para os filhos de imigrantes europeus e por utilizar métodos diferentes (praticados na Alemanha) do tradicional ensino nacional. Por motivos diferentes, as duas escolas tiveram suas atividades pedagógicas interrompidas por algum tempo, reabrindo anos mais tarde, seguindo os mesmos ideais do início e dentro da legislação estabelecida pelo governo estadual.

O contexto histórico e cultural do Paraná, a imigração alemã e a implantação do protestantismo na sociedade curitibana, foram temas abordados neste trabalho e importantes para dar subsídios à elaboração da pesquisa. Além destes assuntos, as questões relacionadas com a prática educativa desenvolvida nas escolas da época mostram a realidade das escolas particulares e públicas do período mencionado.

Depois de um longo período de pesquisa em fontes primárias e secundárias, visitas aos estabelecimentos de ensino selecionado e diante do que foi abordado no trabalho, chegou-se a algumas considerações finais, as quais respondem aos objetivos da pesquisa.

A B S T R A C T

This work has the objective of presenting the development of the Protestant education of ethical origin in the curitibana society, in the end of the century XIX and beginning of the XX. To reach what it is intended, two private schools were selected for presenting peculiar characteristics: the Boqueirão School and the International School. Of those institutions will be outstanding the origin and the operation of the educational activities. In the historical context of the paranaense education the main laws and ordinances that regulated the teaching of the time were investigated, as well as the forms the schools selected for the research were positioned before the legal demands established by the Government to the nationalization movement.

It was used, as research methodology, the bibliographical historical method for being more coherent with the study proposal.

The Protestant education was a conquest that began with the American and European immigrants coming to Brazil. In the beginning it didn't have the same repercussion that the Catholic School have had, but as the Protestantism was implanted in the country, new religious and educational options were presented to the population that grew quickly.

In Curitiba, between the two centuries some religious dominances of the Protestant branch were born, and with them, some schools peculiar of German ethnic origin, the International School, in 1986, directed by missionaries of the Adventist Church of the Seventh Day and the Boqueirão School, in 1936, by the Menonitas Brothers Community. Those schools were organized in a favorable historical context in the expansion of the secular teaching in the paranaense state. They stood out in the city of Curitiba, for presenting a pedagogic proposal adapted for the European immigrants children and for using different methods (practiced in Germany) of the traditional national teaching. For different reasons, the two schools had its pedagogic activities interrupted for some time, reopening years later, following the same ideals of the beginning according to legislation established by the state government.

In the historical and cultural context of Paraná, the German immigration and the implantation of the Protestantism in the curitibana society, were themes approached in this work and important to give subsidies to the elaboration of the research. Besides these subjects, the points related to the educational practices developed in the schools of the time show the reality of the private and public schools of the mentioned period.

After a long research period in first and second sources, visits to the selected establishments and before what it was approached in the work, some final considerations were reached, as answer to the objectives of the research..

SUMÁRIO

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES	viii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	6
1.2. OBJETIVOS	8
1.3. JUSTIFICATIVA	9
1.4. METODOLOGIA	16
2. CAPÍTULO I	17
1. Contexto Histórico e sociocultural do Paraná	17
2. A Imigração Alemã em Curitiba	62
3. CAPÍTULO II	87
3.1. O Protestantismo Histórico na Sociedade Brasileira	87
3.1.1. Os Adventistas do Sétimo Dia	109
3.1.1.1 Origem	109
3.1.1.2. Doutrinas Fundamentais	110
3.1.1.3. Educação	111
3.1.2. Os Menonitas	116
3.1.2.1. Origem	116
3.1.2.2. Doutrinas Fundamentais	118
3.1.2.3. Educação	120
4. CAPÍTULO III	122
4.1. Escolas Protestantes de Origem Alemã	122
4.1.1. Escola do Boqueirão	122

4.1.1.1. Origem	122
4.1.1.2. Prática Pedagógica	132
4.1.1.2.1. Filosofia	132
4.1.1.2.2. Metodologia	132
4.1.1.2.3. Currículo	133
4.1.1.2.4. Ensino Religioso	136
4.1.1.2.5. Corpo Docente	136
4.1.2. Colégio Internacional de Curitiba.....	138
4.1.2.1. Origem	138
4.1.2.2. Prática Pedagógica	147
4.1.2.2.1. Filosofia	147
4.1.2.2.2. Metodologia	149
4.1.2.2.3. Currículo	150
4.1.2.2.4. Corpo Docente	150
4.2. Características Comuns entre os Colégios	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	161
FONTES DOCUMENTAIS	165

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Sr. Henrich Loewen, primeiro professor	123
FIGURA 2 - Escola do Boqueirão em 1936	124
FIGURA 3 - Jardim de Infância da Escola do Boqueirão	126
FIGURA 4 - Turma de Alunos de 1953	127
FIGURA 5 - Turma de Formandos	129
FIGURA 6 - Equipe Técnica-Pedagógica de 1996	131
FIGURA 7 - Primeiro Prédio do Colégio Internacional	140
FIGURA 8 - Professor Pastor Kramer.....	142
FIGURA 9 - Segundo Prédio do Colégio Internacional	143
FIGURA 10 - Palacete Wolf	144
FIGURA 11 - Primeira Turma de Alunos do Palacete Wolf.....	144
FIGURA 12 - Atual Colégio Curitibano Adventista de Curitiba	147
FIGURA 13 - Alunos - Professores - Lema	148
FIGURA 14 - Boletim de um ex-aluno de 1902	149

1. INTRODUÇÃO

Ao observar os relatos da história da educação brasileira, o pesquisador pode perceber que existiram escolas de diferentes origens. Muitas delas, inclusive, ofereceram programas educacionais com base em princípios étnicos e religiosos, como por exemplo as escolas protestantes de origem alemã.

Em cada período da história, surgiram na sociedade brasileira diferentes tipos de necessidades; estas estavam relacionadas: às áreas sociais, econômicas, políticas, religiosas e, conseqüentemente, educacionais. Todas, de certa forma, refletiram na população que almejava por melhores condições de vida. Na área educacional foram abertas novas escolas para tentar resolver os problemas de ordem sociocultural dos diferentes grupos. No período imperial, por exemplo, alguns estabelecimentos de ensino foram abertos para suprir, principalmente, as necessidades da Corte. Outros, no período republicano, surgiram com propostas inovadoras sob a influência de missionários americanos favorecendo um rápido progresso no desenvolvimento educacional (AZEVEDO, 1996, p. 611).

As escolas protestantes apareceram no cenário brasileiro no final do período imperial. Com elas, novas práticas pedagógicas começaram a ser implantadas. A partir daí destacaram-se, então, dois tipos de instituições de ensino: o ensino confessional católico e o ensino confessional protestante (AZEVEDO, 1996, p. 573). A educação é denominada confessional quando é dirigida por instituições de ordens religiosas com o apoio do governo, sem fins lucrativos. Por exemplo, a Igreja Católica através de seus líderes fundavam e dirigiam escolas em suas paróquias ou em outros lugares. Os protestantes de várias denominações (metodistas, batistas, presbiterianos, adventistas, menonitas) também fundavam escolas em suas igrejas ou em localidades próximas.

Um dos fatores que contribuiu para a proliferação de escolas protestantes no país, onde a religião católica dominava não só as questões espirituais mas também as educacionais, foi a vinda dos imigrantes, dos quais uma grande parte era formada por protestantes. Os missionários que vieram para cuidar da vida espiritual de suas comunidades logo perceberam a dificuldade que enfrentariam com relação à educação secular; pois eles também eram encarregados de administrá-la nos lugares onde não havia escolas. Mesquida, ao falar sobre os imigrantes protestantes e a educação, diz que em 1820 os imigrantes de origem suíça¹ e alemã encontraram sérias dificuldades com relação à instrução escolar para seus filhos. A partir de 1860 os missionários norte-americanos, percebendo a significativa presença da educação católica na sociedade brasileira e pensando na formação de seus filhos, criaram escolas. Entre 1861 e 1869, foram concedidas seis autorizações para os protestantes exercerem o ensino no Oeste paulista (MESQUIDA, 1994, p.65,66), uma das primeiras regiões do Brasil a desenvolver o ensino protestante.

O surgimento das primeiras escolas protestantes que exerceram influência na sociedade no século passado foram ainda, segundo este autor, as seguintes: “em 1869 a Igreja Presbiteriana fundou em Campinas o Colégio Internacional. Em 1876, foi criada, em Santa Bárbara, a primeira escola elementar para as crianças dos imigrantes. Em 1872, a Igreja Presbiteriana norte-americana fundou em São Paulo a Escola Americana, embrião da Universidade Mackenzie” (1994, p.66). A partir daí, houve uma sucessão de escolas protestantes em diversos estados por onde se fixaram os imigrantes, principalmente americanos e alemães. Como diz AZEVEDO, essas e muitas outras escolas do ramo protestante trouxeram contribuições significativas para a época, dentre elas a introdução de classes mistas (classes para meninas e meninos), e novas práticas pedagógicas sob a influência da educação americana e alemã (1996, p.613).

Desde o início da colonização, a religião predominante na sociedade brasileira foi a católica. Conseqüentemente, a educação estabelecida pelos jesuítas foi de grande

¹ Os suíços aqui mencionados eram os alemães que, ao entrarem no Brasil vindos pela Suíça, eram considerados como suíços.

influência no ensino brasileiro por muito tempo. A situação se modifica com a sua expulsão, com a abertura de escolas públicas e com a vinda dos imigrantes e dos missionários protestantes. Isto trouxe mudanças profundas no quadro social e cultural brasileiro. Quanto à expansão das escolas protestantes, vale lembrar que isso foi possível devido a falta da instrução pública para os filhos de imigrantes. Um outro fator que contribuiu para a abertura dessas escolas foi a implantação do protestantismo no Brasil, o qual chegou dentro de um momento histórico favorável; pois com a imigração vieram as denominações² protestantes históricas européias e norte-americanas (REILY, 1993, p. 166). Segundo RAMALHO, outros fatores também favoreceram a penetração do protestantismo no Brasil como, por exemplo: o acordo do comércio feito com Portugal e Inglaterra; as idéias liberais; o capitalismo dominante na Inglaterra e nos Estados Unidos, com interesses no Brasil (1976, p. 52,53).

Paralelamente à imigração e à implantação do protestantismo no Brasil, outros movimentos como o liberalismo, o positivismo, a maçonaria e o movimento republicano estavam emergindo na sociedade brasileira, provocando mudanças na maneira de pensar e agir da população. Esta situação fez com que o governo tomasse providências para tentar suprir as diversas necessidades sociais, políticas, econômicas e educacionais que surgiam com o crescimento da sociedade.

Os historiadores mostram que foi grande o contingente de imigrantes que chegou ao Brasil no final do século XIX e início do XX. Os americanos se fixaram em várias regiões do Norte e Centro-Oeste. Os que se fixaram na Região Sul foram: alemães, italianos, poloneses e outros de origem européia. WILLENS mostra que ao lado dos 9.882 imigrantes alemães que chegaram ao Brasil, havia 1.649 austríacos, 3.911 russos e 301 poloneses, quase todos de língua alemã (1980, p. 39). Alguns grupos se fixaram em colônias e se espalharam pelo Paraná, na cidade de Curitiba e arredores, outros em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Muitos desses eram de origem religiosa protestante

² Denominação é um termo usado pelos protestantes evangélicos para designar os diferentes tipos de Igreja vindas do ramo protestante, como por exemplo: denominação batista, presbiteriana, metodista, adventista, menonita, etc.

e procuravam se adaptar ao sistema sociocultural da nação hospedeira. Parte do grupo de alemães pertencia ao ramo do protestantismo luterano. Destacou-se por preservar suas características peculiares: a cultura, a religião, a língua e o sistema de interesses de seu país de origem (RAMALHO, 1976, p. 54).

Os problemas que os imigrantes enfrentaram no início da adaptação foram inúmeros. Tanto os que se fixaram nas cidades, como os que se fixaram nas zonas rurais, tiveram problemas com transporte, moradia e falta de escolas. Para os das zonas rurais os problemas eram ainda maiores devido à distância das cidades e a falta de estradas adequadas.

Os imigrantes ao chegarem nas colônias, após receberem suas terras, tinham que providenciar moradia, plantio, estradas e até a instrução para seus filhos. Ao perceberem a dificuldade em enviar as crianças para uma escola, iniciaram as primeiras instruções escolares em casas, contando com a ajuda dos mais velhos. Eles ensinavam o básico para que as crianças aprendessem, pelo menos, a ler, a escrever e a somar; era o chamado ensino doméstico. Na maioria das comunidades onde havia escolas protestantes, o ensino era realizado nas igrejas e os pastores eram os responsáveis por ele. (ROCHE, 1969, p.664,665). Essas escolas eram chamadas de escolas paroquiais. O ideal era que as crianças freqüentassem uma escola pública para aprenderem a língua portuguesa através da socialização com outras crianças, mas isso nem sempre era possível devido à falta de escolas e à distância que existia entre as comunidades de imigrantes.

Em várias capitais onde a influência do protestantismo já havia se estabelecido, com o apoio do governo e dos imigrantes, estes procuraram garantir seus direitos de liberdade religiosa e de educação. No Sul, como nas demais regiões por onde se espalharam, os estrangeiros, mais especificamente em Curitiba, os protestantes de origem alemã, tiveram grande participação na propagação do ensino secular criando escolas particulares comunitárias. Os missionários desenvolveram atividades pastorais e de ensino. Como acontecia nas colônias de imigrantes americanos em São Paulo, "o pastor tinha a tarefa de encorajar a criação de escolas em suas paróquias e garantir a seriedade

do ensino ministrado, de tal forma que elas granjeassem a confiança do povo” (MESQUIDA, 1994, p.140). Esse também era o pensamento da maioria dos líderes das instituições religiosas que se estabeleceram por outras partes do território brasileiro e desenvolveram o ensino primário para as suas comunidades.

Na história da educação paranaense, mais especificamente na cidade de Curitiba, nota-se que o surgimento das escolas protestantes de origem étnica alemã ocorreu no final do século XIX e início do XX e algumas ainda continuam desenvolvendo suas atividades educacionais preservando seus ideais de origem.

Dentro deste período histórico de implantação de escolas protestantes em Curitiba, destaca-se o de 1886 a 1936, no qual duas instituições de ensino foram abertas para atender às necessidades de suas comunidades religiosas. São elas: o Colégio Internacional, pertencente à denominação adventista e a Escola do Boqueirão, dos chamados irmãos menonitas.

No intuito de verificar o motivo gerador da abertura de escolas e a prática pedagógica realizada nessas escolas é que se propõe desenvolver esta pesquisa. Para tanto, foi necessário estudar o contexto social, político, econômico e educacional da sociedade brasileira nos períodos em que essas escolas surgiram para compreender como reagiram diante das modificações estabelecidas pelas leis que regimentavam a educação brasileira. Como são escolas de origem étnica alemã, achou-se conveniente abordar a imigração alemã em Curitiba; pois foi a partir desse grupo que surgiram diversas escolas no Sul do país. Em se tratando de educação protestante não se pode deixar de considerar a questão do protestantismo como um todo, o qual contribuiu para a proliferação dessas escolas na sociedade brasileira. Diante desse quadro que envolve a educação protestante em Curitiba, o destaque da pesquisa foi para as denominações protestantes adventistas e menonitas, as quais se encarregaram de abrir escolas para suprir as necessidades educacionais de suas comunidades, bem como em contribuir para que o ensino nessas escolas permanecesse, até hoje, funcionando dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação do país e trazendo benefícios culturais para a sociedade. Foi abordada também

a prática pedagógica realizada no Colégio Internacional e na Escola do Boqueirão; pois são escolas com princípios étnicos doutrinários específicos. Para chegar ao contexto histórico em que essas escolas foram organizadas, elaborou-se um capítulo sobre o panorama histórico da educação no Paraná e também sobre a imigração alemã em Curitiba, com o intuito de verificar como os imigrantes alemães aqui se adaptaram e como conseguiram resolver os problemas de ordem educacional diante de uma sociedade em desenvolvimento. Em se tratando de educação protestante, o assunto relacionado à implantação do protestantismo no Brasil não poderia ficar de fora; para tanto, ele é tratado no segundo capítulo deste trabalho. E por fim, chegou-se a algumas conclusões que pensamos ser importantes para a questão estudada.

1.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O Brasil foi desde o início da colonização um país hegemonicamente católico. A Igreja Católica estava encarregada não só das questões espirituais da nação mas, também, das questões educacionais da população. Através da abertura dos portos brasileiros por Dom João VI, foi possível entrarem no país imigrantes vindos de vários lugares, trazendo com eles culturas e religiões diferentes. O quadro social foi-se modificando pouco a pouco com a penetração de idéias e costumes de outros povos. A partir do século XIX, protestantes e católicos disputavam espaço na sociedade brasileira. Diante desta situação, o governo teve que tomar providências de ordem social e política para garantir a permanência e o bem estar de todos no país que estava em desenvolvimento.

Em Curitiba, a presença dos imigrantes, principalmente alemães, era bastante significativa, fato este que favoreceu a abertura de inúmeras escolas comunitárias. Para estudar o desenvolvimento dessas escolas, em especial as de origem protestante alemã, propõe-se pesquisar o assunto mediante os seguintes questionamentos:

PROBLEMA CENTRAL: O que levou ou motivou as igrejas protestantes de origem étnica alemã, adventistas e menonitas de Curitiba, a se interessarem pela educação no início de suas atividades religiosas e como as escolas fundadas por elas se desenvolveram?

PROBLEMAS DECORRENTES:

- 1). Qual foi o contexto histórico da educação paranaense que abrangeu o final do século XIX e início do XX?

- 2). Como ocorreu a imigração alemã no Paraná e como reagiram estes imigrantes diante das exigências legais para a adaptação e o desenvolvimento do ensino?

- 3). Quais as instituições protestantes que fundaram escolas em Curitiba com base na cultura alemã?

- 4). Qual foi o motivo gerador da abertura do Colégio Internacional (adventista) e da Escola do Boqueirão (menonita), e como era a prática pedagógica desenvolvida nessas escolas?

1.2. OBJETIVOS

A presente pesquisa tem como objetivos:

1º.)- Apresentar o contexto histórico da educação paranaense no final do século XIX e início do XX e destacar os regulamentos legais que permitiram a abertura e o funcionamento de escolas protestantes, bem como a prática educacional comum nas escolas.

2º.)- Investigar quais as leis e decretos que favoreceram o ensino particular e quais instituições de ensino sofreram conseqüências do movimento de nacionalização.

3º.)- Verificar como o movimento de nacionalização influenciou as escolas de origem étnica religiosa.

4º.)- Investigar como foi a chegada dos alemães, em especial na cidade de Curitiba e como eles se adaptaram à nova pátria.

5º.)- Verificar como o protestantismo chegou ao Brasil e quais denominações protestantes se organizaram em Curitiba no período da pesquisa.

6º.)- Pesquisar a origem e o funcionamento das escolas protestantes alemãs em Curitiba, em especial o Colégio Internacional e a Escola do Boqueirão.

1.3. JUSTIFICATIVA

A educação é um dos aspectos mais importantes no desenvolvimento de uma nação. Está inserida em um processo histórico, que é dinâmico, vivo, sempre em modificações. Hoje, para entender as questões que envolvem a educação nos seus diferentes aspectos, é preciso resgatar o passado, verificar as situações em que o ensino estava inserido. Estudos têm sido realizados no campo educacional, porém, no que se refere à educação protestante, ainda é uma área restrita. Daí a necessidade de maior investigação.

O envolvimento profissional da pesquisadora com instituições de ensino protestantes despertou-lhe o interesse em conhecer a origem e a prática pedagógica das primeiras escolas protestantes que surgiram em Curitiba. Percebeu-se que um assunto como este apresenta relevância científica, pelo fato de que existe pouco material ou estudo no que diz respeito à educação protestante, principalmente, no caso específico como o que se pretende estudar. E o que se espera é descobrir a origem e a prática pedagógica dessas escolas, as quais eram na maioria de origem étnica e desenvolveram um programa de ensino fundamentado em princípios doutrinários peculiares. Tinham ainda interesse em preservar a cultura e a língua de origem.

O que caracteriza uma nação são os acontecimentos políticos, econômicos, sociais e religiosos que constantemente influenciam a sociedade e vão marcando época. Na história da educação brasileira, por exemplo, houve momentos em que essas questões influenciaram também no desenvolvimento educacional. Prova disso é o que aconteceu com as escolas chamadas "alemãs". Essas sofreram conseqüências significativas durante o movimento de nacionalização³, devido ao uso da língua estrangeira. Um estudo para verificar como enfrentaram esse problema e outros de

³ Podemos dizer, com base em OLIVEIRA, (1990) que o movimento de nacionalização foi um movimento nacional que surgiu na sociedade brasileira desde o final do século XIX com objetivo de defesa ao país, de liberdade e de organização democrática. Os nacionalistas almejavam um ideal universalista. Os elementos básicos que constituem o nacionalismo são: o valor à terra, à língua, à religião e aos costumes de um povo.

ordem pedagógica e administrativa trará contribuições para a história da educação protestante paranaense.

Como já foi dito anteriormente, no período imperial, a abertura dos portos por D. João VI trouxe benefícios econômicos e culturais para o país. Facilitou a entrada de imigrantes e missionários vindos de vários lugares, principalmente da Europa e da América. Os imigrantes missionários que chegaram ao Paraná, em particular na cidade de Curitiba, pertenciam a diferentes ordens religiosas. Eles forneciam assistência espiritual para os diferentes grupos étnicos. Os missionários tinham não só a tarefa de evangelizar, mas também de orientar sobre a instrução escolar em suas comunidades; pois para eles, evangelização e educação estavam sempre juntas. RAMALHO deixa bem claro essa questão quando mostra que:

O programa educativo é uma das primeiras e mais importantes expressões da obra missionária. A natureza e a profundidade das mudanças que se introduz na sociedade não condizem com o analfabetismo dos conversos nem com a pouca instrução reinante. É necessário que o protestante seja capaz de, pelo menos, ler a bíblia e certa literatura religiosa, e a comunidade global deve valorizar e expandir a educação, considerada a mola principal de ascensão social. (1976, p. 69).

A partir de uma visão panorâmica da situação do país no final do século XIX, percebeu-se que houve diversas modificações na sociedade brasileira causadas pelos acontecimentos sociais, políticos e econômicos: “apareceu o primeiro surto industrial, foi estabelecida uma política imigratória, foi abolido o regime de escravidão, deu início a organização do trabalho livre e com a queda do Império foi inaugurada a experiência de um novo regime político” (AZEVEDO, 1996, p. 604). Tudo isso, de certa forma, modificava a maneira de viver e pensar da população brasileira. No início do século XX, o número de protestantes de origem imigratória era bem expressivo, ao ponto de causar problemas para o governo brasileiro, exigindo deste uma nova postura quanto à legislação, quanto às questões religiosas, quanto às questões sociais e educacionais. Segundo AZEVEDO, a separação da Igreja e do Estado, devido ao conflito teológico e

às idéias positivistas, à liberdade de culto, à influência da educação norte-americana e alemã, contribuíram para o desenvolvimento da educação protestante (1996, p. 610, 611).

Foi neste contexto social, de mudanças e crescimento populacional, acrescido de mais três fatores: “o grau de analfabetismo assinalado, a má qualidade do ensino público e a boa receptividade do imperador à presença protestante”, que, segundo MACHADO (1994, p. 50), contribuíram para a implantação de escolas protestantes no Brasil. As escolas protestantes ofereciam uma nova proposta de ensino, procurando suprir as necessidades educacionais não só dos imigrantes protestantes como também da população em geral, que sofria com a falta de escolas públicas e que almejava por uma educação diferente e melhor.

O regulamento da Instrução Primária e Secundária, fruto da reforma feita por Benjamim Constant, realizada em 8 de novembro de 1890, aprova a abertura de escolas particulares. Esse regulamento diz no Decreto no. 981, artigo 1º, o seguinte: “É completamente livre aos particulares no Distrito Federal, o ensino primário e secundário, sob as condições de moralidade, higiene e estatística definidos nesta lei” (NISKIER, 1989, p. 186).

Desta forma, as escolas que abriram, independentemente da ordem, estavam amparadas pela legislação. Aproveitando seu espaço na sociedade, os protestantes e missionários de diversas ordens religiosas começaram a investir mais na educação. Em Curitiba, a proliferação de novas escolas foi significativa. Conforme se encontra no livro da Prefeitura Municipal, “Curitiba Sem Mestre”⁴, citaremos algumas: em 3/12/1882 foi inaugurada com ajuda filantrópica a Escola Carvalho, na Rua Aquidabam também funcionou neste prédio, a Escola de Artes e Indústria, a qual foi inaugurada em 29/11/1889. Dois anos depois da abertura da Escola Carvalho, foi inaugurado o Colégio Parthernon Paranaense, do Dr. Azambuja; este funcionou até 1890. Em 1892, a

⁴ Informações obtidas na obra *Curitiba Sem Mestre*, editada pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

educadora americana Mary Dascom, com sua colega Dona Elmira Kurl fundaram em Curitiba a Escola Americana. Além dessas escolas, certamente outras instituições de ensino particular foram abertas em Curitiba. Entretanto, o tempo de duração delas era curto; pois ao mesmo tempo que era aberta uma escola, logo outra era fechada, demonstrando assim a instabilidade da situação educacional.

Na década de 90, outras instituições de ensino confessional foram abertas, dentre elas: o Colégio Santo Anjos, em 19/3/1896, dirigido por religiosas vindas da Europa, o Seminário Episcopal e, no mesmo ano, a ordem dos franciscanos fundou o Colégio Bom Jesus, enquanto os adventistas abriram o Colégio Internacional, sob a direção de um missionário alemão (GROSS, 1996, p.19 e 24). O contexto social nesta época era favorável à implantação de escolas, pois a cidade estava crescendo e a presença tanto de imigrantes como da população local estimulava a necessidade da expansão do ensino para atender às dificuldades educacionais.

Sem poder contar muito com o ensino oferecido pelo governo, pela dificuldade da língua ou pela distância, os imigrantes, principalmente os alemães, que já estavam fixados em várias regiões do Paraná e em especial na capital, cuidavam de solucionar o problema educacional de seus filhos fundando estabelecimento de ensino. Porém, o restante da população não tinha muitas opções; os de maiores posses escolhiam as melhores escolas, os de menor poder aquisitivo estavam sujeitos ao ensino público oferecido na época, tendo ainda a distância como fator negativo, dificultando assim, a continuidade dos estudos. A situação era ainda mais grave na zona rural, onde a alternativa para resolver o problema da educação foi a criação de escolas comunitárias. WACHOWICZ, mostra como os imigrantes da zona rural procuraram agir diante da falta de escolas.

Em 1894 – a zona rural estava ocupada por imigrantes europeus, que traziam consigo uma nova mentalidade a respeito da instrução secular. Eram acostumados a providenciar a escola por iniciativa própria (nas terras de origem, no Brasil, crescia mais ainda o motivo para esse cuidado a questão de manter a nacionalidade de origem – costumes, línguas,

religião. No final do século XIX as escolas estrangeiras no Paraná inauguraram um tipo de escola chamada comunitária (1984, p.208).

Os imigrantes entraram no Brasil com uma cultura bem diferente; a grande maioria deles era alfabetizada e percebia a importância da educação para a vida social. Na Alemanha, de onde a maioria deles veio para se fixarem no Sul, o ensino era tarefa do governo, as escolas públicas eram bem desenvolvidas. No Brasil a situação já não era a mesma. No Sul havia poucas escolas em condições de oferecer instrução para as crianças em idade escolar. Além disso, a dificuldade da língua prejudicava ainda mais o ensino. Buscando atender às suas necessidades, os imigrantes de diversas etnias investiram na educação, cada qual tentava preservar suas culturas de origem. Tiveram vantagens no programa de suas escolas, pois procuraram manter um ensino de acordo com o que aprenderam nos países de origem, os métodos e o material didático que utilizavam eram diferentes do método tradicional usado nas escolas públicas brasileiras. As escolas de imigrantes localizadas nos centros urbanos, por ser de mais fácil acesso e por oferecer uma educação mais voltada para a elite da sociedade, eram conhecidas e valorizadas.

A falta de escolas antes da entrada dos imigrantes na sociedade já era uma realidade no Estado paranaense. Observando o aspecto social e econômico no início da Província, nota-se que a sociedade era escravocrata e a mineração era a principal fonte econômica. Desta forma, não havia tanta necessidade de o Estado investir na educação formal, mesmo porque o ensino não era prioridade para o governo. A população ainda era pequena; pois segundo PADIS, em 1854 Curitiba tinha apenas 6.971 habitantes, em 1872 cresceu para 11.730 e em 1890 subiu para 24.553 habitantes (1970, p.32). Mas já no início do presente século, a situação social começou a mudar; agora, o interesse pela educação tornou-se vital para a população, que precisava trabalhar. A maioria era analfabeta e se encontrava em desvantagem para competir no novo mercado de trabalho. Reforçando a idéia já mencionada, juntamente com o desenvolvimento da indústria, do comércio e com o crescimento da população gerado pela imigração e pelas migrações internas, a cidade precisou se adaptar ao novo sistema de vida e pensar de modo

diferente sobre as questões do ensino. Questões estas que deveriam ajudar no desenvolvimento cultural e abririam novas frentes de trabalho para a população que ia crescendo gradativamente diante do progresso nas indústrias do mate, do comércio, e pela imigração.

No início do século XX, houve um crescimento significativo da população paranaense em comparação ao século anterior, segundo HOERNER, "Curitiba possuía em torno de 30.000 habitantes, sendo 24.000 nacionais e 6.000 estrangeiros. (...), abrangia dez municípios, com uma população de 88.000 almas, destas 13 mil estrangeiros." (1984, p. 41). Fato este que provocou também o aparecimento de muitas escolas particulares. Desta forma as questões relacionadas à educação começam a tomar uma outra direção. "O ensino começa a ser organizado em grupos escolares e por séries. Em 1901 - Curitiba tinha 28 escolas públicas, a maioria regida por mulheres e 22 particulares, com o número de alunos maior do que as públicas" (WACHOWICZ, 1984, p. 43 e 67).

Apesar da necessidade de ter uma educação formal organizada para a população, o governo não dedicava maior atenção ao ensino; pois o interesse maior era por questões políticas e para a ocupação dos territórios ainda não ocupados. As literaturas que circulavam na cidade nessa época mostram que o discurso dos líderes de partidos políticos afirmavam nas campanhas eleitorais que havia "escolas para todos", mas na realidade, não havia nem professores disponíveis para suprir as necessidades educacionais da população em geral. As escolas protestantes que estavam funcionando procuravam ser diferentes nos métodos aplicados na prática pedagógica. As das cidades, eram na maioria particulares, bem equipadas e administradas por instituições religiosas e por isso, algumas delas tinham uma melhor popularidade. Porém, para ajudar a resolver o problema da falta de escolas, o governo apoiava as particulares. Segundo WACHOWICZ,

O Governo apoiava as Instituições particulares nos núcleos de imigrantes, surgem escolas subvencionadas particulares, abertas com iniciativa da

comunidade. A condição imposta pelo Governo é de falar e escrever em português. As escolas polacas e alemãs achavam-se instaladas em prédios próprios, bem equipadas, bem diferente das públicas as quais não estavam sendo elogiadas, gerando com isso desigualdade entre as escolas públicas e particulares (WACHOWICZ, 1984, p. 67,68).

Diante da situação sociocultural do nosso país no período mencionado, os imigrantes de origem étnica alemã lutaram contra as dificuldades de adaptação, venceram os desafios, fundaram escolas. Ainda hoje pode-se ver algumas delas desenvolvendo atividades educacionais com sucesso. Em Curitiba, duas escolas de procedência protestante alemã que surgiram no contexto histórico descrito continuam atuando ainda hoje: O Colégio Internacional e a Escola do Boqueirão.

Pretende-se direcionar a pesquisa com o objetivo de apresentar em que contexto histórico essas escolas foram fundadas e como desenvolveram suas práticas pedagógicas preservando seus ideais doutrinários. Espera-se que, mediante o encaminhamento metodológico escolhido para tal objetivo, possamos contribuir para a história da educação protestante realizada em Curitiba, bem como para as referidas escolas, pois até o momento não se tem conhecimento de nenhum trabalho realizado sobre o assunto em questão.

O interesse em realizar a pesquisa não é fazer uma análise crítica dos fatos, mas apresentá-los conforme é narrada pela história da educação protestante realizada em Curitiba em épocas diferentes. Para tanto, o resgate histórico será descrito conforme encontrado nos documentos com algumas considerações. O trabalho caracteriza-se mais por ser uma pesquisa exaustiva do tema.

1.4. METODOLOGIA

Pelo fato de ser um trabalho descritivo e por estar centrado na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, os estudos foram feitos através da pesquisa histórica bibliográfica, com levantamento de dados em fontes primárias e secundárias, tais como: documentos de arquivos, jornais, fotos, periódicos, livros de atas e dados de secretaria das instituições de ensino.

A pesquisa foi realizada, também, através de visitas aos locais onde poderiam ser encontradas informações relevantes à mesma, bem como entrevistas com pessoas que estiveram ou estão envolvidas com o ensino protestante étnico alemão. Sendo assim, através do resgate histórico e de uma bibliografia selecionada sobre a história da educação brasileira que traduza fatos ocorridos em tempos passados, os quais contribuíram para o desenvolvimento sócio-econômico-político e cultural do país, foi possível fundamentar a pesquisa.

De acordo com a metodologia adotada, a pesquisa tomou os seguintes passos: a)- Primeiramente foi feito o levantamento de dados bibliográficos, fontes primárias e secundárias nos arquivos públicos e nas instituições de ensino; b)- Num segundo momento, foram realizadas visitas às escolas selecionadas; e, c)- Na terceira fase, deu-se início à elaboração da pesquisa mediante um roteiro cronológico de assuntos abordados no decorrer da pesquisa. Por fim, apresentamos a conclusão com algumas considerações relacionadas ao objeto da pesquisa.

2. CAPÍTULO I

CONTEXTO HISTÓRICO SOCIOCULTURAL DO PARANÁ

O território do Estado do Paraná é vasto. Seu clima é predominantemente quente no litoral e frio acima da Serra do Mar. O Paraná teve em sua história a ocupação legal de terras distribuídas através de uma política de colonização e concretizada com a vinda de imigrantes, os quais influenciaram no desenvolvimento das diversas áreas da sociedade .

Na trajetória do crescimento populacional alguns aspectos se destacaram. Entre eles estão: a) O ciclo da mineração, o qual foi uma das primeiras fontes de renda do estado, abrindo caminho para que a economia atingisse outros setores da sociedade paranaense; b) A presença dos tropeiros no comércio de mulas, o que possibilitou o surgimento de várias cidades na região dos Campos Gerais; e, c) A chegada dos imigrantes no século XIX, os quais fizeram do Paraná um estado economicamente voltado para a agricultura. O século XX, mais precisamente nos anos 60, se caracteriza pelo progresso tecnológico, avanço industrial, pelo desenvolvimento social, político e educacional, tendo como base econômica o café, a indústria e a organização dos centros urbanos.

Neste processo de colonização e desenvolvimento do território paranaense, a população ainda no período imperial, sofria com a falta de vários recursos sociais, dentre eles, a necessidade de maior número de escolas para dar sólida e geral orientação educacional às crianças. Com a vinda dos imigrantes, a situação se agravou ainda mais; pois era preciso dar boas condições de vida também para aqueles que estavam chegando para somar e fazer parte do povo brasileiro. Além de substituir a mão de obra que estava escassa, eles iriam também ajudar no desenvolvimento da sociedade paranaense. Por isso, era preciso resolver logo o problema de adaptação dessas famílias. Depois de adaptados em várias regiões perceberam, dentre as diversas dificuldades, a precariedade do ensino. Tomaram providências criando suas próprias escolas. Desta forma, ajudaram

não só no desenvolvimento populacional, comercial, mas também no educacional da sociedade paranaense. Nos grupos dos imigrantes, haviam pessoas que eram de origem religiosa protestante e estavam acostumadas com uma cultura onde a formação educacional e espiritual caminhavam juntas. Sentindo a falta de instrução para os seus filhos e aproveitando o amparo legal que o governo lhes asseguravam, conforme o que prescreve a Lei nacional de 15/11/1827 no seu artigo 1º. que assegurava e determinava a “abertura de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos” e no artigo XI “escolas de meninas em todas as cidades e vilas mais populosas” (AZEVEDO, 1996, pg. 553), abriram várias escolas paroquiais (ligadas a uma igreja) ou particulares em diversas regiões. Muitas vezes tinham que formar, por falta de espaço, classes mistas de alunos. Esta situação não era uma prática comum nas escolas públicas, pois a classe dos meninos era sempre separada da classe das meninas. A princípio, as escolas estrangeiras, como eram chamadas, eram destinadas aos filhos de imigrantes, mas aos poucos elas foram se adaptando aos moldes da educação brasileira e abertas também para a população em geral.

Para verificar como surgiram as primeiras escolas protestantes de origem étnica alemã em Curitiba, se faz necessário resgatar da história do Paraná, os aspectos que mais favoreceram o funcionamento dessas escolas. Na sucessão de fatos que ocorreram no período que abrange o final do século XIX e meados do século XX, serão abordados, de uma forma geral, os principais aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos e culturais que contribuíram para a formação do estado, bem como os principais fatores que favoreceram o desenvolvimento da educação brasileira. Serão mencionadas, também nesta parte, as primeiras escolas confessionais protestantes que surgiram no período mencionado.

É importante salientar que as questões educacionais em qualquer região do país estão ligadas às situações políticas, econômicas e culturais da nação. O Paraná não fugiu à regra, pois todas estas situações de certa forma influenciaram no desenvolvimento educacional, provocando mudanças.

Ao pesquisar a situação sociocultural da sociedade paranaense que estava em processo de organização, verifica-se que a sua caminhada histórica pode ser caracterizada pelas constantes transformações políticas e econômicas causadas pelas relações sociais existentes no período selecionado para esta pesquisa. Delimita-se, para este estudo, o período que vai de 1896 a 1953, pelo fato de que nesta época surgiram na capital do Estado do Paraná várias instituições de ensino, dentre estas, algumas escolas confessionais de origem étnica apresentando características peculiares. No entanto, serão apresentadas algumas situações ocorridas na sociedade paranaense antes deste período, as quais são importantes para a compreensão do desenvolvimento educacional ocorrido no Estado do Paraná.

A vida social desenvolvida no Paraná durante o período provincial mostra que houve uma demora significativa na organização e na estruturação do sistema educacional. Isto se deu pelo fato de que a população que ocupava o território paranaense nessa época era pequena e não preenchia o vasto espaço territorial. A distância que existia entre os habitantes das vilas e arredores era grande e dificultava o desenvolvimento urbano; em consequência disso, a instrução formal da população, prejudicada pela falta de escolas, ocorreu de forma lenta.

Nesta época, devido ao modo de produção da sociedade ser escravocrata, não havia tanta necessidade de o Estado desenvolver a educação escolar para todos. Mas desde 1854, com a organização das primeiras escolas públicas, o ensino primário se tornou obrigatório em todo o estado. Para tentar manter as crianças estudando, o governo obrigava os pais a matricularem seus filhos em alguma escola, caso contrário, teriam que pagar multa ao governo. Conforme prescrevia a lei provincial que “estabelece a obrigatoriedade do ensino, a uma légua das escolas públicas, com multa de 10 a 50\$000 para os pais, tutores, curadores ou protetores que não mandassem para as escolas os meninos” (WACHOWICZ, 1984, p. 149). A população parecia não perceber a necessidade e o valor do estudo para o desenvolvimento cultural e social. Em 1885 surge a necessidade de rever a questão da distância e da obrigatoriedade da frequência das crianças nas escolas ficou então estabelecido que para os meninos a distância da

residência até a escola, pública deveria ser de 2km e para as meninas de 1 km (WACHOWICZ, 1984, p. 151). A situação educacional nesta época e as escolas existentes eram deficientes e precárias. A falta de conscientização dos pais somada à falta de investimento e interesse do governo pela educação, não gerava nenhuma motivação para a permanência das crianças nas escolas.

Além da distância, da falta de interesse e de investimento na área educacional, outro fator que retardou o desenvolvimento educacional foi o estilo de vida simples e pacato da escassa população. Como a base econômica era a agricultura, não havia interesse pelas questões educacionais. Esse modo de vida foi percebido pelos viajantes que percorriam a região Sul do país. A Revista da Associação Paranaense de História relata assim a visão que estes viajantes tiveram do povo:

“Os viajantes perceberam uma atitude indolente dos homens diante do trabalho, entregues ao ócio, mais lhes pareciam selvagens. Limitavam-se a uma pequena lavoura e ao extrativismo vegetal ou a pecuária extensiva. Viviam daquilo que a natureza oferecia. A exceção estava no imigrante, especialmente o alemão. Evidenciaram uma ignorância quase que total, não tinham idéias, mal sabiam ler e escrever” (n^o. 14,15, 1987, p.11).

Porém, essa opinião não poderia ser generalizada. Como viajantes, tinham apenas uma visão parcial e uma opinião pessoal do que observavam. Os viajantes ficavam impressionados com a qualidade fértil da terra e divulgavam no exterior tudo que viam por aqui. Fato é, que o trabalho e as observações dos viajantes e dos pesquisadores que por aqui passavam, despertou o interesse da vinda de mais alguns estrangeiros ao Paraná, os quais vieram para ajudar na colonização, no desenvolvimento e no progresso do estado de forma mais acelerado. Contudo, a vinda de muitos estrangeiros para o Brasil só foi possível mediante acordos políticos feitos entre países em que os interesses econômicos estavam sempre presentes.

A influência dos viajantes na divulgação do Brasil nos Estados Unidos foi algo que possibilitou a publicação de 20 livros sobre o Brasil. Com isso, o interesse dos americanos em colonizar as terras férteis brasileiras ia sendo despertado cada vez mais. Esses viajantes eram na maioria missionários, marinheiros e aventureiros que escreveram sobre as aventuras de suas viagens pelo Brasil. Dentre esses, poderão ser mencionado o Rev. Daniel P. Kidder, missionário metodista, Fletcher Ballar S. Dunn, James Mac Fodem Gostom, médico e outros (MESQUIDA, 1994, p.35).

No que se refere à organização social da elite e à formação política e cultural do Estado, WACHOWICZ mostra que esta organização começou a surgir nos Campos Gerais, onde o grau de parentesco era significativo. Porém, no início do desenvolvimento habitacional, a elite campeira não tinha muita expressão política e econômica; pois a distância entre as vilas e povoados tornava-a isolada do resto da nação e região. Ela ainda nos dá uma idéia de como as pessoas viviam em termos de relacionamentos sociais.

As lideranças políticas oligárquicas permaneciam em uma visão externa do mundo político-cultural, acanhados no seu isolamento, fracos no seu poder econômico; a política de clientela acirrava-se nesse ambiente fecha do sobre si mesmo, e as decisões permaneciam no seio das principais famílias e seus agregados, sem que se permitisse o acesso dos pequenos proprietários, muito numerosos (inicialmente luso brasileiro na região do litoral) e posteriormente também imigrantes europeus, na região de Curitiba e do Paraná tradicional em geral” (1984, p.37).

No início do século XIX faziam parte dessa sociedade os grandes proprietários de terras, um grupo social intermediário representado pela figura dos agregados (pessoas livres), os foreiros, o fazendeiro e o assistente, o qual cuidava da administração das fazendas (RITTER, 1982, p.33). No final do século XIX, a vida social já estava mais organizada, pois desde o período imperial até a República, tanto a presença dos imigrantes europeus, com suas culturas e estilos de vida, como o povo nato da região, com sua maneira simples de viver, contribuíram para o avanço da urbanização e da organização de uma sociedade semelhante ao resto do Brasil.

A estatística apresentada pelo historiador Ruy Wachowicz sobre a população paranaense no final do século XIX, em 1890 é a seguinte: “294.491 habitantes, sendo 5,1% de negros, uma das menores porcentagens dentre os Estados brasileiros” (1.968, p. 107). Este pesquisador, ao abordar a influência da abolição da escravidão e do imigrante no Paraná, cita o sociólogo Octávio Ianni para mostrar que na capital houve mudanças em várias áreas da sociedade, como segue:

A partir de meados do século XIX, a configuração econômica, social e humana de Curitiba começa a modificar-se [...]. O problema da entrada de imigrantes europeus e sua distribuição pelo espaço geográfico, é uma das questões permanentes de toda metade do século, entrando pelo século XX. O trabalho escravo perde prestígio progressivamente em consequência das inovações tecnológicas, do encarecimento do preço do cativo, da destruição das morais do regime, da própria eficácia do trabalho de grupos europeus que se dedicam à agricultura em geral [...]. Os imigrantes em ritmo diverso para cada grupo, vão permeando progressivamente a estrutura econômica e social da comunidade ⁵

Conforme visto, a situação da sociedade paranaense começou a mudar em vários aspectos com a chegada dos imigrantes europeus. Estes, em grande maioria, possuíam uma bagagem cultural mais desenvolvida que o normal da população brasileira, muitos deles já vinham alfabetizados de seus países de origem, mas seus filhos necessitavam de instrução formal. Neste processo de integração à nova cultura do país, MIGUEL, fundamentada em fontes históricas, informa que “eles passaram a integrar os grupos populacionais que demandavam por escolas e professores. Tanto na zona rural como na cidade eles valorizavam escolas e professores” (1997, p. 20). Desta forma, o interesse da população, principalmente dos imigrantes, pelo estudo tornou-se mais significativo e necessário. O povo precisava de trabalho, não só na área agrícola, como também na área burocrática ligada ao comércio e à indústria; esta última era mais solicitada nas zonas urbanas. Porém a dificuldade causada pela falta de estudos gerava problemas para a indústria e para o comércio, havia o problema do analfabetismo. O governo precisou, então, adaptar ao novo sistema de vida a instrução pública e oferecer oportunidade para

a sociedade se desenvolver culturalmente. Foram criadas algumas escolas públicas e particulares, dentre estas as escolas de estrangeiros.

Na virada do novo século, um terço do território paranaense já estava ocupado, formando as cidades de: Paranaguá, Curitiba, Castro, Lapa, Guarapuava. Os elementos, ou seja, a população dessas regiões era composta por brasileiros natos e por indivíduos de várias etnias, dentre elas, os alemães, italianos, poloneses e outros que chegaram mais tarde. Eles chegavam pelo porto de Paranaguá e se espalhavam pelas regiões do Sul do país. Existiam dois grupos distintos na composição da sociedade: um grupo pequeno que vivia nas cidades e outro maior que vivia nas colônias, nos arredores e no interior. O grupo das cidades tentava se integrar aos costumes e à língua da nação adotada para poderem obter uma melhor comunicação entre os brasileiros, porém procuravam manter a identidade de origem através dos clubes, escolas, associações, igrejas e estabelecimentos comerciais. Já os colonos que viviam mais isolados nos arredores e no interior, preservavam a cultura, os costumes e a língua de origem. Uma das dificuldades que enfrentavam, como já foi dito, estava relacionada aos seus filhos, que em idade escolar não sabiam ainda falar o português, tendo que os próprios imigrantes cuidar da instrução escolar. Nas colônias, por exemplo, elegiam alguém mais experiente da comunidade para ser o professor. Na cidade, o padre, o pastor e as irmãs eram encarregados de ministrar a instrução escolar das crianças. Outra dificuldade para as crianças estudarem, conforme já visto, era a distância entre as cidades e os povoados, a qual dificultava o acesso às poucas escolas públicas que existiam na época. A falta de estrutura nas vias de acesso de uma região para outra prejudicava a população isolando-a em suas comunidades. “ Até 1939 não havia nenhuma estrada de rodagem ligando o norte do Paraná ao porto de Paranaguá. As diversas regiões permaneciam até certo ponto isoladas, não só por falta de vias de comunicação rápidas e eficientes, mas principalmente o meio geográfico e a falta de mais recursos impedia a integração destas regiões” (KENECHTEL, 1970, p.17).

⁵ IANNI, Octávio. in WACHOWICZ, Ruy. História do Paraná, 1968, p. 108

As modificações nas estruturas: física, social, política e cultural, que surgiram no final do século XIX causadas pela modernização tecnológica da indústria do mate, da madeira, da pecuária e do comércio, em especial na cidade de Curitiba, capital do Paraná, fez com que a partir de 1900 a vida social passasse a ser mais agrária, mais comercial, pois até 1940 o Paraná desenvolvia suas atividades econômicas através da industrialização da erva mate e da pecuária (MACHADO, 1987, p. 112). Só a partir da década de 40, o progresso das cidades atingiu o auge do desenvolvimento com a lavoura de café, a qual tornou-se a principal fonte de renda, gerando migrações que aos poucos foram se estabelecendo no território paranaense, provocando transformações em várias áreas da sociedade, inclusive a educacional.

Tendo em vista as questões educacionais, os estudos nesta área revelaram que, no início do século XX, a partir de uma sociedade econômica e politicamente mais estruturada e de uma maior procura da população por melhores condições de ensino, foi possível organizar um sistema educacional para melhor atender às necessidades da população, que caminhavam rumo ao desenvolvimento. Sendo assim, o governo passou a se interessar mais pela política educacional e a fazê-la funcionar um pouco mais efetivamente. Até então, a instrução era considerada fraca e deixava muito a desejar devido a falta de interesse e de recursos do governo destinados à área educacional. Como desde o início da instrução na Província, a educação escolar das crianças era precária, o professor tinha autoridade para agir conforme as suas possibilidades. Somente mais tarde, conforme pode ser visto nos estudos sobre a relação Professor – Estado feitos por WACHOWICZ, a situação do professor mudou com a nova fase, a de um Estado republicano, em que o governo, ao perceber o desempenho e o trabalho dos professores, com a finalidade de melhorar o ensino, passa a tratá-los como funcionários, assumindo, desta forma, o papel de patrão enquanto os professores assumiam o de empregados. O ensino passa a ser centralizado e hierarquizado (1984, 15).

Dentro do processo de desenvolvimento educacional do Estado, no período em que Curitiba ainda era comarca, para tentar melhorar a educação, foi implantado o ensino secundário, e na ocasião criou-se o Liceu Paranaense, em 1846, pela Lei nº 33 de

13/8/1846 (WACHOWICZ, 1984, p. 185). Mas, este estabelecimento de ensino, por falta de alunos, logo fechou, demonstrando dentre os motivos de ordem política, a desvalorização e o desinteresse da população pelo ensino, pois esta ainda não conseguia perceber a sua importância para o desenvolvimento cultural. Desta forma a educação escolar continuava precária e limitada.

A necessidade de mais escolas para atender à demanda da sociedade vem desde 1869, com o crescimento da população. O governo propôs, então, a criação de colégios particulares. Baseado na “Lei provincial nº 176 de 7/4/1868, expediu um regulamento que autorizava a subvenção da Província a um colégio particular na capital. A exigência para a abertura desse colégio era a seguinte: o professor deverá ser brasileiro, de religião católica” (WACHOWICZ, 1984, p. 191). Condições estas que demonstravam o domínio da religião oficial na sociedade e da preocupação com a nacionalidade brasileira (creio que não com tanto vigor como aconteceu nos anos posteriores). Havia, também, a necessidade de melhorias na qualificação dos professores. Para tentar solucionar algumas dificuldades, em 1870, o governo autorizava a criação de Escolas Normais no Estado. Desta forma, não seria mais permitido contratar professores sem a devida formação pedagógica, a qual deveria ser obtida nas Escolas Normais. Isto demonstra que os professores que estavam atuando não tinham qualificação suficiente. Por falta de alunos, em 1883, a única Escola Normal que existia no Estado fechou, pois ainda não havia, por parte tanto da sociedade como dos professores (leigos), a conscientização da necessidade de qualificação para o exercício do magistério

Devido ao grande número de analfabetos vivendo na sociedade no final do século XIX, preocupado com as questões políticas, o governo divulga o Decreto Federal de nº 3.029 de 9/1/81 “mandando que a partir de setembro de 1882 somente fossem incluídos no alistamento eleitoral, os cidadãos que, tendo as qualidades de eleitor, soubessem ler e escrever: *Compete promover por todos os meios a criação de escolas de instrução primária para adultos, porque nisso está empenhada a liberdade política.* Foram criadas neste ano, 15 escolas para adultos, todas noturnas” (WACHOWICZ, 1984, p. 223). Era mais um tipo de escola que surgia no cenário paranaense, essa

sobretudo com fins políticos. Mais uma vez as questões educacionais ficavam a desejar, principalmente no que se refere à organização do ensino público e à qualificação de professores. O saber escrever para assinar o nome nas épocas de eleições, como pensavam os partidos políticos, não significava que a população estivesse alfabetizada. Era preciso mais instrução e reflexão sobre a realidade social. Como foi mencionado, isso não era tido como prioridade.

Com o apoio da legislação federal para a abertura de escolas particulares, foram criadas, em várias regiões do Brasil e também no Paraná, instituições de ensino particulares, a maioria de ordens confessionais. Segundo WACHOWICZ,

A primeira referência aos diferentes tipos de escolas existentes no Paraná, aparece em 1878, quando o relatório do Diretor Geral apresenta as 93 escolas que estão em funcionamento, dividindo-as em: 75 propriamente provinciais, 4 gerais, 12 particulares e 2 subvencionadas. As primeiras eram as escolas públicas mantidas pelo governo provincial, as escolas gerais eram as subvencionadas pelo governo federal, remanescentes da gratificação dada pelo governo federal a professores que se dispusessem a lecionar nas colônias fundadas também pelo governo federal, as particulares eram mantidas apenas pela iniciativa privada, sem auxílio do governo; e as subvencionadas eram particulares que obtinham auxílio do governo provincial ⁶

O regulamento orgânico da instrução pública, de 1876 apoiava este tipo de convênio, como pode ser observado nos seguintes artigos

Art. 5^o - A instrução primária e secundária será dada gratuitamente.

Art. 6^o - A instrução será difundida: primeiro pelas escolas públicas dos três graus; segundo por colégios e escolas particulares subvencionadas, ou por colégios e escolas particulares não subvencionadas (WACHOWICZ, 1984, p. 204).

⁶ WACHOWICZ, 1984, p. 204

Apesar de constatar a abertura de várias instituições de ensino públicos, particulares e subvencionadas, em vários lugares do estado, o governo não construía prédios destinados ao ensino. Não havia nenhum prédio do governo destinado ao ensino. Era o professor ou o diretor quem se encarregava de alugar o imóvel e de administrá-lo. O primeiro edifício público escolar, em Curitiba, foi construído em 1881 através de doação de particulares; estava localizado na Rua Aquidabam (WACHOWICZ, 1984, p. 137). Essa situação era devido ao fato de que o número de alunos matriculados não era tão grande; por isso, um imóvel “tipo casa” era suficiente para abrigar os alunos. E também porque o governo não investia em benefícios para a expansão do ensino público. A legislação estadual, conforme citada, apoiava as instituições privadas para abrirem escolas. Nesta época o ensino público ainda era precário. Tendo como base os estudos feitos por WACHOWICZ sobre esta situação, ela mostra que as principais dificuldades encontradas eram devidas “à falta de pessoal habilitado para o magistério, disseminação de pouca população por um vasto território, falta de meios materiais, dos pais e das escolas, pouca importância que a população atribuía à cultura da inteligência” (1984, p.44).

Em 1892 surge a primeira reforma para a instrução pública com base na Lei nº 2 de 24/8/1892, mostrando a necessidade de se valorizar o trabalho do professor exigindo deste a formação profissional na Escola Normal e dos municípios assumirem a instrução pública elementar. Até então, o Curso Normal funcionava junto ao Ginásio Paranaense. Para melhorar o nível de ensino e equipara-lo ao nível do Colégio D. Pedro II (parâmetro nacional), saiu em 1906 o Decreto nº 170 de 24/4/1906, que oficializava a separação do Curso Normal do Ginásio Paranaense. Também nesta época, as idéias nacionalistas continuavam a se intensificar na sociedade. Anos mais tarde, em 1908, surge um novo Regulamento de Ensino para apoiar o movimento nacionalista. Conforme o relatório do inspetor escolar da capital citado por WACHOVICZ, era “necessário cuidar do melhoramento do ensino público, conforme os hábitos, temperamentos e inclinações naturais de cada povo, e desprezar idéias e planos que não lhe sejam adaptáveis, pois que tenha cada povo suas feições características, o seu especial *modus vivendi*, as respectivas

leis e regulamentos devem ser o reflexo de suas tradições, necessidades e caráter nacional” (1984, p. 85).

No processo de organização e estrutura do ensino público no Paraná, um dos relatórios da instrução pública mostra que o governo do Estado procurou, desde os tempos provinciais, obedecer os regulamentos da Lei Orgânica da instrução nacional de 15/11/1827. Mas a partir de 1899 a situação do ensino escolar sofre algumas alterações. Pela Lei nº 291 de 14/3/1899 foi concedido ao governo fazer modificações no ensino, conforme relato do: Art. 1º. - “ Fica o Governador do Estado autorizado a rever a legislação relativa a Instrução Pública para adaptá-la a que regula o ensino no *Gymnásio da Capital Federal*, bem como para melhor providenciar sobre a instrução primária instituindo o ensino obrigatório da língua vernácula em todas as escolas mantidas ou subvencionadas pelo Estado” (LEIS. DECRETOS, REGULAMENTOS DO ESTADO DO PARANÁ DE 1899, p. 11).

Existia ainda, desde o final do século XIX, um outro tipo de escola que sofria com a falta de apoio do governo. Eram as chamadas escolas estrangeiras. Essas eram criadas pelas comunidades de imigrantes europeus, para resolver a falta de instrução de seus filhos; pois não havia escolas em todos os lugares. Segundo nos mostra MIGUEL, ao apresentar a situação da falta de escolas, diz que, conforme relatório do Professor César P. Martinez, no Paraná, “ a falta de casas faz-se sentir por toda a parte e, de um modo particular, nos núcleos onde não há população estrangeira. O colono, em geral, principalmente o polaco, o russo e o alemão, compreende a vantagem de uma boa casa escolar, razão por que cuida de construí-la, mediante subscrição”(1997, p.21). Quando precisavam de pessoas para lecionar em suas escolas, pediam ao governo que ajudasse com a presença de um professor. A concessão do governo para o funcionamento dessas escolas só era dada se o professor lecionasse em língua portuguesa e prestasse exames de habilitação para provar que dominava a língua da nação. Porém na maioria das escolas, o interesse em preservar a língua e a cultura de origem eram mais fortes, demonstrando não haver necessidade em aprender a língua portuguesa. O governo, para contornar a situação, procurava fazer remoções de professores, mesmo assim, não

conseguia solucionar o problema; pois os colonos estrangeiros deixavam de enviar seus filhos às escolas públicas, quando o professor não ensinava na língua de origem, preferindo mandá-los para as escolas particulares (WACHOWICZ, 1984, p. 210).

O impasse dessas escolas com o governo era de que algumas escolas estrangeiras eram bem mais organizadas e equipadas pois os recursos para o funcionamento de muitas delas vinham do exterior. Com isso, os imigrantes vindos de uma cultura onde o ensino era mais valorizado, as questões das tecnologias industriais e comerciais eram mais desenvolvidas, faziam comparações entre as escolas particulares, públicas e as estrangeiras. As autoridades de ensino público, ainda que contrariadas com essa situação, pois também percebiam a diferença entre as escolas, não procuravam equiparar-las; pois não tinham nem verbas nem prioridade para investir na educação. O discurso das autoridades públicas nas campanhas políticas nem sempre correspondia à realidade vivida nas escolas; eles diziam: “há escolas para todos”, mas na realidade, havia falta de escolas e professores para suprir a demanda da sociedade. Era um discurso ilusório, porém transmitia uma certa esperança para a população mais carente.

Aparece, no final da década de 90, uma sucessão de mudanças e medidas para a estruturação do ensino. Porém, elas muitas vezes ficavam apenas no papel. Na prática elas não aconteciam como deveriam. Por exemplo, a situação do ensino secundário em 1894 e 1895 era crítica, uma vez que, conforme o Decreto Federal nº 1.389/91, só teria validade a matrícula no ensino superior do aluno que tivesse prestado exame nos estabelecimentos de ensino secundário dos estados que seguissem o programa do Ginásio Nacional. Mas o ensino secundário nesta época estava em decadência, o Liceu já não existia mais. Questões de indisciplina, falta de alunos, equipamentos, ensino fraco, denegriam a imagem deste estabelecimento de ensino (WACHOWICZ, 1984, p. 198). A falta de instrução no nível secundário era uma questão que gerava dificuldades na seqüência dos estudos, principalmente dos alunos que tinham interesse em continuar na escola. Para tentar solucionar este problema, fez-se necessária a reorganização do Instituto Paranaense, o que ocorreu em 1892. Conforme já visto, uniu-se o Ginásio Paranaense à Escola Normal. (WACHOWICZ, 1984, p. 199). Com a Constituição da

República, houve a descentralização do ensino, conforme consta no artigo 35 itens 3º. e 4º.,

Ela reservou à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal, o que conseqüentemente, delegava aos Estados competência para prover e legislar sobre a educação primária. A prática, porém, acabou gerando o seguinte sistema: à União cabia criar e controlar a instrução superior em toda a nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal, e aos Estados cabia criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, que na época, compreendia principalmente escolas normais (de nível médio) para moças e escolas técnicas para rapazes (ROMANELLI, 1984, p.41).

Em 1894, não havia muitos estabelecimentos de ensino público nas regiões do Estado, também não havia uma boa orientação quanto à estrutura e à forma do ensino. O professor continuava a tomar providências para acolher melhor os alunos nas escolas. Para regularizar a criação de mais escolas e a frequência dos alunos nas já existentes, a Lei nº 136 de 31/12/1894, assegurava a criação de escolas, a obrigatoriedade do ensino, a remuneração dos professores e a fiscalização dos distritos (WACHOWICZ, 1984, p. 169). Também o Regulamento Geral para Escolas de Instrução Primária, traz no Capítulo I, Art. 1º. - o seguinte: “ o ensino primário na província será dado em escolas públicas e particulares, as primeiras serão fundadas pelo Governo gratuitamente para todos, salvo a criação de casas de asilo que só serão gratuitos para os indigentes, as segundas por pessoas particulares ou associações com prévia verificação de habilitação e conduta; umas e outras funcionarão debaixo da inspeção do Governo criado para a instrução pública.” (WERNECK, 1978, p.40)

Desta forma, baseado no que prescrevia a lei, o ensino formal foi desenvolvido tanto nas escolas da capital como nas do interior. Na capital, no ano de 1896, foram abertas várias escolas particulares de ordens confessionais, dentre elas: o Colégio Santos Anjos, dirigido por religiosas vindas da Europa, o Seminário Episcopal, o Colégio Bom

Jesus da ordem dos franciscanos e o Colégio Internacional, sob a direção de missionários adventistas alemães (GROSS, 1996, p.19,24).

Conforme o que está apresentado no Almanach do Paraná para 1899 (Arquivo Público da Biblioteca Pública do Paraná), pode-se verificar que as reformulações para melhorar a organização do ensino foram baseadas na Lei no. 191 de 14/2/1896. O conteúdo desta lei está aqui descrito:

Art. 3º. - A instrução pública compreende:

- a). Ensino primário, ministrado nas escolas primárias e dividida em 1º. e 2º. graus misto.
- b). O Ensino Normal, ministrado na Escola Normal da capital.
- c). Ensino secundário, no Ginásio Paranaense ou em outros criados por lei.

Art. 5º. - O Ensino Primário compreende as seguintes matérias:

- a). Primeiro grau: leitura e caligrafia , gramática, aritmética (4 operações), noções de desenho linear, recitação e leitura em voz alta, composição e descrição elementar de cartas, objetos e assuntos da vida comum, ginástica de salão, trabalho de agulha e obras de mão para os meninos.

- As atividades serão durante 5 horas diárias, no inverno começa às 10:00 horas e termina às 3:00 horas da tarde. No verão das 9:00 horas às 2:00 horas.

Parágrafo único - Art. 33 - Não são admitidos à matrícula: as meninas nas escolas do sexo masculino e os meninos nas do sexo feminino, salvo quando for em escolas promíscuas. ⁷

- Os livros são aprovados pelo Governador.

- A leitura da Constituição Política do Estado e da República é obrigatória em todas as escolas primárias do Estado.

- O ensino de segundo grau é de 3 anos e realizado no Ginásio Paranaense.

- O ensino normal será de 3 anos e realizado na Escola Normal, cujo objetivo é o de preparar professores para o ensino primário- O Curso Ginasial é de duração de 7 anos". ⁸

⁷ Escolas promíscuas eram escolas mistas, ou seja de meninas e meninos.

⁸ Almanach do PR. 1899 – Romário Martins. Departamento Estadual de Arquivo Público.

Apesar destas medidas prescritas na lei, não havia a garantia de que na prática elas estivessem sendo aplicadas totalmente; pois em muitos localidades, inclusive no interior as escolas eram precárias. Além das alterações que estavam sendo sugeridas na área educacional, havia também um crescimento significativo da população paranaense, ocasionado pelas políticas de imigração e pelo avanço do café. Fato este que provocou mais mudanças na sociedade e, em consequência disso, o aparecimento de muitas escolas particulares, algumas de origem étnico-confessional (escolas administradas por instituições religiosas de origem estrangeira). Isso levou o governo a tomar novas medidas quanto às questões educacionais e a providenciar uma outra direção para a organização educacional do estado. Já no início do novo século, conforme WACHOWICZ, “o ensino começa a se organizar em grupos escolares e por série. Em 1901 - Curitiba tinha 28 escolas públicas, a maioria regida por mulheres e 22 particulares, com o número de alunos maior do que as públicas” (1984, p. 43 e 67).

Na expansão do ensino através da abertura de escolas, em 1901 passou a funcionar mais um colégio confessional católico em Curitiba, o São José, sob a direção das irmãs da Congregação de São José de Tarentai (Sabóia - França). “As irmãs de São José mantiveram funcionando os seguintes estabelecimentos de ensino no Paraná: o Colégio e Escola Técnica de Comércio São José em Curitiba; o Colégio e Escola Normal e Escola Técnica de Comércio São José; em Castro; Educandário São José, em São José dos Pinhais” (WERNECK, 1978, p.70,71). O ensino dirigido por particulares estava sempre em evidência. Na seqüência, em 1903, mais uma instituição de ensino confessional católico foi aberto, o Colégio da Divina Providência, destinado à formação de professores, dirigido por irmãs alemãs.

Segundo o discurso oficial dos diversos relatórios apresentados pelo Diretor Geral da Instrução Pública do Paraná, sobre a situação do ensino no Estado, estes mostram, por exemplo, que a situação do ensino particular nesta época trouxe preocupações para o governo, principalmente no que refere ao uso da língua alemã nas escolas de origem étnica, conforme expresso nesta citação.

O ensino particular concorre com um bom contingente, especialmente na capital do estado. O que é de lamentar é que, em muitas instituições de ensino particular o ensino da língua portuguesa seja muito descuidado, sendo os exercícios escolares feitos em alemão, italiano e polaco. A nacionalização dos colonos e seus filhos aqui nascidos, com perfeita assimilação de nossa nacionalidade é um problema patriótico que nos preocupa constantemente.⁹

Através dos relatórios expedidos em 1903, foi possível verificar ainda que houve um crescimento tanto no número de escolas particulares, como no de escolas públicas no Estado. Conforme consta nesses relatórios, as matrículas nas escolas públicas primárias atingiram um total de 8.441 alunos; desses, 4.748 eram alunos do sexo masculino e 3.693 do sexo feminino. A freqüência desses alunos, nas escolas, não era regular. Ela deixava muito a desejar, principalmente nas escolas rurais onde, em certas épocas do ano, as crianças ajudavam os pais na lavoura e nos engenhos para beneficiamento do mate. O número de matriculados nas escolas particulares era de 3.288 alunos em todo o Estado.¹⁰

Apesar de algumas escolas particulares se destacarem na sociedade, devido à sua estrutura física e curricular, muitas delas, principalmente as de origem étnica, ainda não conseguiam aderir totalmente ao novo sistema de ensino brasileiro. Daí, a necessidade de se efetivar o movimento de nacionalização também na área do ensino e melhorar a fiscalização dessas escolas. Pois, com a primeira guerra, na opinião de MARTINS, “pela primeira vez o Governo percebe que desleixara criminosamente um setor que deveria ter merecido os seus melhores cuidados: o do ensino.” (1990, p. 368)

Na tentativa de organizar melhor o ensino, uma outra reforma no Regulamento do Ensino Público aconteceu em 1907 pela Lei 723 de 3/4/1907, em que o Poder Executivo autorizava:

⁹Paraná Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário do Interior e da Justiça e Instrução Pública, pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva, Diretor geral da I. Pública, em 31/12/1903, p. 10 e 11.

Art. 1º. - Fica o poder Executivo autorizado a reformar o regulamento da Instrução Pública, que baixou com o Decreto nº 93 de 11/3/1901 nos pontos em que julgar defeituoso ou omissos, admitidos as disposições seguintes:

- A) - O ensino da língua nacional será exigido nas escolas particulares de instrução primária.
- B) - O Governo poderá subvencionar com a quantia mensal de (60\$000) sessenta mil reis as escolas particulares primárias que ministrarem ensino gratuito a vinte (20) alunos, pelo menos, nas vilas e pequenos povoados.

Art. 2º - O ensino público mantido pelo Estado divide-se em:

- 1º. - ensino infantil ministrado no jardim de infância da capital e nos que venham a ser criados.
- 2º. - ensino primário ministrado nas escolas públicas e primárias.
- 3º. - ensino normal ministrado na Escola Normal,
- 4º. - ensino secundário ministrado no Ginásio Paranaense.

Art. 3º. - O ensino particular primário, secundário ou superior e o ministrado nos estabelecimentos de iniciativa particular, mantidos por qualquer pessoa ou associações particulares, será fiscalizado pelo Estado, de acordo com as disposições deste Regulamento.

Art. 4º. - O ensino público é leigo e gratuito e constitui um ramo do serviço público a cargo da Secretaria dos Negócios do Interior e Instrução Pública.

Capítulo IV - Art. 64 - Haverá exames para todos os 5 anos em que é dividido o ensino primário.

Art. 65 - Esses exames são classificados em exames parciais e em finais.

Parágrafo 1º. - São parciais os exames dos 3 primeiros anos e finais dos 4º. e 5º. anos.

TÍTULO VI - Capítulo I - Dos Colégios e Escolas Particulares.

- Art. 209 - É permitido a qualquer pessoa ou corporações nacionais ou estrangeiras, abrir escolas ou colégios particulares, de instrução primária, desde que sejam observadas as disposições deste regulamento.
- Art. 210 - O Diretor de qualquer estabelecimento de ensino primário particular deverá comunicar, ao Diretor Geral da Instrução Pública a abertura do estabelecimento, juntando à comunicação as seguintes informações:
 - 1 - Designação do local e prédio onde funcionará o estabelecimento de ensino, do número de salas e suas dimensões;
 - 2 - Relação de seu mobiliário escolar;
 - 3 - Plano de ensino a executar, bem como horário respectivo;

O crescimento de escolas no Estado se deu pelo fato de que a população também estava crescendo e exigindo cada vez mais melhores condições de vida. Tendo em vista a formação social e cultural do povo brasileiro, o esclarecimento desta questão pôde ser vista por NAGLE ao explicar sobre a sociedade do Brasil na Primeira República; ele mostra que “a imigração foi elemento importante na alteração do mercado de trabalho e das relações trabalhistas e representou nova modalidade de força de trabalho, qualitativamente diferente daquela formada nos quadros da população escravagista. Este fato vai explicar o aparecimento de novos sentimentos, idéias e valores no processo de integração social” (1974, p.24). A descrição do quadro social abordado por Nagle possibilita perceber que o período republicano foi caracterizado por várias transformações em várias áreas da vida dos brasileiros. Essas modificações tiveram repercussão em todas as regiões do país. “No Paraná a política imigratória no último quarto de século abriu espaço para a urbanização, criando colônias ao redor dos núcleos urbanos” (WACHOWICZ, 1984, p. 36). A expansão da população provocou urgências em ampliar também os estabelecimentos de ensino. Como o governo não conseguia suprir a demanda da população por mais escolas, permitiu que particulares investissem na área educacional criando escolas. Surgem, então, mais escolas de diferentes ordens confessionais e escolas de estrangeiros, estas por iniciativa dos próprios imigrantes.

Nos primeiros dez anos do novo século, a sociedade paranaense parecia fervilhar com o surgimento de novas idéias, clubes, instituições e interesses políticos. Os pensamentos e idéias eram divulgados nos seguintes jornais e revistas que circulavam na época: o Dezenove de Dezembro, O Artista, Gazeta de Curitiba, O Paraná, O Paranaense, Diário Popular, Echo Paranaense, O Liberal, Folha do Paraná. Ainda tiveram destaque na sociedade paranaense os jornais estrangeiros, dentre eles: o “Der Beobachter, redigido por Fernando Schneider, Deutscher Zeitung, redigido por Júlio Rask, o L’Italia, redator - Luiz Cantaluppi, Der Kompass, redigidos por frades franciscanos e outros” (MARTINS, 1990 p. 370, 371). Esses, eram os mais importantes meios de comunicação pelos quais a população do Estado tinha acesso às notícias e depoimentos.

Além da concorrência na divulgação de notícias e novidades, havia também, na cidade de Curitiba, neste início de século, escolas católicas e escolas protestantes de origem étnica alemã, que disputavam espaço na sociedade, oferecendo propostas inovadoras na área educacional. “A Deutsche Schule do Pe. Auling, a Evangelische Schule do Sr. Karl Haendler e ainda a Internacional, do Pastor Kramer chamando a atenção para sua específica identidade de “confessionalose”, isto é, sem religião, mas para não assustar, acrescentava que aos sábados haveria instrução bíblica “Privatim”. Tudo indicava que se tratava de uma nova onda da ala esquerda da social democracia anti-religiosa e atéia” (ARNS, 1997, p. 22). A concorrência entre as escolas não era só de ordem educacional mas, também, de ordem religiosa. Pois católicos e protestantes evangélicos conviviam na sociedade paranaense, cada qual disputando seus interesses. Havia nesta época vários tipos de escolas que poderiam suprir as necessidades culturais, morais e espirituais da população. Caberia ao governo saber administrá-las e fiscalizá-las para não fugirem da proposta educacional nacional existente na época.

Na sucessão de acontecimentos na área educacional, em 1904, surge em Curitiba uma novidade, o Jardim de Infância. Uma escola destinada às crianças menores de famílias ricas, preparando-as para serem alfabetizadas na escola primária. A experiência deu certo e logo se percebeu a necessidade de fundar um Jardim de Infância também para os filhos de operários. Foi criado em Curitiba, pelo Dr. Vicente Machado, o Jardim de Infância Emília Erichsen, em homenagem à primeira professora. Este era bem equipado e contava com uma professora bem treinada, pois ela foi buscar qualificação em São Paulo para exercer a função e poder melhor atender as crianças pequenas e prepará-las para as primeiras séries. O Jardim de Infância Erichsen seguia o método de Froebel (WERNECK, 1978, p. 10 e 11). Em 1907, para oficializar e regulamentar o ensino ministrado nos Jardins de Infância, ficou estabelecido que tanto o Jardim de Infância da capital como os demais a serem criados no Estado fariam parte do ensino público. Sobre a legalização para os Jardins de Infância, as normas só vieram a aparecer no Código de Ensino do Paraná elaborado em 1917; neste Código de Ensino foram reservados três capítulos para o ensino infantil, destacando que o objetivo era para

atender as crianças de baixa renda e que a preparação dos professores deveria ser na Escola Normal. (VERDE, 1985, p. 83,84).

Ao verificar a questão da freqüência dos alunos no período de aulas, percebe-se que apesar da obrigatoriedade do ensino prescrito por lei, no Paraná, a freqüência nas escolas era muito instável e irregular. A escola, principalmente do interior, era precária, faltava quase tudo. Em alguns casos não havia professor, outras vezes não tinha prédios próprios para abrigar os alunos. Faltava mobília adequada, material didático e livros em quase todo o Estado, demonstrando assim, a desorganização da escola pública. Essa situação pode ser observada em muitos relatórios encaminhados à Secretaria Geral da Instrução Pública. O comentário do Frei ARNS confirma que a situação das escolas públicas não eram boas, pois a falta de verba limitava o desenvolvimento eficiente do ensino.

Enquanto o ensino do estado se emergia num progressivo estanque, a escola do Pe. Auling (fundador do Colégio) ia bem, revelando vitalidade prometedora. O estado passava por crise financeira. A estatística revela que em 1901 somente 12.299 crianças freqüentavam a escola; 3.000 freqüentavam escolas particulares, as demais, escolas estaduais. Em 1902 foram demitidos 4 professoras provisórios, porque o Estado não tinha dinheiro para remunerá-las. Somente 66 alunos freqüentavam a Escola Normal. É preciso contentar-se que as crianças aprendam a ler, escrever e conhecer as quatro operações da aritmética. Quem aprender isso deve completar sua instrução por conta própria. O Ginásio teve 45 alunos no ano de 1902.¹²

O relatório de 1909 mostrou que eram poucos os alunos que tinham acesso à instrução pública. Neste relatório, o Dr. Jayme D. dos Reis apresenta as dificuldades existentes nas escolas e a real situação do ensino público, a qual continuava precária e necessitando de medidas urgentes para melhorar a qualidade do ensino.

¹² ARNS, p. 23

Todas as salas carecem de luz adequada, cubagem necessária de ar, boa ventilação etc...[...] as escolas dos arredores e as das cidades do interior, estão precisando de melhorias. Muitas escolas existentes em que na falta de mobiliário adequado, as crianças sentam-se em caixotes, tijolos e outros móveis, na ocasião arranjados. [...] Na regra geral freqüentam as escolas públicas: os filhos dos menos favorecidos, nas cidades e no interior os de toda a população que cerca o estabelecimento.¹³

Preocupado com a situação precária do ensino público e observando as dificuldades na instrução do Estado, o Dr. Cláudio R. Santos apresenta em seu relatório as soluções para mudanças na área educacional. Segundo ele, o professor não pode ser visto como peça decorativa, deve ser visto com mais humanidade. É preciso também investir mais na sua formação. Com relação à escola, ele diz que é preciso ter mais edifícios escolares, a escola deve ser atraente, empolgante. É necessário mudar a estrutura física da escola. O método seriado, distribuído por classes, séries ou anos é melhor. Para tanto, estabelece algumas reformas, dentre elas:

- 1º. - Formar professores realmente capacitados.
- 2º. - Reorganizar a Escola Normal com caráter prático.
- 3º. - O ambiente escolar deve despertar no aluno gosto pelo estudo.
- 4º. - Métodos modernos.

O currículo deste período seguia os seguintes conteúdos:

CURSO INFANTIL - Ensino moral: desenvolvimento dos instintos.
- Ensino estético: exercícios rudimentares.

CURSO ELEMENTAR - *Português*: leitura, gramática, redação, composição, escrita e caligrafia.
- *Aritmética*: 4 operações, números inteiros e fracionários, noções sobre números e sistema de numeração.
- *Geometria*: noções fundamentais e conhecimento das principais formas geométricas, desenho.
- Noções rudimentares de física, química, história natural, higiene e agronomia.

¹³ Paraná. Relatório apresentado ao Sr. Coronel Luiz A. Xavier, pelo Dr. Jaime D. Reis, em 24/11/1909, p.5

- Prática de agronomia.
- Noções de geografia geral e do Brasil e de história especialmente do Paraná.

CURSO COMPLEMENTAR - *Português*: estudo completo.

- *Francês*.
- *Aritmética*: estudo completo.
- *Geometria*: noções fundamentais, formas geométrica e desenho.
- *Álgebra*: Noções fundamentais, equações do 1º grau, regras de três, juros e companhia.
- Noções de geografia e história do Brasil e do Paraná em especial.
- Princípios básicos das Constituições Federal e Estadual, direitos e deveres do cidadão.
- Noções fundamentais de química, física, mineralogia, botânica, zoologia, agronomia, higiene, e prática de agronomia.
- Noções de escrituração mercantil.
- Música vocal.
- Trabalhos manuais.
- Exercícios estéticos de recitação e cântico.
- Exercícios físicos e moderados.

ENSINO SECUNDÁRIO - *Ginásio Paranaense*: equiparado e modelado ao Ginásio Nacional de conformidade com o código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior e Secundário.

- *Escola Normal*: - Português.
 - Francês.
 - Aritmética completa.
 - Álgebra até equações do 1º grau, regras de três, juros e companhia.
 - Geometria: Noções fundamental, formas geométricas e desenho.
 - Geografia e história do Brasil e do PR.
 - Pedagogia.
 - Noções fundamentais de química, física. História natural.
 - Noções de sociologia e moral, direito pá - trio e economia política.
 - Noções teóricas e práticas de higiene, agronomia e zootecnia.
 - Desenho e música.
 - Prática de ensino.

- Prendas domésticas para meninas e trabalhos manuais para meninos.¹⁴

A pesquisa em documentos que relatam a situação do ensino público no Estado, revelam que realmente precisava de modificações em várias áreas do ensino. As mudanças poderiam começar com um corpo docente qualificado, conforme a opinião do Dr. Carlos R. Santos. Desta forma, estariam melhor preparados para atender as necessidades sociais, e propor um ambiente agradável para receber os alunos, bem como uma proposta pedagógica moderna. Para tanto, era preciso interesse e investimento no sistema educacional, coisa que na época não era muito fácil de se concretizar.

O Estado, no período republicano, por falta de recursos continuou seguindo as diretrizes das antigas leis do governo central com base no Ato Adicional de 1834, o qual delegava poder às províncias para legislar sobre o ensino primário e secundário. Isso perdurou até 1917, quando pelo Decreto de 9/1/1917 foi aprovado o novo Código de Ensino, o qual sistematizou as atividades educacionais das escolas de todo o Estado paranaense. Esse código determinava a forma de administração do ensino público da época e deveria seguir as seguintes regras:

- A questão da higiene era de fundamental importância. O professor, além de ensinar, também tinha que zelar pela limpeza e conservação da escola; pois não havia pessoal destinado para fazer esse tipo de trabalho;
- Havia escolas para meninos com professores e para meninas com professoras;
- No caso da classe ser mista, o professor tinha que pedir autorização do Secretário da Instrução Pública para que a classe continuasse funcionando e só poderia juntar nesta classe, crianças que tivessem no máximo dez anos de idade;
- O funcionamento dos estabelecimentos de ensino secundário só era permitido com o número mínimo de 30 alunos para as escolas urbanas, 25 para as vilas e 20

¹⁴ Paraná. **Relatório** apresentado ao Exmo Sr. Dr. Marius de Camargo pelo Dr. Cláudio Rogoberto F. dos Santos, em 1913, p. 12, 13, 14, 15.

para os povoados. Se a frequência dessas escolas fosse inferior ao número exigido, elas eram fechadas;

- O ano letivo começava em 14 de janeiro e terminava em 14 de novembro. Não havia aulas nas 5^a. feiras, domingos e feriados. Os exames escritos e orais eram feitos de 16 a 30 de novembro;
- A idade mínima para matrícula era de sete anos;
- A formação de professores tinha que ser feita na Escola Normal, com a duração de quatro anos, com ênfase na psicologia da criança nos currículos.¹⁵

As crianças em idade escolar poderiam contar com a instrução pública, a qual era dividida, principalmente, em ensino primário, com o curso infantil, o curso elementar e o curso complementar, e ensino secundário, com os cursos realizados no Ginásio Paranaense e na Escola Normal.

A história da educação paranaense mostra que nos anos de 1913 a 1920 houve tentativas de organizar e melhorar mais a qualidade de ensino de todos os níveis nas escolas. Para realizar a organização do ensino público, o Dr. Francisco de Azevedo Macedo colaborou bastante para que isso acontecesse, inclusive na elaboração do primeiro Código de Ensino. Sugiram em 1915 algumas modificações, dentre elas: a reforma pedagógica, a seriação do ensino no Paraná, a organização dos primeiros grupos escolares, a criação dos conselhos estaduais e locais de ensino, o regulamento para o Ginásio Paranaense, a ampliação da Biblioteca Pública do Paraná (WERNECK, 1978, p. 86). Essas medidas foram aos poucos sendo desenvolvidas, contudo, ainda assim não supriram todas as necessidades educacionais que dificultavam o desenvolvimento da qualidade do ensino.

Mediante análise feita nos relatórios deste período histórico da educação paranaense constata-se que, segundo os dados neles apresentados:

1º. Havia uma preocupação formal do governo em acabar com o analfabetismo em todo o Estado. Esta preocupação não se concretizava na realidade visto que apenas um quinto da população tinha estudo. Não havia escolas suficientes para todos. O ensino público continuava sendo um privilégio de poucos. Alguns, os que podiam, enviavam seus filhos às escolas particulares enquanto outros, os de pouco poder aquisitivo, contavam com a oportunidade de estudos para seus filhos nas poucas escolas públicas mais próximas de suas residências. Como não havia escolas suficientes para suprir as necessidades educacionais da população, as crianças e adolescentes que moravam em localidades mais distantes de uma escola não podiam levar adiante seus estudos.

2º. O total geral de alunos matriculados em 1.914 era de 24.330. Destes, 14.640 estavam nas escolas públicas, 3.600 nas escolas particulares e 6.090 nas escolas subvencionadas. É importante ressaltar que o número de escolas subvencionadas aumentou significativamente, conforme nos apresenta o relatório de 1914. Neste o Dr. Claudino R.F. dos Santos diz que:

Por Lei o Governo está autorizado a subvencionar escolas particulares em lugares não servidos por escolas públicas, desde que o professor respectivo se obrigue a ministrar ensino gratuito a 20 alunos pobres. Essa lei fez surgir várias escolas pequenas e pedir subvenção ao Governo, aumentando para 174 o número de escolas subvencionadas. Os professores subvencionados ensinam sem compromisso de ensino, sem programa, cada um faz o que quer.¹⁶

3º. Já havia nesta ocasião as chamadas escolas “promíscuas”, ou seja, escolas mistas. Pelo nome percebe-se que ainda havia certa discriminação entre os sexos. Nestas, a professora só poderia lecionar para alunos que tivessem até dez anos.

4º. A situação educacional precisava ser revista, tanto que foi aprovada uma reforma geral para tentar resolver os problemas (falta de escolas, qualificação de professores etc.).

¹⁵ Paraná Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário Geral do Estado, pelo Professor César Pietro Martinez, 1924 p. 4-20

¹⁶ Paraná. Relatório ao Exmo Sr. Dr. Claudino R.F. dos Santos, pelo Dr. Francisco Ribeiro Azevedo Macedo, 1914, ps. 14,15,19.

A reforma geral prescrevia as seguintes instruções:

- 1º. - Levantar o nível moral e intelectual dos professores e melhorar o equipamento da Escola Normal (a qual funcionava junto ao Ginásio Paranaense e passar de 3 para 4 anos a duração do curso).
- 2º. - Criação de escolas complementares.
- 3º. - Inspeção técnica nas escolas.
- 4º. Organização de grupos escolares para facilitar o ensino seriado (se - guindo o exemplo de São Paulo. Surge o papel do Diretor).
- 5º. Meios de executar a obrigatoriedade do ensino. ¹⁷

A prática pedagógica desenvolvida por algumas escolas subvencionadas mostrou a desvalorização do ensino e a falta de preparo técnico-administrativo na direção das mesmas. Essa atitude de ministrar um ensino livre tinha seu amparo na Lei Orgânica Rivadávia Correa de 1911 (reforma de cunho positivista que durou pouco), que assegurava aos estabelecimentos de ensino total liberdade e autonomia.

Neste período de tentativa de organização do ensino no Estado, muitas coisas aconteceram paralelamente, as quais acabaram interferindo no bom desenvolvimento dessas reformas. Por exemplo, nos anos de 1914 a 1918, desencadeou-se a primeira guerra mundial, que gerou no país um clima de insegurança devido à indecisão do Governo em romper relações com a Alemanha. Ao mesmo tempo, surgiam as idéias nacionalistas, com a ênfase no patriotismo e luta contra o analfabetismo. Um dos setores que sofreu as conseqüências da guerra foi o educacional, mais especificamente as escolas estrangeiras dirigidas por grupos alemães. Conforme WACHOWICZ, “ Em outubro de 1917 é divulgado um decreto do Governo Federal, mandando fechar as escolas onde não era ensinado português. Principalmente as escolas alemãs, as quais eram visadas por causa da primeira guerra mundial” (1984, p. 216). Havia por parte do governo o temor de um possível domínio alemão. O Rio Grande do Sul foi a região mais visada com esta medida pelo fato de ter o maior número de escolas de língua alemã. Segundo as estatísticas do “Governo Federal, em 1908 havia um total de 1.631 escolas,

¹⁷ Ibid, p. 15

aparecendo e os alunos foram os mais prejudicados. As escolas estrangeiras, fechadas durante a primeira campanha de nacionalização em 1917, permaneceram sem professores em diversas localidades, por terem sido destituídos aqueles que não dominavam o idioma nacional, não sendo, entretanto, substituídos. (WACHOWICZ, 1984, p. 336). Essa situação deixou muitos alunos sem poder continuar seus estudos causando prejuízos na seqüência da jornada escolar. Por algum tempo as escolas ficaram fechadas e sem professores, pelo menos até conseguirem a qualificação exigida pela lei para poderem continuar com as atividades educacionais.

As campanhas de nacionalização do ensino tinham como objetivo a formação de uma consciência nacional. No primeiro momento foram realizadas no sentido preventivo e no segundo momento caracterizaram-se pelas fortes represálias contra os estrangeiros. NAGLE, ao escrever sobre a nacionalização do ensino, mostra que na tentativa de amenizar a situação das escolas alemãs, em 1918 iniciou-se a subvenção federal aos estados para manutenção das escolas primárias criadas para substituir as que foram fechadas nos núcleos estrangeiros. Diante disso, o Estado adota outras medidas para impedir a desnacionalização da escola e da infância (NAGLE, 1974, p. 232). Entende-se que essa desnacionalização era no sentido de impedir que os alunos das escolas estrangeiras crescessem sem a formação do cidadão brasileiro.

A partir de 1920 o governo expande escolas da rede pública nos locais onde existem comunidades alemãs. A gratuidade e a possibilidade do aluno aprender melhor o português atraía o interesse dos pais pelas escolas públicas; assim, as escolas comunitárias ficavam sem condições de continuar funcionando por falta de alunos.

O sentido nacionalista presente no ensino é percebido claramente pelo que expressam as medidas que passaram a vigorar a partir de 1920; na Lei 3.356, nos artigos 446 e seguintes aparecem medidas para que as escolas particulares continuassem a funcionar em todo o território nacional. Essas medidas se resumem no seguinte: a). Respeitar os feriados nacionais; b). O ensino deverá ser na língua em vernáculo, salvo o de línguas estrangeiras; c). Incluir no programa o que o governo determinar, o ensino de

português deverá ser dado por professor brasileiro nato e o de geografia e história do Brasil também por professores natos. Os professores deverão ter o reconhecimento de competência da Diretoria Geral da Instrução Pública; d). Ensinar nas classes infantis cantos nacionais aprovados pela Diretoria Geral da Instrução Pública. (NAGLE, 1974, p. 233).

No Paraná em 1920, durante o Governo de Caetano Munhoz da Rocha, surgem novas leis. Entre elas a de nº 2.005, de 9 de abril de 1920 que prescrevia:

Art. 1º. - As escolas particulares estrangeiras que funcionam no Estado, são obrigadas a ensinar em língua vernácula, história do Brasil, Geografia do Brasil e a Língua Portuguesa, de acordo com o programa do ensino oficial.

Art. 2º. - As aulas dessas matérias devem ter duração pelo menos de três horas por dia.

Art. 3º. - Quando a escola estrangeira solicitar, o governo poderá nomear professor normalista para reger a cadeira e lecionar essas matérias, sem ônus para o estabelecimento, sendo o professor considerado em função pública.¹⁸

Continua prevalecendo o ensino na língua portuguesa nas escolas estrangeiras. As disciplinas de geografia e história do Brasil e português reforçariam o patriotismo evitando a descaracterização nacional.

Outra lei é a de nº 2.157, de 8 de abril de 1922, a qual se refere ao funcionamento das escolas particulares, no seu conteúdo diz o seguinte:

Art. 1º. - É livre aos particulares o exercício do magistério no Estado, observadas as condições da presente lei.

Parágrafo 1º. - Nenhum estabelecimento de ensino particular poderá funcionar sem prévio registro gratuito da Inspetoria Geral do Ensino.

Parágrafo 2º. - Para a admissão do registro, ao professor ou diretor do estabelecimento do ensino incumbe:

1º. - Comunicar ao Inspetor Geral do Ensino, por escrito:

a) a localidade da escola, ou estabelecimento escolar;

¹⁸ MARTINS, p. 369

- b) as disciplinas que se propõe ensinar;
 - c) o seu desenvolvimento, o horário das aulas e o número máximo de alunos para cada classe.
 - d) o regime interno do colégio, como a disciplina e as condições de alimentação;
 - e) os professores a que cometerá o ensino;
 - f) a idoneidade moral dos professores.
- 2º. - Assumir o compromisso escrito de:
- a) respeitar os feriados nacionais;
 - b) ministrar ou fazer ministrar o ensino em vernáculo, salvo o das línguas estrangeiras;
 - c) incluir o ensino do vernáculo em quatro aulas por semana, pelo menos por professores de reconhecida competência;
 - d) incluir no programa o ensino da geografia, corografia e história do Brasil, em três aulas semanais;
 - e) adotar os programas oficiais para o ensino das disciplinas a que se referem as letras c e d deste número... etc.¹⁹

Como visto, o governo sempre tentava regulamentar o ensino realizado pelas escolas particulares. Como não conseguia ampliar a rede pública e nem oferecer um ensino de qualidade à população, apoiava a rede privada. Os líderes governamentais, ao perceberem a necessidade de formar nos brasileiros uma consciência nacionalista para defender e valorizar o país, entraram numa campanha acirrada em prol da defesa da nação, atingindo de forma dura as escolas consideradas de “estrangeiros”. Apesar do movimento já existir desde o final do século XVIII e início do XIX e abranger a Primeira República, foi no Estado Novo, com a política de Vargas, que se consolidou de forma mais consciente.

As campanhas nacionalistas passaram a entrar em vigor quando os intelectuais do século XIX enfrentaram os conservadores tradicionais para transmitir à população brasileira idéias e valores de um país rico e produtivo e que poderiam lutar pela liberdade e democracia da nação. As principais causas que levaram às manifestações nacionalistas foram, segundo NAGLE, “o desinteresse pela nação, língua estrangeira, Primeira e Segunda Guerra, falta de unidade, instrução e indiferença” (1974, p. 46). Essas eram as

¹⁹ Ibid. p. 369

principais. Defendia-se ainda o autoritarismo dos governadores em oposição aos liberais, a não aceitação do leigo na escola, a disciplina e a ordem.

Para atingir seus objetivos, os nacionalistas aderiam a movimentos com a intenção de desenvolver na consciência da sociedade brasileira o valor pela nação, pela língua, pela religião e pela cultura. Os ideais que os nacionalistas queriam atingir foram realizados através da criação de órgãos como, por exemplo: na cidade de São Paulo, em 1915, criaram na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, o Centro Nacionalista. No ano de 1919, no Rio de Janeiro, fundaram a Sociedade Nacionalista Cultural e Política denominada Propaganda Nativista (PINHEIRO, 1971, p. 61). Muitas outras instituições e movimentos foram criados em outras regiões em defesa da nacionalidade brasileira. Os elementos que mais se destacaram nestas campanhas foram a saúde e a educação.

As manifestações nacionalistas atingiram as escolas através das medidas já citadas e de uma forma mais efetiva por meio dos livros didáticos enfatizando os conteúdos cívicos, patrióticos. Desta forma a consciência nacionalista vinha sendo despertada na sociedade e os nacionalistas, intelectuais e partidos políticos, disputavam suas idéias democráticas e conservadoras contando com o apoio da população.

No governo de Caetano Munhoz da Rocha, outra Lei, a de nº 1.927, deve ser mencionada. Por ela o Estado centralizou as secretarias em uma Secretaria Geral do Estado. Com isso, foi necessário fazer algumas mudanças também no Código de Ensino. Essas modificações foram as seguintes: escolas mais independentes, melhor formação dos professores e combate ao analfabetismo. Tudo isso já vinha sendo encaminhado por decretos e leis anteriores, porém, parecia que ainda não estava dando resultados positivos, pois novamente essas reformas entram no cenário educacional do Estado com o objetivo de proporcionar melhoras para a educação escolar da sociedade paranaense.

Ao observar os relatórios de 1924, percebe-se que a situação do professor também precisava mesmo ser melhorada, pois não recebia uma remuneração digna.

Muitos dos professores não tinham compromisso com o magistério e viam a função de educador como um simples auxílio para o seu orçamento e não como um trabalho educativo. Desta forma, o ensino deixava muito a desejar. A situação não era animadora para o ensino público, prova disso é o que apresenta o relatório deste período, o qual mostra que: as aulas iniciavam às 9:00 horas e terminavam às 14:00 horas. Não havia recursos materiais nos grupos escolares e o número de professores dificultava a disciplina das aulas, pois vários professores trabalhavam, simultaneamente, na mesma sala dificultando o bom desempenho das atividades. A situação era pior no interior onde havia muitos alunos analfabetos. As escolas isoladas não tinham nem horário nem programa de ensino. Parece que cada uma funcionava conforme podia.²⁰

Com relação ao ensino particular, o que a Lei nº 1.775 de 3/4/1918 prescrevia não era suficiente para manter o desempenho legal das atividades exercidas. Desta forma, em 8/4/1922, a Lei nº 2.157 veio dar à Inspetoria Geral poderes para regularizar o funcionamento das escolas particulares e das escolas estrangeiras. Eram elas as que mais necessitavam de regulamentação por estarem alheias à nossa língua, à geografia, à história e à pátria.

Passado o período crítico do país em consequência da primeira guerra mundial, a sociedade carrega marcas dessa fase ainda por algum tempo. Os estrangeiros foram os que mais sofreram, principalmente os alemães. Após a primeira guerra mundial as escolas estrangeiras voltaram a funcionar mediante reformulação no programa. Apesar de serem muitas as escolas alemãs que existiam naquela época, principalmente na capital, todas se caracterizavam por um acentuado brasileirismo, ou seja, procuravam seguir as normas da educação nacional, porém não descuidavam da cultura de origem. A Escola Progresso, antiga Escola Alemã, era freqüentada por inúmeros filhos de brasileiros. De alemão, a escola tinha apenas uma tradição e uma diretoria, que não visava outro fim que não fosse o da educação da infância e da mocidade em geral.²¹

²⁰ Paraná. **Relatório** apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário Geral do Estado, pelo Professor César Prieto Martinez, em 1924, p. 9.

²¹ Ibid. p. 76

Sabe-se que esta escola era mantida pela comunidade luterana e que tinha um número significativo de alunos; pois desde a sua reabertura vinha crescendo progressivamente. Prova disto é que no ano de 1923 foram matriculados nela 340 alunos. Já no ano seguinte, em 1924, este número subiu para 360, e, em 1925, este número mudou para 380. Ainda não era o máximo, em 1926 conseguiu 410 alunos e, em 1927, manteve esta mesma quantidade. Ainda, em 1928, voltou a subir. Acabou por matricular 414, dos quais 265 eram meninos e 149 meninas. O número de alunos que falava a língua alemã era de 390. Os demais falavam outras línguas. Dentre os alunos matriculados, nesta escola, 166 eram católicos e 248 evangélicos.²²

A prática pedagógica desenvolvida na Escola Progresso era a seguinte:

Desde a fundação, a escola mantinha o programa de ensino baseado nos moldes progressivos da exemplar instrução brasileiro-alemã, obedecendo sempre às prescrições para o ensino primário no Estado do PR. Cumprido tem sido o seu nobre fim de preparar os seus alunos para serem bons cidadãos, dando-lhes também todas as possibilidades de alcançar, com aproveitamento, o Ginásio Paranaense, onde depois de devidamente examinados, elevado número tem sido admitido. Todas as matérias exigidas pelas leis do Ensino do Estado do Paraná, são nesta escola cuidadosamente ensinadas e disso são, eloqüente prova, as honrosas referências deixadas no livro - atas de visitas pelas autoridades escolares deste Estado.²³

Assim como a Escola Progresso, outras escolas protestantes menores de origem alemã procuravam desempenhar suas atividades de acordo com o regulamento e as leis prescritas pela Secretaria Geral do Estado, acrescentando, em cada uma, algumas atividades peculiares conforme suas crenças e propósitos, tendo em vista oferecer um ensino eficiente e preservar princípios doutrinários e culturais da sua clientela.

Na caminhada histórica dos acontecimentos educacionais que se desenvolveram durante o período em foco, encontra-se na década de 30 uma nova fase, em que se

²² 100 Anos dos Alemães no Paraná, p. 76

desencadeiam novas idéias e o surgimento de movimentos que irão atingir a sociedade paranaense. Nesse período ocorreram mudanças significativas em diversos setores, inclusive na educação. Para uma melhor compreensão desta época, no intuito de verificar as modificações ocorridas na área educacional, faz-se necessário ter em mente o panorama geral da situação do país.

Dentro do aspecto social do Brasil, percebe-se que nas décadas de 20-30, muitas transformações de ordem política, econômica e cultural ocorreram modificando o modo de vida dos brasileiros, principalmente nos grandes centros urbanos. Essas mudanças, segundo NAGLE, aconteceram devido às questões políticas e econômicas, pela imigração, pela alteração no mercado de trabalho e pelas novas idéias que os líderes de movimentos e partidos tentaram implantar na consciência do povo. Dentro desse contexto, “ com o novo surto industrial e com o desenvolvimento da urbanização, os imigrantes começaram a ser atraídos para os novos núcleos urbanos industriais acelerando a passagem das atividades artesanais para as industriais” (1974, p. 24). A população passa a ter necessidades diversas, passa a procurar nos diversos setores da sociedade novos caminhos para esta nova fase de desenvolvimento. Intelectuais, líderes de movimentos e governo se viram desafiados a lutar para que o Brasil mantivesse a posição de um país agro-industrial e continuasse a competir com o mercado externo. A sociedade passa a ter mais participação nas questões sociais e políticas da nação.

O setor econômico foi atingido, principalmente com a crise do capitalismo interno gerado pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, que afetou a economia de vários países. No Brasil a crise atingiu o setor agrícola. Alguns produtos como: o açúcar, o cacau, o algodão e, principalmente, o café foram duramente atingidos. A queda do café, produto básico de exportação, acarretou sérios problemas na economia, impedindo o país de fazer novos empréstimos. No auge da exportação, outros países passaram a ser concorrentes do Brasil. Isto elevou em muito o estoque das sacas de café acarretando sérias dificuldades na economia nacional. A consequência disso foi o aumento da oferta

²³ Ibid, p. 76

de produtos agro-industriais no mercado interno. Diante desta situação, segundo NAGLE, “ de início não houve problema para o produtor de café, mas causou pontos de estrangulamento na economia nacional” (1974, p.13) que, mais tarde, acabaram afetando os produtores.

Com a queda das importações, a economia do país volta-se para o mercado interno e a substituição de produtos importados pelo nacional foi inevitável. Esta situação contribuiu para acelerar o desenvolvimento da industrialização. “Essa substituição foi sendo feita à base de outro tipo de importação: a de equipamentos e *know-how*, tanto mais sofisticados, quanto a produção passou a visar ao atendimento dos padrões de consumo da elite, próximos dos padrões de consumo das elites dos países industrializados. Só foi possível superar esse modelo quando a inelasticidade do mercado interno determinou a sua saturação e uma nova crise exigiu a reorientação do processo, para o qual constituiu ponta de lança o movimento político-militar de 1964” (ROMANELLI, 1984, p.55).

Ainda no período de 20/30, mudanças ocorreram também no setor político, gerando conflitos entre partidos do governo e movimentos liberais que defendiam seus ideais em prol de uma nação democrática. A sociedade não estava contente com a política vigente. As reivindicações e os movimentos liberais cresciam atingindo desde a classe operária até a burguesia industrial. Surgiram vários movimentos, dentre eles: o Partido Comunista, a Semana da Arte Moderna e o tenentismo. Desses, o que mais se destacou foi o tenentismo, o qual almejava implantar uma ordem social e econômica de caráter capitalista e de um governo coeso e nacionalista (ROMANELLI, 1984, p. 49). Com a participação efetiva de movimentos contrários a política do governo, liderado pela elite, o mesmo foi perdendo as forças, mas continuou na liderança. Prova disso é que as eleições de 1930 para Presidente da República deixaram um clima tenso com a vitória do partido do governo. Surgem na ocasião, em oposição à política governamental, dois grupos: “ os militares superiores, uma parcela dos produtores de café, e os revolucionários” (ROMANELLI, 1984, p. 49). No entanto, em caráter provisório, o Presidente Getúlio Vargas conseguiu manter-se no poder por muitos anos.

Seu mandato marcou época e foi realizado a princípio durante um período de instabilidade, o qual abrangeu os anos de 30-37 e outro de ditadura que foi de 37-45. Neste último, Getúlio dá o golpe de Estado em 1937, se posicionando contra as radicalizações de esquerda e direita. A fase de ditadura termina com as eleições para presidente em 1945.

Durante a política de Vargas, as modificações ocorridas na sociedade tinham como objetivo implantar definitivamente o capitalismo no Brasil e por isso geraram certas inquietações nos setores econômicos e sociais. Essas inquietações foram provocadas “ pelas campanhas presidenciais, pelo alastramento das incursões armadas, pelas lutas reivindicatórias dos operários, pelas pressões da burguesia industrial, pelas medidas de restrição adotadas pela burguesia industrial, pelas medidas de restrição adotadas na Revisão Constitucional de 1926, pelo desenvolvimento do movimento revolucionário vitorioso de outubro de 1930” (NAGLE, 1974, p.3). Toda essa agitação poderia ser vista como uma forma de revolução e reivindicações por parte de líderes que, descontentes com a situação, buscavam junto à sociedade desenvolver no Brasil uma nação democrática proporcionando condições dignas para se viver.

Em complemento às idéias acima mencionadas, GIRALDELLI diz que: “ a Revolução de 30 promoveu um arranjo na sociedade política possibilitando o assento de setores sociais marginalizados no poder, durante a Primeira República, em diversos níveis da máquina governamental” (1994, p. 40). ARANHA, sobre o período, afirma que “após a Revolução de 30, começa a era de Vargas e de 1937 a 1945, o Brasil passa pelo Estado Novo, quando o governo, influenciado pelas doutrinas totalitárias, imprime um forte controle estatal, inclusive na indústria” (1989, p. 241).

O governo de Vargas foi marcado pela política de repressão e de paternalismo e deu início ao “populacionismo Getuliano”²⁴. Getúlio Vargas tentou conquistar vários

²⁴ Populacionismo, segundo ARANHA, é um fenômeno típico da América Latina, surge com a emergência das classes populares urbanas, resultante da industrialização, que se acham insatisfeitas com suas condições de vida e trabalho. (1989, p. 241)

setores da sociedade, procurando transmitir uma imagem de mediador imparcial. Os descontentamentos gerados nos vários setores, principalmente no da classe média, eram visíveis. Surgem neste clima as greves e as reivindicações em benefício da população trabalhadora, por uma vida social mais justa e com liberdade de idéias.

Este período também teve outros pontos positivos, principalmente no que se refere à educação. Foi uma época de expansão do ensino primário e secundário, época em que ocorreram várias mudanças no setor educacional. Segundo ARANHA, “a partir da década de 30 a educação alcança níveis de atenção nunca antes atingidos, quer pelos movimentos dos educadores, quer pelas iniciativas governamentais, ou pelos resultados concretos” (1989, p. 244). Pois, as causas que levaram os líderes educacionais e governamentais a planejarem melhor o ensino nesta nova fase foram, principalmente, “devido a crise do modelo agrário exportador e o desenvolvimento do novo modelo nacional desenvolvimentista com base na industrialização, a qual exigia melhores condições educacionais da população” (ARANHA, 1989, p. 244).

O entusiasmo e o interesse pela educação estimulou o surgimento de várias escolas particulares e também o desejo de formar o “homem brasileiro”, o qual deveria ser possuidor de uma consciência nacionalista e defender a cultura do país. Para tanto, foi preciso reformular os programas de ensino. Os conteúdos, as formas e maneira de administração sofreram mudanças. A escola passou a desempenhar uma função social.

Ao relatar o desenvolvimento do ensino no período, ARANHA mostra que: “De 1936 a 1951 as escolas primárias dobaram e as secundárias quase quadruplicaram, em número, ainda que tal desenvolvimento não seja homogêneo, tendo se concentrado nas regiões urbanas dos estados mais desenvolvidos. As escolas técnicas se multiplicaram e as escolas de magistério foram reorganizadas” (1989, p.244).

Mas como mostra ROMANELLI, assim como a expansão capitalista não ocorreu da mesma forma em todo território nacional, a expansão escolar foi mais efetiva nas

zonas onde houve maior produção industrial causando desigualdade e defasagem em vários territórios. (1984, p. 60). O ensino no Brasil pode ter sofrido algumas transformações de ordem estrutural, contudo continuou sendo ainda um privilégio de poucos.

Dentro deste quadro de expansão e planejamento do ensino, uma das iniciativas para atender as necessidades educacionais do país foi a criação do Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos Estados. Os principais objetivos estabelecidos pelo Governo Federal para o Ministério da Educação foram: a). Ampliar a participação da população no desenvolvimento da educação; b). Unificar, disciplinar e integrar os sistemas educacionais; c). Promover o relacionamento federal com os diversos sistemas. Nota-se que estas medidas foram mais de âmbito estrutural tornando o ensino mais centralizado e limitando o poder dos Estados e Municípios de atuarem conforme suas necessidades. A chamada Revolução de 30, para a educação, foi o início de uma nova fase para o ensino. Foi a época em que se começou a traçar normas e diretrizes de um plano nacional de educação para a sociedade brasileira. Além das reformas de ordem estrutural, as modificações nos currículos privilegiaram a entrada das disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação Física, ênfase no ensino técnico-profissional, com objetivos de equiparar a educação dada nas escolas com as novas exigências do mercado industrial.

Após essa iniciativa, a partir da Constituição de 1934, o Governo Federal assume novas atribuições, tais como: fixar um plano e diretrizes para a educação nacional, oferecer assistência técnica e fiscalizar as normas federais. Nesta mesma Constituição, o problema do ensino religioso nas escolas ficou assim estabelecido: conforme artigo 153, “o Ensino Religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios de confissão religiosa do aluno, manifestado pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais” (ROMANELLI, 1994, p. 142). O ensino religioso de caráter facultativo foi uma conquista que teve apoio da influência positivista e do movimento pioneiro que lutavam pela laicidade da educação; pois desde o início da instrução no país era matéria

obrigatória nas escolas, uma vez que a religião oficial era a católica e ministrada por leigos.

As modificações que ocorreram no sistema educacional brasileiro durante esta nova fase de desenvolvimento político e social se caracterizou por preservar o ensino secundário e superior, tendo em vista o preparo técnico-pedagógico e a organização do sistema escolar. Durante a política de Vargas e a manifestação de movimentos contrários agitando a sociedade, o país viveu um clima favorável ao autoritarismo. Temendo uma conspiração comunista, Vargas apresentou uma nova constituição centralizando todo o poder em suas mãos. Ficou denominada de “polaca”, pois se baseava na constituição polonesa. Através dessa constituição, o presidente passa a ter: autoridade para dissolver o Congresso, expedir decretos-leis e nomear interventores para os Estados; extinguir partidos políticos; abolir a liberdade de imprensa, instituir a censura; estabelecer pena de morte; prorrogar o mandato presidencial até a realização de um plebiscito.

A pesquisa realizada dentro desta nova fase de vida política, econômica e social no Estado Novo, mostra que algumas conquistas democráticas e trabalhistas puderam ser alcançadas para o bem da sociedade. Dentre essas destacam-se: o voto dos menores de 18 anos de ambos os sexos, jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, salário mínimo e um plano nacional de educação.

Após a Revolução de 30, surgiram o Ministério da Educação e da Saúde Pública, a Reforma de Francisco Campos, o Estatuto da Universidade e o Manifesto dos Pioneiros²⁵, o qual deu abertura para as novas idéias de Escola Nova e contribuiu para a constituição de 1934. Na área educacional, Vargas tentou controlar duas tendências que pairavam na sociedade brasileira, a dos conservadores, com apoio da Igreja Católica, que não era a favor da modernização, e a dos liberais, que desejavam mudanças.

²⁵ O Manifesto dos Pioneiros é importante na história da educação brasileira porque demonstra as diferenças entre a educação oferecida e as exigências solicitadas pela sociedade capitalista e industrial. Lança os fundamentos para a reorganização da educação em todos os níveis. Foi marcado por um grupo de educadores que reuniram suas idéias num manifesto ao Governo e à nação. Eram favoráveis ao ensino público gratuito, laico, contra o Ensino Religioso obrigatório (PILETTI, 1994, p.76).

Durante o governo de Getúlio, procurou-se estabelecer um plano de expansão e organização social, econômica e política do país. Estava incluída neste plano a reformulação do sistema educacional. O ministro da época, Gustavo Capanema, propõe reformas para o ensino, as quais se deram pelos decretos de 1942 a 1946, denominadas de Leis Orgânicas. Foram elas: a de nº 4.073/42, Lei Orgânica do Ensino Industrial; a 4.048/42, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); a 4.244/42, Lei Orgânica do Ensino Secundário; a 6.141/43, Lei Orgânica do Ensino Comercial; e, após a queda de Vargas, a 8.539/46, Lei Orgânica do Ensino Primário; a 8.622/46, que criou o SENAC e a 9.613/46, Lei Orgânica do Ensino Agrícola (ARANHA, 1989, p.247). A reformulação do ensino também previa mudanças na Escola Normal. “ Conforme previsto na Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída pelo Decreto – Lei 8.350, de 02 de janeiro de 1946” (MIGUEL, 1997, p. 120). Essa lei prescreve alterações para o currículo das escolas normais com objetivo de preparar melhor os professores para o ensino primário.

O ensino nesta época já estava dividido em ensino primário, profissional e acadêmico. Essas reformas no ensino duraram até a criação e aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases em 1961, marcando o início de uma nova fase em busca de modernização e atualização da educação brasileira, frente a uma sociedade capitalista, tecnológica e industrial.

As modificações sociais ocorridas no país, durante o período em destaque, de certa forma, influenciaram nos procedimentos relacionados à educação desenvolvida no Paraná. ARNS mostra de forma bem sintética a situação do Estado na época da efervescência política. Segundo ele:

“O Paraná empolgado pelo movimento revolucionário adere à revolução de 30 sob o comando do Governo do Estado General Mário Alves Tourinho. A década de 30 foi uma época de turbulência em todos os setores da sociedade paranaense. Para o ensino público foi um dos anos mais desastrosos, inúmeros professores abandonaram suas cadeiras para ingressar nos campos revolucionários, outros fugiram das suas escolas e a maioria as conservou fechadas até que a ordem se estabelecesse. Essa

situação perdurou até 1932, quando foi designado para assumir o cargo de Interventor Federal o Senhor Manoel Ribas”.²⁶

Ao passar a crise política dos anos 30, nas décadas de 40-60, a política educacional foi outra. Houve grande participação da população solicitando mais escolas. Surgem nesta época campanhas em prol da alfabetização de adultos e várias outras medidas para atender às necessidades políticas e educacionais do país.

Quanto à expansão do ensino no Estado do Paraná, os imigrantes e migrantes internos, mineiros e paulistas, contribuíram para o crescimento das populações urbanas e conseqüentemente para a expansão do ensino no território paranaense. Segundo MACHADO “a expansão escolar paranaense caracterizou-se neste período pela participação da rede pública em todos os níveis de ensino. O Estado assumiu a responsabilidade de expandir e desenvolver o ensino, principalmente, o primário e o secundário em toda a região” (1987, p.113).

Ao escrever sobre a expansão do ensino no Paraná, mais especificamente em relação à organização do ensino médio, MACHADO mostra que ele surgiu com a iniciativa do Estado, deixando as escolas particulares, a princípio, sem ação (1987, p.117). Da mesma forma, a iniciativa do Estado em atender os professores foi sempre mais presente, pois o Estado mantinha maior oferta de professores do que as redes particulares, podendo suprir também a necessidade de algumas escolas particulares com o sistema de subvenção. A qualificação dos professores não era uma exigência legal do governo. Pela estatística apresentada por MACHADO, em 1940 havia 43,1% de normalistas formadas e 56,7% não formadas. Em 1948, havia 40,6% de professores qualificados e 59,9% de leigos. Isso demonstra que a metade dos professores atuantes, principalmente no ensino primário, não tinha formação profissional (1987, p.122). Porém, estavam exercendo a função de educadores e obtendo o apoio do governo para continuarem na função.

²⁶ ARNS, 1999, p. 104.

O desenvolvimento e a organização da educação brasileira no período de 40 -61, foi cheia de reformas e modificações, as quais influenciaram a política educacional dos Estados. Durante esse período, o ensino primário no Paraná não cresceu como deveria. A educação nas zonas rurais ficou prejudicada com a falta de professores, os quais ao se formarem nas cidades onde existia o Curso Normal, não queriam lecionar no interior. Segundo MIGUEL, ao abordar a formação do professor no Paraná, “ A partir de 46 “os cursos de formação de professores das escolas normais regionais expandem-se em função das modificações provocadas pelas relações capitalistas no contexto econômico-político e sócio-cultural. A formação do professor passou a ser considerada fundamental para o êxito de qualquer reforma no ensino primário” (1997, p.118). Era preciso qualificar o professor para poder implantar qualquer mudanças no ensino.

No decorrer da história da educação no Paraná, observa-se que em algumas ocasiões havia uma preocupação do governo em organizar melhor o ensino e oferecer algo mais eficiente à sociedade paranaense. Mas as questões das migrações internas e as demandas da população por mais escolas eram maiores do que os esforços do governo para tentar solucionar o problema da educação. Além disso, não existiam verbas suficientes para suprir todas as necessidades educacionais. Quem mais sofria com esta situação era a população que não podia contar com uma educação de qualidade e para todos.

A leitura de alguns relatórios da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, que se encontram na Biblioteca Pública do Paraná, revelaram a precária condição da maioria das escolas públicas em funcionamento no período de 30 - 40. Os prédios onde elas funcionavam, em muitos casos, eram pequenos, de madeira e sem conforto. Seus recursos eram escassos em todos os sentidos. Algumas escolas particulares, das zonas urbanas e das zonas rurais, apresentavam-se em melhores condições de receber alunos. Funcionavam em prédios de alvenaria e estavam melhor equipadas para atender às necessidades dos alunos. No que se refere ao corpo docente, os professores das escolas públicas eram melhor preparados, pois tinham que apresentar a qualificação exigida na época para lecionar.

O presente capítulo revelou a morosidade no desenvolvimento da instrução pública no estado do Paraná, o qual, desde o início da Província até meados do século XX passou por várias mudanças. A população sofreu com a falta de escolas e de investimentos para a melhoria da educação no Estado. Para resolver a situação, o governo favoreceu a abertura de escolas particulares e até subvencionadas.

Aproveitando o momento para a abertura dessas escolas, muitas instituições religiosas e filantrópicas, amparadas pela lei, deram início às atividades educacionais conforme o interesse de cada uma, tendo como critérios para o funcionamento, o currículo vigente na época, aulas na língua vernácula e a fiscalização da Secretaria da Instrução Pública do Paraná.

Notou-se que no processo de desenvolvimento social do Estado, as mudanças ocorridas tanto no setor político, econômico como no social, de certa forma, interferiram no desempenho da educação causando várias modificações legais e estruturais. O governo tinha em vista a melhoria do ensino, mas algumas vezes o que predominava era o interesse político como, por exemplo, na luta contra o analfabetismo, na construção de escolas e na fiscalização das escolas estrangeiras.

A observação dos comentários apresentados nos relatórios da Secretaria da Instrução Pública do Paraná, mostrou em alguns casos a precariedade do ensino público, a qual abrangeu desde a falta de escolas, materiais e equipamentos até a qualificação de professores. Mostrou ainda uma “certa” popularidade das escolas particulares e subvencionadas com seus programas de ensino mais moderno e também a dificuldade das escolas estrangeiras em manter-se funcionando com suas propostas curriculares e preservação da cultura de origem, em especial a língua.

No contexto sociopolítico e cultural apresentado da sociedade paranaense, percebeu-se que certas dificuldades políticas e econômicas atingiram o setor educacional retardando a organização e a qualidade do ensino. Nesse processo de desenvolvimento do ensino no Estado, surgiram escolas de diferentes ordens e com diferentes objetivos

educacionais. Dentre as escolas particulares confessionais de origem alemã, as mesmas eram católicas ou protestantes. Para mostrar a expansão das escolas protestantes de origem alemã, foram selecionadas duas: o Colégio Internacional e a Escola do Boqueirão, fundadas em épocas diferentes e com princípios cristãos de acordo com suas doutrinas. Essas escolas continuam funcionando e contribuindo para a formação do cidadão brasileiro e com o desenvolvimento da nação. Como surgiram e em que situação se desenvolveram é o que se pretende investigar nos próximos capítulos.

2. A IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM CURITIBA

Um dos fatores que ajudou no desenvolvimento e no progresso de grande parte da região Sul e do Brasil foi a presença de imigrantes europeus, tendo estes dado uma contribuição especial na formação sociocultural dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Com o intuito de verificar como o povo de origem alemã conseguiu se adaptar à nova pátria e como resolveram seus problemas, incluindo os de ordem educacional, serão destacados neste capítulo as principais fases de desenvolvimento e adaptação dos alemães em Curitiba, bem como suas contribuições para as diversas áreas da sociedade paranaense.

Por ocasião do centenário desta imigração no Sul do Brasil, vários autores de origem alemã escreveram sobre seus descendentes na nova pátria. Eles tentam preservar a história de um povo que veio ao Brasil em busca de uma vida melhor, porém, enfrentaram dificuldades no processo de assimilação e aculturação, por não querer se identificar com a cultura da nova pátria, mas resistiram aos problemas e hoje fazem parte da sociedade brasileira. Dentre esses autores, destacam-se: Wilhelm Furgmann, escreveu em alemão sobre a imigração e suas conseqüências; Leonardo Arbingaus escreveu sobre O Centenário da Colonização em Rio Negro e Mafra. Além desses,

outros escreveram sobre os alemães nos Estados do Paraná e Santa Catarina, Brepohl e Furgmann escreveram sobre "Os Alemães do Wolga no Estado Brasileiro do Paraná". Este grupo de imigrantes se destacou por ser de origem religiosa, eram protestantes menonitas. A relação de escritores brasileiros e teuto-brasileiros não pára por aqui, outros pesquisadores e professores de história, também relataram sobre a imigração alemã na região Sul do país. Esta pesquisa será apresentada com base, principalmente, nos trabalhos desenvolvidos por esses autores, os quais relatam a história da imigração alemã de forma bem detalhada na região Sul, bem como, através da pesquisa desenvolvida na Biblioteca Pública do Paraná.

Esses imigrantes, constituindo famílias, não chegaram aqui por acaso, mas por motivos diversos abandonaram seu país de origem para encontrar algo melhor em outro continente.

No século XIX a Europa, de onde vieram os imigrantes alemães, passava por sérias transformações sociais, políticas e tecnológicas ao ponto de refletir na vida dos colonos localizados na Europa Central causando migrações internas na região.

Sobre a situação da Alemanha no século XIX, SEYFERTH diz que a situação política do país antes da unificação estava muito ruim, um caos. Os pequenos estados, que tinham sua economia baseada na agricultura, sofriam com a falta de mecanização para a lavoura, motivo este que provocou o êxodo dos camponeses para vários lugares. Além disso, a legislação com relação à herança de terras em vários estados não era justa, prejudicando muitas famílias. Para agravar ainda mais a situação, as questões políticas afligiam as pessoas levando-as a optarem por abandonar o país (1974, pg. 18-25). Muitas famílias, então, saíram em busca de um futuro melhor. A crise econômica e política na Alemanha foi tão séria a ponto de gerar na população um clima de insegurança e insatisfação. Isso, segundo Seyferth, se deu devido aos seguintes fatores:

As razões mais importantes que levaram os alemães a deixarem seus

países de origem foram a escassez de terras, a fragmentação das propriedades, o excesso de trabalho nas áreas industriais e os baixos salários. Além disso havia também a propaganda das companhias de colonização e de agentes de imigração, tanto no Brasil como em outros países. Essa propaganda se fazia em torno da concessão de terras no novo mundo com a afirmação de que todos seriam proprietários sem qualquer referência às dificuldades que os futuros colonos teriam de enfrentar.²⁷

Antes de a Alemanha entrar nesta situação crítica, o Brasil já era um país favorável para receber imigrantes. A abertura dos portos, a independência do Brasil, a abolição da escravatura e a política de imigração possibilitaram receber os imigrantes no país. Era do interesse do governo brasileiro resolver vários problemas como por exemplo: “a vinda do imigrante serviria para ajudar a melhorar o sistema de transportes, comunicação, agricultura, crescimento da população livre e trabalho livre” (RANZI, 1983, p.10). Além disso, o governo pretendia melhorar a raça branca do país e favorecer a ocupação de terras. Com base nesta intenção, WITT esclarece melhor a idéia dizendo que: “o interesse em colonizar o Brasil com imigrantes brancos já fora manifestado quase um século antes de chegarem os primeiros colonos alemães para as colônias do Sul, pois a definitiva ocupação do Sul só seria possível pela colonização. Diante disso, e sentindo o potencial humano já exaurido, em Portugal, há muito tempo, pensava-se em lançar mão da imigração estrangeira” (1996, p. 13).

O Brasil era um país novo e precisava ser desenvolvido e habitado por pessoas que em pouco tempo mostrassem a diferença na expansão territorial, no serviço agrícola e no crescimento sociocultural. Por isso, colonizar as terras ainda não habitadas era uma estratégia do governo. Durante todo o século XIX, colonizar segundo ROCHE, é “de um lado, introduzir, com novos habitantes mão de obra inexistente no lugar, e, de outro lado, empregá-los nos estabelecimentos agrícolas” (1969, p. 2). Havia de início, interesse tanto da Alemanha como do Brasil pela imigração. Ambos pretendiam levar vantagens com a colonização. Para a Alemanha, a saída de colonos naquela ocasião de crise representava para o país um alívio sócio-econômico, e, mais tarde pretendiam tirar

²⁷ SEYFERTH, Giralda. 1974, p. 28

vantagens comerciais. “Esses interesses, no entanto, nem sempre coincidiram com o que buscavam os próprios imigrantes. Estes, pelo contrário, encontravam na saída da Alemanha uma libertação da miséria. Tinham esperança de poder realizar no Brasil seus sonhos de propriedade e bem-estar que em sua terra natal tinham se tornado impossíveis” (WITT, 1996, p. 26).

Klaus Richeter, ao escrever sobre a Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau, mostra que os interesses da Alemanha pelo Brasil eram favoráveis pelo fato de que: sendo o Brasil um país pouco habitado, com um clima vantajoso, de cultura diferente, mas de fácil adaptação, facilitaria a integração dos grupos étnicos e a preservação da cultura, língua e nacionalidade. De início iriam depender de produtos industriais da Alemanha, mas a longo prazo forneceriam matéria-prima para a Alemanha, tornando-se economicamente vinculados ao país de origem, mesmo sendo cidadãos brasileiros (RICHETER, 1986, p. 13-14). Por outro lado, o Brasil também tinha seus interesses com a imigração européia. Segundo Giralda Seyferth havia duas razões pelas quais o Brasil também estava interessado na imigração alemã: 1)- Para resgatar a imagem negativa do Brasil como nação escravocrata; 2)- Para concentrar mais a colonização no Sul, pois havia por parte da elite brasileira o discurso de que a região norte não era tão apropriada para a colonização dos europeus. (MAUCH e VASCONCELOS, 1994, p.12).

Assim, através de interesses mútuos, deu-se início à colonização alemã no Sul do país. O governo brasileiro atraiu os imigrantes europeus oferecendo-lhes diversas vantagens (ROCHE, 1969, p.93), tais como: terras, liberdade para preservarem seus costumes culturais e religiosos etc. Essas e outras vantagens estimularam a vinda de muitos estrangeiros para o Brasil. “O Governo Imperial estimulava mais a imigração de agricultores, artesãos, mecânicos, engenheiros, principalmente para a construção de estradas de ferro, rodagem etc.” (BIGARELLA, 1998, p. 146). Através da Carta Régia o governo concedia aos imigrantes passagens, doações de terras, animais para trabalhar e sementes (FOUQUET, 1974, p.95,96). Contudo havia algumas restrições de ordem religiosa, profissional e política para os imigrantes se estabelecerem no Brasil.

As famílias dos imigrantes, depois de assentadas em suas terras, deveriam dedicar-se elas mesmas ao preparo, plantio e cultivo do solo. A colonização pelos imigrantes no Brasil não foi tão simples como parece. Foi realizada de forma bem rigorosa. Isso poderá ser confirmado com o que escreve BIGARELLA sobre a colonização das famílias nos estados do Sul.

Os estadistas do império procuravam descobrir qual seria o melhor meio de prover o progresso do país através da imigração. Os imigrantes encontravam terras férteis e culturas diversas, como: algodão, cana, café, fumo, arroz, etc. As terras procuradas pelos imigrantes situavam-se principalmente nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Via de regra, cada imigrante que não possuía terra na Europa, podia escolher seu lote no Brasil, logo após ter escolhido seu terreno, este era medido pelo governo e transferido ao imigrante mediante o pagamento do preço estipulado. O preço das terras ocupadas variava entre 23 e 90 centavos de dólar por acre, que deveriam ser pagos antes de efetuarem a posse, ou também vendidos a prazo inferior a 5 anos, com juros de 6% ao ano. O título era fornecido após a quitação do débito. As terras de melhor qualidade, em grande parte pertenciam a particulares. Podiam ser adquiridos pelos imigrantes, porém a preço muito superior àqueles cobrado pelo governo. Havia terras com florestas nativas ou em estado de serem cultivadas de imediato. Seu preço variava de US\$ 1,40 a US\$ 7,00 o acre” (1998, p.146).

Desta forma, a maioria dos imigrantes alemães que entraram no país no final do século XIX eram camponeses e artesãos. Eles se fixaram no campo, preservando a cultura de origem (língua, religião, educação), mas por necessidade de comunicação e transação nos negócios, procuravam interagir com outras culturas que também se faziam presentes no ambiente em que se estabeleciam. Era uma forma de se adaptarem à nova terra sem deixar as raízes. A primeira colônia de alemães e suíços estabelecida no Brasil em 1818 residiu na Bahia e no Rio de Janeiro (FOUQUET, 1974, 98).

Desde que foi aberta a oportunidade para a imigração, de 1818 a 1849, 6.983 imigrantes foram acolhidos nas colônias de São Leopoldo de Alcântara, Mafra e Rio Negro (SEYFERTH, 1994, p. 13). Desta época até as primeiras décadas do século XX,

na estatística apresentada por Martins, entraram no Estado Paranaense, 30.000 imigrantes de diferentes etnias (MARTINS, 1955, p. 78).

Além do interesse por uma vida mais digna, entre os fatores já citados outros poderiam ser acrescentados para que os imigrantes alemães mantivessem interesses pelo Brasil: região pouco povoada, clima excelente para a agricultura, o comércio já estava na mão de grande parte de imigrantes alemães, os contratos de parceria não estavam vigorando (os colonos logo se tornavam proprietários das terras), criação de associações de colonização para receber e acompanhar os assentamentos de novos imigrantes e ajudar na formação de igreja, escola, etc... (WITT 1996, p. 24,25). Apesar de as expectativas serem diferentes da realidade que encontraram ao aqui chegarem, os colonos não desanimaram. Pouco a pouco foram chegando mais famílias de alemães, procurando se adaptar e contribuindo com o fortalecimento das colônias. Tendo como característica o empenho ao trabalho e o interesse pela cultura em geral, o alemão é conhecido pelo seu dinamismo, pelo valor que dá às tradições e à cultura de origem. Desta forma, foi bem aceito pelos brasileiros. Destacaram-se na sociedade através do trabalho agrícola e comercial, deixaram contribuições significativas também na área educacional, tais como: no início, a preservação da língua nos currículos das escolas, escolas bem equipadas, material didático moderno vindo da Alemanha, o incentivo aos esportes e à música, entre outras.

Segundo Lazzari, citado por WITT, havia duas políticas de imigração com finalidades diversas: a política do governo imperial, criando núcleos coloniais de pequenos proprietários num prosseguimento da velha idéia colonizadora, inaugurada por D. João VI com a fundação de Nova Friburgo, e a política dos fazendeiros, que queriam imigrantes para a lavoura à medida que viam o braço escassear” (1996, p. 15). De uma forma ou de outra, a imigração ocorreu com a aprovação do governo, primeiramente com a abertura dos portos para a entrada de estrangeiros no Brasil, depois através de uma política interna com o apoio de representantes alemães para ajudar no processo de assimilação e fixação dos imigrantes nas regiões onde iriam permanecer. Em 1830, devido às mudanças na política do país e gastos excessivos com a imigração, foi proibida

qualquer despesa por parte do governo com colonização estrangeira no Império. A responsabilidade de continuar com a colonização passou, a partir do Ato Adicional de 12/8/1834, a ser dos governos provinciais (ROCHE, 1969, p. 100). A partir de 1836 houve oportunidade para a iniciativa privada colaborar com a colonização. Nesta época, a lei das colonizações permitia a nativos e estrangeiros, a empresas particulares a fundação de colônias em terras pertencentes ao Estado. O empresário recebia terras de graça, sendo os seus direitos e os dos colonos delimitados em lei (FOUQUET, 1974, p. 99).

A Lei de nº 514 de 18/10/1848 ²⁸, no artigo 16 determinava: “A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares do seu território 3 léguas de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização e não poderão ser rateadas por braços escravos” (WITT, 1996, p. 15). Com a autorização do Governo Imperial para as províncias administrarem as questões da imigração, os Estados, principalmente do Sul, puderam tentar resolver seus problemas sociais, econômicos e políticos, tais como ocupação de territórios, mão de obra, desenvolvimento da população com mais liberdade, conforme seus interesses.

Havia, em 1849, uma sociedade colonizadora em Hamburgo, a única empresa alemã a introduzir colonos no Brasil. Esta, de 1850 a 1888 enviou 17.408 colonos à colônia de D. Francisca em Santa Catarina. A contribuição desta sociedade com a imigração estendeu-se até 1890, onde não mais pôde continuar ajudando com a colonização (RICHETER, 1986, p.15). Os motivos que impediram esta sociedade de continuar atuando nesta área não ficaram esclarecidos, por isso não se sabe com certeza porque pararam com o trabalho. Tendo em vista que, em 1849, esta sociedade adquiriu oito milhas quadradas de terra em Joinville (FOUQUET, 1974, p. 34), o mais provável é que ao término da distribuição dessas terras não tivessem mais como investir junto aos imigrantes.

²⁸ Foi essa lei que permitiu, segundo Roche, a criação de colônias nas Províncias e que regeu, até a Proclamação da República, o domínio territorial da Província (V.I p. 101).

O período de imigração européia no Brasil poderá ser caracterizado da seguinte forma: a) - Primeira fase de 1824 - 1847 - pelo Governo Imperial; b) - Segunda fase de 1890 - 1914 - pelos Governos dos Estados; e c) - A partir de 1914 – começa a diminuir a colonização.

O primeiro período da imigração germânica foi intensificado na década de 1820 – 1830, período em que se incrementou a colonização agrícola por iniciativa de D. Pedro I em várias Províncias: colônias de Catuca em Pernambuco; de São Januário na Bahia; de Santo Amaro e de Itapeirica, em São Paulo (1829); de Rio Negro, Província do Paraná (1829); de São Pedro de Alcântara e de São Leopoldo; Três Forquilhas e Torres, Províncias de São Pedro (1824 - 1825); quase todas baseadas em doações de terras e durante alguns anos socorridas pelo tesouro do Império.²⁹

O Paraná também investiu no projeto de imigração; pois tinha muito território para ser preenchido e, também, precisava de mão de obra agrícola. Os relatos históricos da imigração no Paraná mostram que os alemães chegaram aqui por volta de 1829. Eles, como já foi visto anteriormente, vieram em busca de uma nova vida, de um lugar onde pudessem ter esperanças de um futuro melhor para seus filhos.

Reportando-se à história da imigração alemã no Paraná, no texto escrito por Maria das Graças Magnani, em comemoração aos cem anos de contribuição dos alemães no Paraná, ela diz que em 1829, depois de uma viagem de três meses e oito dias de Bremem até a cidade do Rio de Janeiro, um grupo de imigrantes, a convite do Barão de Antonina, chega ao Paraná. Nesta ocasião, faziam parte do grupo 60 pessoas, sendo estas 23 maiores e 37 menores; esses se fixaram nas margens do Rio Negro, onde já existia um pequeno povoado chamado de Capela da Mata.

As 12 famílias que chegaram ao Brasil no grupo das 60 pessoas, vindas de Bremem, desembarcaram primeiro no Rio de Janeiro, depois foram encaminhadas para

²⁹ Jornal Estado do Paraná 23/1/1972.

Antonina, Paraná e de lá foram conduzidas para Rio Negro. Na ocasião, o futuro Barão de Antonina, João Silva Machado, localizou esse grupo de imigrantes e procurou trazer as primeiras levas de colonos europeus para a cidade com o objetivo de resolver o problema do povoamento da região. Na época, Curitiba era a Quinta. Comarca de São Paulo, a qual mais tarde se tornaria Província do Paraná, (Os Alemães no Estado do PR/SC, p. 29).

De acordo com a política de imigração, “Os imigrantes que chegaram à região Sul realizaram uma colonização nos moldes daquela proposta pela política do Governo Imperial e, desde o princípio, tornaram-se proprietários de terras, diferentemente dos que foram levados às fazendas cafeicultoras, os quais, antes de se tornarem proprietários, quando o conseguiram, tinham de trabalhar em regime de parceria” (WITT, 1996, p. 16).

Os imigrantes alemães chegaram ao Brasil cheios de expectativas e esperanças; pois antes de saírem da Alemanha, estavam sob a proteção do Estado; lá fundaram associação de imigrantes, assinaram contratos e garantia de terras sem pagamento e sem imposto durante dez anos. Mas a realidade que encontraram foi outra. Depois de fixados em Rio Negro, perceberam a real situação, a falta de estrutura e de benefícios para a adaptação, alguns se deslocaram para a cidade da Lapa a fim de conseguirem emprego para sustentar suas famílias (Os Alemães no PR/SC, 1929, p. 26). Tanto para esses colonos como para os demais espalhados pela região, o choque e a desilusão foi logo no início, porém, não perderam as esperanças. “Pouco a pouco, ao lado do regime pastoril predominante, foi surgindo uma sociedade agrícola, que deveria, mais tarde, dar lugar à atual sociedade paranaense. Foram os alemães os primeiros agricultores e industriais do Paraná” (Os Alemães no PR/SC, 1929, p. 16).

Existem vários depoimentos de imigrantes comentando sobre a dificuldade que enfrentaram no início com a adaptação à nova pátria. Dentre esses, selecionou-se um que, ao nosso ver, expressa bem a situação da época.

João Pletz era marceneiro, serralheiro e mecânico de precisão. A princípio trabalhou em Rio Negro para os operários da construção da estrada para Lages, preparando-lhes as ferramentas e armas, sem ganhar porém o suficiente para o sustento próprio e de sua família. Iniciou por isso plantações em terras indicadas pela comissão. Essa comissão não dava aos colonos as 4.000 braças quadradas, prometidas pelo governo e além disso, só lhes pagou durante pouco tempo a diária que era de 160 réis para os maiores de 10 anos e de 80 réis para os menores, prometida até ser efetuada a primeira colheita. Os colonos haviam chegado em Fevereiro e Novembro de 1829 e como suas terras não lhes fossem designadas, montaram em qualquer parte as suas cabanas provisórias e só puderam iniciar suas plantações em Outubro e Novembro, ainda em terras que não lhes pertenciam, somente em Março e Abril, colheram os primeiros produtos. A partir de 20 de Outubro, porém, as referidas diárias já não deviam mais ser pagas, mas felizmente, depois de muitas reclamações, teve o Diretor autorização para pagá-las ainda em Janeiro aos mais necessitados. Ficaram assim os colonos, em Fevereiro, Março e Abril, sem qualquer ajuda. As sementes que consigo haviam trazido (repolho, nabos, centeio e trigo) já tinham perdido grande parte de sua boa qualidade, tornando-se estéreis devido à impossibilidade de serem conservadas por tão longo tempo. Em Rio Negro se lhes forneceu ainda algumas sementes de milho, feijão e abóboras porém, sem conveniente explicação sobre a maneira de cultivar esses cereais, e, assim, a situação dos colonos, depois da primeira colheita, tornou-se difícil (Os Alemães no PR/SC, 1929, p. 59).

A primeira fase de adaptação dos imigrantes europeus no Paraná não foi fácil, como pode ser observado no relato da experiência acima citada. O governo não deu o apoio que deveria dar para o início da adaptação desses imigrantes aqui no Paraná. Como a maioria deles eram colonos e a terra demorava para produzir o que haviam plantado, muitas famílias enfrentaram muitas necessidades. A busca por melhores condições de vida, de trabalhos para o sustento da família, fez com que muitos colonos deixassem o interior onde foram fixados para se estabelecerem nas cidades, onde havia uma estrutura melhor para viver; Curitiba foi uma dessas cidades escolhidas para morar. Witt mostra como foi a adaptação dos colonos que se fixaram na região de Curitiba. Ao chegarem nos locais destinados, os que não tinham dinheiro para comprar terras nas colônias já formadas, recebiam do governo terra em qualquer lugar. Tinham que providenciar abrigo, desmatar a mata virgem e aceitar a proposta do governo para

pagarem um preço barato de 400 - 500 mil réis em cinco anos sem juros. Ao colono era dito: “aqui tu tens terra. agora dá um jeito de te virar”. Além das condições de pagamento sugeridas pelo Governo, este fornecia alimentos para os que não tinham nada para comer somente com solicitação de ajuda. O colono trabalhava na construção de estradas, plantava milho, abóboras, formavam comunidades, tentavam se organizar conforme as possibilidades que tinham. A ajuda que o governo dava era muito pouco, as famílias até cinco pessoas recebiam 25 mil réis, as de seis pessoas 50 mil réis (WITT, 1996, p. 37-41).

Depois da colônia de Rio Negro, o segundo núcleo criado no Paraná foi de iniciativa particular. Os imigrantes se espalharam por vários lugares formando colônias. Em 1852, surge a colônia de Superagui, em 1860 a de Açungui, em Serro Azul. A partir dessas, surgem as colônias do Pilarzinho, São Jerônimo, Abranches, Lamenha e Riviere. Em 1878 alguns imigrantes vão para Ponta Grossa dando origem a várias cidades como Tavares Bastos, Taquary, Tibagy, Uvaranas, Rio Verde, Santa Rita, Trindade e Floresta. Em Palmeiras deram origem a outros núcleos.³⁰ Assim sucessivamente vão crescendo os núcleos de imigrantes e aumentando a população paranaense. Juntamente com a expansão de pessoas no Estado crescem também os problemas sociais e econômicos, os quais iriam exigir do governo providências emergenciais nas diversas áreas, dentre elas a educação.

A primeira fase de adaptação dos imigrantes não foi nada fácil, a preocupação com abrigo e sustento fez com que a questão educacional esperasse um pouco para ser percebida. Acostumados com uma educação formal organizada nos seus países de origem e sentindo a falta de escolas públicas em suas comunidades, bem como a dificuldade em mandar seus filhos em idade escolar para receber as primeiras instruções escolares, tomaram providências próprias. Os mais velhos que tinham um pouco mais de estudo, ensinavam os mais novos a ler, a escrever e a efetuar as operações mais simples. Até certo ponto, esta atitude resolveu o problema, mas a dificuldade de continuar os

³⁰ Artigo retirado da Gazeta do Povo do dia 25/7/1994.

estudos era fato real. As crianças mais velhas não podiam prosseguir nos estudos, e tiveram que parar quando aqui chegaram. A questão da língua foi um fator que adiou a continuidade dos estudos de muitos adolescentes. Uma solução emergencial foi criar escolas comunitárias ou paroquiais nas comunidades de imigrantes.

Segundo o historiador NADALIN, foi a partir de 1830 que algumas famílias alemãs começaram a se instalar em Curitiba. Verificando a história, mediante pesquisas nos arquivos da Biblioteca Pública do Paraná, vê-se que a instalação dos alemães em Curitiba foi resultado de uma reemigração espontânea. Alguns não conseguiram se adaptar em Rio Negro, nem nas colônias de Santa Catarina e Joinville (na de Dona Francisca) e vieram se estabelecer na cidade. O alemão Michael Muller, chamado de “Miguel Alemão” foi o primeiro a chegar na cidade e logo participava ativamente da vida social.

A princípio, os alemães que chegaram em Rio Negro não manifestavam interesse por se fixarem em Curitiba. Somente no ano de 1833 que Miguel Muller, filho de Felipe Muller, veio definitivamente a Curitiba para trabalhar, pois em Rio Negro não conseguiu emprego como ferreiro, nem resultado compensador na lavoura devido à distância e o péssimo estado das estradas para vender seus produtos. Em Curitiba, conseguiu emprego, casou-se e montou uma ferraria. Destacou-se na sociedade, ganhou dinheiro e sabiamente empregou-o em terrenos, hortas, vinícolas, construiu casas, fabricou o primeiro carro e carrinho de mão, plantou e introduziu a batata inglesa na alimentação da sociedade paranaense (Os Alemães no PR/SC, 1929, p. 57).

NADALIN, ao pesquisar sobre os alemães no Paraná em seus diversos aspectos sociais diz que, “a partir de 1851 iniciou-se uma reemigração de alemães para Curitiba, oriundos de Santa Catarina, principalmente de Joinville, fato importante para o processo de urbanização da capital. Com efeito, a entrada de imigrantes em Curitiba produziu em grande parte a emergência de uma nova sociedade marcada por alterações mais ou menos profundas na estrutura econômica tradicional e também evidências em mudanças

nas estruturas demográficas e sociais, e por transformações de ordem cultural” (Palestra mimeografada, proferida em 1980, p. 3).

A contribuição dos alemães na colonização do Paraná foi algo significativo para a época. Ao entrar no novo século, já nas primeiras décadas, um autor alemão (Helmuth) diz que: 5% a 6% da população paranaense era germânica. Uma porcentagem expressiva para a época. A estatística apresentada por esse autor quanto ao número de alemães no Paraná em 1929 era de: 30.000 no interior e 12.000 em Curitiba, ocupavam, porém, o 4% ou o 5% lugar na ordem dos demais grupos étnicos (1979, p. 16-19).

Quando os imigrantes começaram a chegar ao Brasil, não havia legislação que regulamentasse todas as atividades sociais, nas quais estavam envolvidos, levando muitas vezes a serem discriminados, como por exemplo: com relação a língua, religiosidade, cultura, etc. A única lei que vigorava era em relação à posse de terras. O Governo Federal era quem se encarregava de recebê-los e assentá-los. “Logo após a primeira guerra mundial, pelo Decreto de 6 de Janeiro de 1921, o Governo brasileiro regulamentava a entrada dos imigrantes no Brasil e fixava as condições de sua aceitação. O Decreto de 31 de Dezembro de 1924 - autorizava às companhias de navegação a desembarcar imigrantes. Era a forma de manter o controle. Esse Decreto dava a primeira definição brasileira de imigrante” (ROCHE, 1969, p.131).

Quanto à questão da naturalização dos imigrantes, a primeira lei que regulamentou a situação foi a Lei de 24 de outubro de 1832, que “concedia nacionalidade brasileira aos estrangeiros com 4 anos de residência e que eram proprietários de terras ou exerciam profissão útil” (ROCHE, 1969, p.100).

Roche, ao falar sobre o período de adaptação dos imigrantes alemães no Sul do Brasil, mostra que eles tiveram que mudar muitas coisas do seu convívio habitual. Tiveram que mudar desde a alimentação, vestuário, diversão e demais atividades costumeiras por outras que eram costume da nação. Em relação à alimentação, tiveram que trocar o trigo, o centeio, a batata inglesa pelos produtos brasileiros como: milho,

mandioca, feijão, arroz, charque e outros. (1969, p.651). “ Geralmente o imigrante, recém-chegado, luta para preservar os elementos mais evidentes de sua individualidade, como o idioma, a religião, sua visão de mundo, sua organização do trabalho e até seu vestuário. Quando se faz parte de um grupo, a defesa dos valores culturais torna-se mais fácil e tem maior significado” (LAVALLE, 1996, p.32).

A aculturação dos imigrantes foi progressiva, em alguns lugares lenta, principalmente a dos colonos por estarem fixados em lugares mais distantes das cidades. Esses procuravam preservar a língua e os costumes de origem. Já os das cidades, como por exemplo os de Curitiba, tiveram outro tipo de assimilação, porém, também preservavam suas tradições na medida do possível, procuraram acompanhar o modo de vida da sociedade da época. Para continuar mantendo vínculo com o país de origem, as leis então em vigor concediam muitos favores aos imigrantes, tais como: “a inserção de direitos de importação sobre todos os objetos de uso pessoal, utensílios de comércio, implementos agrícolas e máquinas” (BIGARELLA, 1998, p.146). Isso os ajudava a enfrentar os desafios de viver em um país estrangeiro. A eles eram também “garantidos, pela Constituição Imperial, todos os direitos e liberdades civis que usufruem os brasileiros natos. Tinham liberdade religiosa, não sendo portanto importunados por suas crenças. Podiam tornar-se cidadãos naturalizados após alguns anos de residência no Brasil e estavam isentos dos deveres militares (BIGARELLA, 1998, p.146). Mesmo sendo assegurados pela lei que lhes dava liberdade, eram vistos como pessoas diferentes e em alguns casos discriminados devido o uso da língua, devido à crença religiosa, mas nada os impedia de agir conforme os seus costumes. A liberdade religiosa que lhes era garantida era limitada, pois os protestantes não poderiam construir templos em forma de igrejas. O culto tinha de ser realizado em casas ou em qualquer outro lugar que não tivesse semelhança com as igrejas católicas.

No comentário de Bigarella sobre a adaptação dos imigrantes, e diz que no cotidiano dessa gente, a convivência do dia-a-dia era igual para todos que faziam parte do mesmo grupo étnico, no sentido de preservar hábitos e costumes. Por estarem num país estrangeiro, a união do grupo os fortalecia e encorajava no sentido de superar as

dificuldades, a saudade que sentiam dos parentes que deixaram nos seus países de origem. Os alemães provinham de um país no qual as relações sociais de produção estavam mais desenvolvidas. A leitura e a escrita era importantes para eles, principalmente para os protestantes que tinham o hábito da leitura da Bíblia e de literaturas usadas nos cultos. Outro fator que valorizavam muito era a família. Para eles, a família era considerada a célula fundamental e por isso conservavam a homogeneidade (ROCHE, 1969, p.600).

Como nos mostra WILLENS, “ um período de convivência e troca entre imigrantes e a população que os recebe é reconhecido como necessário por vários autores. Em caso algum, a perda da cultura originária pode ser total e simultânea nas diversas esferas, pois do contrário a personalidade do imigrante desintegrar-se -á por completo. De mais a mais, a necessidade não envolve, nunca, o abandono total da cultura antiga” (1980, p. 119). Neste caso, os mais prejudicados eram os que residiam em colônias mais afastadas, os quais viviam quase que isolados da maioria da população.

No que se refere ao uso da língua original, no início da colonização, como alguns moravam em lugares distantes, isolados, os colonos não sentiam necessidade de aprender o português; pois quando precisavam se comunicar com os brasileiros havia alguém que servia como intérprete. Por não falar o português, eram considerados por muitos moradores da região como estrangeiros e preconceituosamente eram vistos pelas pessoas da classe social mais elevada como mão de obra barata (BIGARELLA, 1998, p. 202). Com o tempo, o convívio com outras pessoas e etnias, através do relacionamento social, escolar, serviços militares, trabalhos, o alemão deixou de ser a língua exclusiva, porém continuou sendo a preferida; criaram então uma nova língua, o “portunhão”. A comunicação entre eles se desenvolveu melhor com a publicação de um jornal em alemão, através do rádio e das escolas (ROCHE, 1969, p. 654-655). “O primeiro jornal editado em língua alemã no Brasil foi o DER COLONIST - PA, em 2/8/1852” (ROCHE, 1969, p.575). No Paraná circulavam alguns jornais estrangeiros, predominando o alemão. Dentre eles: o “Der Beobachter”, cujo redator era o alemão Fernando Schneider e a data da primeira publicação foi em 1/1/1889, o “Deutscher Zeitung”- redator: Julio

Rask, publicado em 1/10/1896, o "Deutsche Post", redator: Dr. Jorge Meyer, data da primeira edição, 16/1/1892 e outros (MARTINS, 1981, p.370,371). Em Curitiba, circulava o Jornal Dear Kompass (A Bússola). O interesse pela informação cultural sempre foi uma prioridade para as comunidades alemãs. Uma outra coisa que os mantinham unidos, era o espírito cooperativo, de sociedade. Através das múltiplas associações especializadas eles exerciam notável influência sobre a cultura paranaense (Os Alemães no PR/SC, 1929, p. 16).

Em relação ao desenvolvimento social, ROCHE mostra que nas colônias alguns membros se tornaram comerciantes e prosperaram no ramo do comércio, no qual tradicionalmente a função era passada de pai para filho. A ascensão social geralmente só era conseguida com a obtenção de diploma e da aquisição da cultura nacional (1969, p. 579 -583) privilégio este, mais fácil de se conseguir para os que residiam nas cidades ou os de melhor poder aquisitivo, os quais poderiam custear as despesas com estudos.

No sentido de preservar a história dos alemães no Paraná, Helmuth, ao comentar sobre a vida social dos imigrantes em Curitiba diz que em 1929, cem anos depois de estabelecidos e estruturados, passado o período da primeira guerra mundial, eles reconquistaram a posição, se reuniram "nas sociedades recreativas, beneficentes, orfeônicas, de teatro, de tiro, de professores, assistenciais, esportivas, de bolão, associações escolares e eclesiásticas. No círculo de senhoras se reuniam para trabalhos, cafés, clubes, jogos. Toda sociedade tinha sua biblioteca, jornais e revistas". (HELMUTH, 1980, p. 17,18).

O que impediu os alemães de se desenvolverem de forma mais próspera foram as guerras; pois em cada época de guerra eram vistos como estrangeiros e conseqüentemente perseguidos e desprezados. "Em todas as cidades do sul, todos de origem alemã sofreram perseguições. As moradias eram invadidas, as oficinas, comércio eram destruídos, saqueados, bibliotecas queimadas etc., algumas pessoas presas e internadas sem qualquer defesa" (HELMUTH, 1980, p.39). Passado o período crítico das guerras, tentaram se estabelecer e prosperaram socialmente e economicamente.

Segundo Helmuth, entre 1929 – 1937, a vida associativa alemã estava bem caracterizada, não só em Curitiba como também nas cidades do interior. Vários clubes estavam funcionando, dentre eles: Sociedade Beneficente Operária - 1884, União Kyffhamser no PR -1923, Colônia Hortícola Vila Guaíra - 1927 e outras (1980, p.28-30).

Ao pesquisar sobre os alemães em Curitiba percebe-se que, apesar de enfrentarem dificuldades de adaptação e assimilação a uma nova cultura, era um povo forte e perseverante, a união e a vontade de progredir os auxiliavam a superar as crises sem perderem as tradições.

Ao atingir um outro período histórico, já no governo de Vargas, com a criação do Estado Novo, os reflexos da política internacional atingiam, principalmente, os estrangeiros de origem alemã e isso preocupava as autoridades brasileiras. Desencadeou-se então uma intensa campanha de nacionalização, mais intensificada nos lugares onde havia imigrantes alemães. Uma série de decretos e leis foram criados para garantir a ordem no país. “A primeira lei repressiva do governo estadual veio a 13 de Janeiro de 1938, quando foi proibido o uso de nomes estrangeiros em sedes ou núcleos de população, estabelecimentos escolares ou outros que recebessem auxílio ou favor do Estado ou dos Municípios. Em consequência desta lei, os nomes de origem alemã foram substituídos por nomes nacionais ” (Os Alemães no PR, p. 47).

No período da segunda guerra, intensificaram-se as campanhas de pressão e fiscalização contra o povo alemão, seu idioma foi proibido, escolas foram fechadas, igrejas e associações, jornais, todos tiveram que fechar (HELMUTH, 1980, p. 39). Segundo Leopoldo Petry, citado por Helmuth, a quantidade de escolas fechadas depois de 1938 foi alarmante, chegaram a um número de 1.060, com um total de 40.585 alunos matriculados (HELMUTH, 1980, p. 40). Pela quantidade de escolas fechadas imagina-se que muitos alunos ficaram sem estudar por um certo período e isso possivelmente veio a acarretar prejuízos no prosseguimento dos estudos, causando problemas tanto para o governo como para os alunos.

Em Curitiba, as sociedades recreativas também foram prejudicadas, muitas tiveram que fechar suas portas, mudar de nome, dentre elas a que mais sofreu com o movimento de nacionalização e com a guerra, foi a Sociedade Beneficente Operária. Esta teve que ser nacionalizada e seus estatutos alterados. Chegou a ser, em 1942, requisitada pelas autoridades para servir de quartel para as tropas. Só em 1949 teve sua sede devolvida e em estado lastimável (HELMUTH, 1980, p. 50).

Para Helmuth, ao reconstruir a história de seus patrícios, os fatores que influenciaram de forma negativa a vida cultural alemã foram: 1)- Campanha de nacionalização por ter proibido nas escolas o idioma alemão; 2)- A segunda guerra mundial devido ao orgulho nacional; 3)- Mudanças na Alemanha devido ao orgulho nacional; 4)- A falta de assistência social no início e na adaptação à nova terra; 5)- Na escola os métodos educativos liberais para eles não funcionavam; 6)- A propaganda anti germânica durante a guerra atingia a todos. (HELMUTH, 1980, p.84-89). Na visão desse autor que era alemão, esses fatores foram prejudiciais ao bom desenvolvimento do seu grupo étnico aqui no Brasil, porém eram medidas que se faziam necessárias para a preservação e defesa da nação, tendo em vista que o país estava em clima de guerra e justamente contra os alemães. Algumas providências um pouco drásticas foram necessárias e aplicadas para preservar a segurança do país, principalmente nos períodos de guerras. Outras, de ordem social que envolviam a adaptação e a instrução, deixaram de ser aplicadas por falta de verbas e interesses políticos. Mas, após a segunda guerra mundial, na metade do século XX, os fatores positivos como a liberdade religiosa, o trabalho e a expressão de idéias permitiu o desenvolvimento de suas atividades culturais e conseqüentemente do progresso.

A população germânica viveu um clima de insegurança, medo e receio de prisão durante os períodos das guerras. Essa situação levou muitas pessoas ao isolamento e a ter que mudar nomes de estabelecimentos comerciais, clubes e até na forma de conduzir as atividades educacionais desenvolvidas em escolas de origem alemã. Mesmo que a intenção dos imigrantes alemães fosse de não se posicionarem contra o Brasil, o governo por precaução intensificou a fiscalização com o movimento de nacionalização. Sem

dúvida que os alemães foram os mais atingidos, as crianças em idade escolar tiveram seus estudos interrompidos, alguns por serem loiros de olhos azuis eram alvo de gozações e até de discriminações, o que incentivou mais ainda o funcionamento de escolas estrangeiras nas comunidades, a fim de evitar o preconceito e livrar as crianças dos perigos.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes alemães em Curitiba, passado o período considerado crítico para eles (durante as guerras), conseguiram se reerguer e contribuir para o progresso e modificações da cidade. A atuação desse grupo étnico pode ser percebida tanto no comércio como na indústria e ainda em várias profissões, conforme nos mostra a seguinte citação.

Em 1876, dos cinco médicos de Curitiba, um era alemão. De dois farmacêuticos, um alemão. A alemães pertenciam as cinco serras hidráulicas então existentes na cidade. De cinco botequins, eles tinham quatro. De dez engenhos de erva-mate a base econômica da época eles tinham um, mas o único movido a vapor. A única fábrica de carroças era de alemães, as quatro cervejarias, onze dos quinze ferreiros, uma estufa de cal, um hotel, nove das dez marcenarias, seis dos sete moinhos, a única empresa de diligências, as quatro olarias, duas das quatro padarias, uma relojaria, nove dos dez açougues, as cinco selarias, as cinco alfaiatarias, os três carpinteiros, o único chapeleiro. De cinquenta e sete estabelecimentos comerciais, doze eram alemães. De quatro mestres de construção, dois eram alemães. O primeiro moinho foi construído em Curitiba por um Kabitschki, no quarteirão das Mercês; a primeira olaria por um Meissner; e a primeira olaria movida a força hidráulica pelo Gottlieb Wieland, que ajudou a construção da Estrada da Graciosa (caminho para o Porto de Paranaguá) e outros caminhos. Foram os alemães de Curitiba que fundaram a primeira corporação voluntária do Corpo de Bombeiros, em 1897. Com barricas de cervejaria e carroções, os voluntários combatiam os incêndios nada raros daqueles tempos. Só em 1912 o presidente da província Carlos Cavalcanti profissionalizaria a corporação dos soldados do fogo (Os Alemães no PR/SC, 1929, p.4).

Como já foi dito, a união e a solidariedade entre eles é uma característica utilizada pelos imigrantes alemães para se adaptarem e vencerem as barreiras geradas no início da chegada à cidade, bem como as represálias por ocasião da primeira e segunda guerras. Desta forma, a contribuição que esse grupo étnico trouxe para a sociedade paranaense foi bastante significativa. A lista de contribuições relatadas no Almanaque de 1902 deixa clara a participação ativa em vários setores da sociedade, destacando-se nas profissões e na indústria e comércio, conforme já citamos acima, podendo ainda acrescentar mais algumas onde a presença dos alemães marcaram época: eram deles as inúmeras fábricas da cidade, as principais lojas, os armazéns, os jornais em alemão que circulavam pelo Estado, os diversos clubes e outros estabelecimentos socioculturais. E ainda pode-se acrescentar a contribuição na área educacional, com a criação de escolas e métodos diferentes no que se refere a alfabetização.

Em Curitiba, a participação de alemães e descendentes também pode ser confirmada na construção da Igreja Matriz e de vários projetos que desenvolveram e modificaram o aspecto físico da cidade. A antiga igreja da comunidade luterana por exemplo, tinha um estilo enxaimel, antes de ser demolida e estava localizada no centro da cidade. Devido à forte presença de alemães na região central, uma das ruas era chamada de Rua dos Alemães, onde havia muitas casas, sobrados e famílias alemãs. Além das igrejas, várias casas e colégios com estilo europeu foram construídos. Encontra-se no livro “Os Alemães no Paraná e Santa Catarina”, uma série de benefícios deixados pelos alemães para a sociedade paranaense e em especial para a cidade de Curitiba. Para confirmar a presença de um dos estabelecimentos de ensino que se destacou na sociedade no final do século XIX, é citada a Casa Schaffer, onde funcionava a Escola Internacional de Curitiba. Essa escola se destacou por ser protestante e de origem alemã. Em uma sociedade onde havia uma mistura de etnias, havia também a presença de crenças religiosas, onde protestantes e católicos atuavam como os principais orientadores espirituais do povo, cada qual preservando suas doutrinas e princípios cristãos.

ROCHE faz lembrar que “os protestantes e os católicos alemães jamais têm a mesma hierarquia de valores, não consideram o Estado, por exemplo, da mesma maneira, nunca exercem suas profissões ou suas atividades econômicas segundo os mesmos estímulos” (1969, p. 671). É natural que na sociedade onde vivem diferentes tipos de pessoas com diferentes culturas, tenham também diferentes crenças, que se manifestam em diferentes tipos de culto e igreja. Os imigrantes protestantes, que aqui chegaram, construíram igrejas, fundaram escolas; pois a evangelização e a educação para eles caminham juntas. No sentido de preservarem a fé, “os católicos jesuítas e os franciscanos alemães também fundaram colégios, conventos, paróquias no sul do país. No ano de 1928 existiam em Curitiba 10 igrejas católicas e 2 igrejas evangélicas, 1 batista e 1 metodista” (AULICH, 1953, p. 80).

A educação é um dos aspectos importantes para a assimilação da cultura de um país. WILLENS ao abordar sobre a educação dos imigrantes no Rio Grande do Sul, fala que a escola pública era um instrumento bastante significativo para o imigrante, no sentido de que ela podia oferecer o conhecimento da língua portuguesa e instrumentos de comunicação do meio em que eram destinados a viver (1980, p. 275). Desta forma, o domínio da língua se tornaria mais fácil e as crianças aprenderiam logo o idioma adotado.

Mas como não havia escolas públicas suficientes em todas as colônias, os imigrantes eram obrigados a resolver a questão da educação escolar de seus filhos conforme as próprias possibilidades. Por meio da união e cooperação criaram suas escolas e para lá enviavam seus filhos. O sistema de adaptação e métodos de ensino nas escolas comunitárias era de acordo com as realizadas na Alemanha. Algumas até recebiam recursos financeiros e didáticos vindos de lá.

Dentre as várias escolas de origem germânica que funcionavam na cidade, a primeira escola protestante alemã de Curitiba foi o Colégio Progresso, criado em 1869, a “DEUTSCHE SCHULE” sob a direção da comunidade evangélica luterana, dirigida por August Gaertner. Nesta escola o primeiro professor de idioma português foi o Professor

Urzino Carneiro de Souza. Em 1908, as aulas eram dadas por nove professores, a escola tinha 400 alunos de ambos os sexos, filhos de alemães, poloneses, italianos, para aprenderem o alemão (AULICH, 1953, p. 84).

Em maio de 1896, o Padre Franz Auling, alemão, fundou a Escola Católica, a qual a partir de 1903 se desdobrou no Colégio Bom Jesus para rapazes e no Colégio Divina Providência para meninas (AULICH, 1953, p.84). Essa escola funcionava com aulas em alemão e para os filhos de alemães da cidade, mas também contava com a presença dos filhos de outros imigrantes que moravam na cidade. Neste mesmo ano, uma outra escola começava a funcionar na sociedade curitibana, o Colégio Internacional, dirigido por protestantes particulares pertencentes aos adventistas do sétimo dia, também com aulas em alemão, especialmente para alunos filhos de imigrantes e membros da comunidade religiosa.

A questão educacional para os alemães que viviam nas colônias era diferente daqueles que viviam na cidade. Para eles a situação era pior porque não havia escolas públicas para suprir as necessidades de todos e as que existiam, muitas vezes ficavam longe das suas residências, impedindo as crianças de prosseguirem nos estudos. Da mesma forma acontecia na cidade, haviam poucas escolas públicas e por isso, entidades particulares abriam escolas e ofereciam um ensino mais apropriado às comunidades estrangeiras.

A presença de várias escolas de diferentes ordens desencadeou um clima de competição entre elas. As escolas alemãs geralmente recebiam ajuda da Alemanha no que se referia a materiais didáticos e até contando com professores especializados. Os alunos que freqüentavam essas escolas em Curitiba eram, na maioria, crianças descendentes de alemães e também algumas da população local. A estatística apresentada por WILLENS sobre as escolas teutobrasileiras que estavam funcionando em 1930, mostra que apesar de o Paraná ter um número menor de escolas (40 escolas e 1950 alunos), ainda mantinha-se em terceiro lugar entre os demais estados do Sul. O maior número de escolas alemãs se concentrava no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (1980, p. 290). No

início da imigração, a escola aqui no Brasil, segundo Willens, servia mais para a socialização do que para a assimilação da cultura intelectual (1980, p.296). Essa cultura intelectual se referia aos conhecimentos dados na escola secular. O interesse em saber se relacionar e conviver com brasileiros era importante para o aprendizado da língua, depois disso a instrução secular dada nas escolas iria facilitar a aprendizagem.

Para melhorar a qualidade do ensino nas escolas protestantes e obedecer os regulamentos exigidos pela legislação quanto ao trabalho do professor, foram criadas escolas de preparação de professores. A primeira escola normal fundada por protestantes, foi em Santa Cruz em 1910, a segunda em 1927 em São Leopoldo. Até 1936, 160 professores formaram-se nessas escolas (WILLENS, 1980, p. 294). Em 1924 os católicos também fundaram sua escola normal em Arroio do Meio. Seis anos depois a escola foi transferida para Novo Hamburgo (WILLENS, 18980, p. 295). Destas escolas saíram alguns dos professores que vieram atuar nas escolas públicas e particulares de Curitiba. Uma das características da escola alemã no Brasil é a sua autonomia e a organização interna, e sempre está ligada a uma comunidade religiosa. A forma como eram organizadas as escolas alemãs pode ser percebida conforme segue:

Nas escolas alemãs, freqüentadas por ricos e pobres é ministrado aos jovens não só o ensino elementar, mas também o secundário. O aluno, após receber os conhecimentos gerais obtém o aperfeiçoamento da sua cultura intelectual, de forma a torná-lo apto para o exercício da profissão na vasta esfera do comércio, da indústria e da agricultura. Não descutam também os mestres da formação do caráter do aluno. Os exemplos do dever, da honra, da disciplina, a ginástica, a música, e o canto, são os poderosos recursos de que lançam mão para atingirem o fim visado.³¹

O currículo aplicado nas escolas alemãs de Curitiba no início da colonização não era o mesmo aplicado no século XX. No princípio as aulas eram dadas em alemão e apenas algumas horas por semana eram dedicadas ao ensino do Português. No novo século, as escolas comunitárias seguiam o programa determinado pela Secretaria de

³¹ Os Alemães no Paraná e Santa Catarina, 1929

Educação do Estado, acrescido da língua alemã e de outras disciplinas comuns nas escolas da Alemanha, como por exemplo: a música, a ginástica, ensino religioso. O professor no início era alemão, depois foi substituído, por determinações legais e em prol da campanha de nacionalização do ensino, por professores brasileiros ou professores que falavam o português para lecionarem também em português, conforme exigia a legislação. Porém, procuravam preservar a língua original.

Tendo em vista a nacionalização do ensino, foi exigida dos imigrantes a integração com a nação através do valor político e cultural pelo país. Para tanto, foi estabelecida uma série de decretos estaduais e federais para tal conscientização. Tornou-se obrigatório o uso da língua portuguesa nas escolas bem como o acréscimo das disciplinas de História do Brasil e Geografia.

Dentre os decretos estabelecidos para a conscientização do ensino nacional, o mais importante, segundo Kreutz, citado por Muller, foi o de número 1.545, de 25 de agosto de 1939. Instruía-se aos Secretários de Educação nos estados, para construir e manter escolas em áreas de colonização estrangeira, para estimular o patriotismo por parte dos estudantes, para fiscalizar o ensino de línguas estrangeiras e para intensificar o ensino de história e geografia do Brasil. Proibia-se que alguma escola fosse dirigida por estrangeiro e que se fizesse uso de algumas línguas estrangeiras em assembléias e reuniões públicas. Ordenava-se ainda que a educação física nas escolas fosse colocada sob a direção de um oficial ou sargento das Forças Armadas indicado pelo comandante militar da região (MÜLLER, 1994, p. 45,46).

Desta forma o imigrante alemão conseguiu se adaptar à nação e desenvolver atividades peculiares para suprir suas necessidades. Destacaram-se em diversas áreas da sociedade, investiram na educação, venceram os preconceitos raciais, religiosos e ainda hoje, através de seus descendentes, continuam contribuindo para o progresso do país. A contribuição dos protestantes de origem alemã na área educacional foi um fator que não se pode negar. Para entender a presença de protestantes na sociedade brasileira e o interesse que tiveram pela educação é preciso conhecer a história do protestantismo no

Brasil, o qual chegou em um momento histórico favorável que marcou época. Sobre a origem do protestantismo no Brasil e a contribuição no campo educacional estudaremos no próximo capítulo.

3. CAPÍTULO II

3. 1. O PROTESTANTISMO HISTÓRICO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Estima-se que o número de protestantes existentes hoje na sociedade brasileira seja de aproximadamente 40 milhões, uma quantia significativa para um país que desde o seu descobrimento até um passado próximo teve como religião oficial o catolicismo romano.

Desde o início da colonização a religião católica predominava no país e por muito tempo continuou influenciando a vida social e política dos brasileiros. Mas a presença de imigrantes protestantes trouxe mudanças também no campo religioso, possibilitando assim, a oportunidade de opção religiosa para os habitantes da nação. O protestantismo ao longo dos anos foi sendo visto como uma opção de vida espiritual tanto para as pessoas que viviam nas comunidades urbanas como nas rurais. Todos tinham liberdade de escolher suas crenças religiosas. Católicos e protestantes passaram a conviver lado a lado na sociedade, cada qual “respeitando” seu espaço e sua fé. Apesar de o protestantismo não ter alcançado o destaque que o catolicismo teve, desde o início de sua implantação no Brasil, deixou na história suas marcas e seus benefícios para a sociedade, principalmente no que se refere às questões educacionais e à liberdade de idéias.

O movimento protestante surgiu primeiramente na Europa, se espalhou para a América do Norte e acabou chegando também ao Brasil. Neste capítulo serão apresentados, de forma geral: a) Um relato histórico de como foi a implantação do protestantismo no Brasil; b) Alguns aspectos do protestantismo no Paraná e na cidade de Curitiba. Isto será feito com a intenção de mostrar quais foram as denominações protestantes que desenvolveram atividades educativas de origem étnica alemã no período que abrange o final do século XIX e o início do XX.

As instituições religiosas existentes em Curitiba, selecionadas para a pesquisa são: a Igreja, Adventista do Sétimo Dia e a dos Irmãos Menonitas, as quais se envolveram de forma mais significativa com a educação, fundaram escolas étnicas e contribuíram para a formação educacional e o desenvolvimento de parte da sociedade curitibana.

Pesquisadores do protestantismo têm contribuído através de suas obras para que a memória da atuação dos protestantes não fique perdida na história. Essas obras se encontram dentro dos campos da sociologia, filosofia, antropologia, teologia e educação, e, algumas delas, serão utilizadas neste trabalho.

O protestantismo é um assunto de ordem socio-religiosa muito complexo no que se refere à sua teologia. Não é a intenção da pesquisadora fazer um estudo profundo sobre o protestantismo e os seus aspectos teológicos mas, sim, resgatar na história do Brasil, dados que ajudarão a entender a atuação dos protestantes na área educacional.

Antes de prosseguir com a pesquisa é preciso esclarecer a diferença entre protestante e evangélico. Entende-se como protestante, aquele que protesta contra alguma coisa. O dicionário da língua portuguesa elaborado por Bueno da Silva define o termo “protestante” da seguinte forma: “o que diz do partido da Reforma (luteranos, calvinistas, anglicanos etc)”.³² Neste caso, pode-se dizer que protestante é aquele que vai contra as doutrinas da Igreja Católica. Mas não é só isso que o define. Para DILLENBERGER E WELCH, significa seguir os princípios dos grandes reformadores, a saber: a justificação pela fé, o direito e o dever do juízo final em matéria de fé e a autoridade das escrituras (1954, p. 282). E ainda, é tido como um movimento histórico que surgiu na Europa Ocidental, está relacionado com outros movimentos sociais, econômicos e políticos. Pensando mais além, o protestantismo significa certas formas de pensamentos e declarações de fé, maneira de adorar, grupos de pessoas unidas em certos

³² BUENO, Francisco da Silva, p. 916

continentes geográficos (WELCH 1954, p. 284). Rubem Alves, ao analisar a ideologia protestante, afirma que:

O protestantismo foi, em primeiro lugar, uma simples modificação do catolicismo, no qual a formulação católica dos problemas foi mantida, enquanto que uma resposta diferente lhes era oferecida.

De início o protestantismo se preocupava em responder à velha questão acerca da certeza da salvação, que tem como seus pressupostos a existência de Deus, seu caráter ético e pessoal e, em geral, a cosmologia bíblica medieval, e tem como seu único e urgente problema a absolvição no juízo final, visto que todos os homens foram condenados ao inferno em consequência do pecado original (1982, p. 32).

Algumas denominações são realmente consideradas protestantes, como é o caso dos luteranos, seguidores de Lutero (protestam contra a Igreja Católica); dos presbiterianos, cujas doutrinas estão baseadas na teologia de Calvino (reformador protestante na Suíça); e a Igreja Anglicana. As demais não são protestantes porque não protestaram contra nenhuma igreja. São ramificações do protestantismo, denominadas evangélicas (que seguem e pregam as boas novas do Evangelho do Senhor Jesus Cristo). Como esta questão aparece dentro de um mesmo tema: protestantes, para alguns autores ainda não é um ponto bem dividido e de clara identificação, tomou-se como definição para este estudo, que o termo protestante será dado a todo aquele cristão que se diz “não católico”, ou seja, que não segue as doutrinas da Igreja Católica Apostólica Romana. Serão incluídas no grupo de protestantes, as denominações históricas³³ que surgiram depois da Reforma protestante de Lutero.

Durante o período imperial, a religião predominante no Brasil, conforme já dito, era a católica; o protestantismo entra no país como um movimento religioso apoiado por questões econômicas e políticas e se desenvolve durante o período republicano. De início não foi uma questão pacífica, pois tentar penetrar em um país onde o pensamento religioso da sociedade estava fundamentada na tradição religiosa estabelecida pela Igreja

³³ Denominações históricas são as Igrejas Presbiterianas, Metodistas, Batistas, Episcopais, Luteranas e outras que surgiram mais tarde.

Católica desde o descobrimento, não era uma coisa simples. Desta forma, “Durante o período colonial não foi possível devido ao monopólio do catolicismo” (RAMALHO, 1976, p.52). Contudo, houve algumas tentativas que não alcançaram êxito. A primeira delas foi em 1555, quando chegou ao Brasil a expedição de Villegaignon, o qual pretendia fundar a França Antártica e construir um refúgio onde os huguenotes pudessem praticar livremente o culto reformado. Mas não deu certo; pois Villegaignon foi expulso da colônia de Guanabara em 1560 (MENDONÇA, 1984, p. 18). Desta forma não foi possível difundir idéias protestantes no Brasil.

Uma segunda tentativa foi realizada “no período holandês, na Bahia (1624 -30), quando reformadores se estabeleceram no nordeste com toda sua organização eclesiástica à moda genebriana. Durante 15 anos Pernambuco e algumas áreas do nordeste foram protestantes” (MENDONÇA, 1984, p.18,19). Mas também não houve espaço na sociedade para continuar divulgando o protestantismo em outras regiões. Ainda não foi desta vez que o protestantismo iria ser implantado no Brasil. A situação ficou mais restrita com uma lei estabelecida em 1720 proibindo qualquer pessoa de entrar no Brasil que não estivesse a serviço da Coroa ou da Igreja. As tentativas de se implantar uma nova religião no Brasil, seja por expedições ou por presença, não deram certo e nem deixaram traços, pois da mesma forma que grupos protestantes tentaram entrar no país, saíram sem deixar influências.

O quadro social, político e econômico do Brasil começou a tomar outras direções com a vinda da família real para o Brasil. Dom João VI trouxe novas idéias, causando mudanças na política do país. A começar com os portos, os quais “são abertos e os protestantes anglo-saxões começam a chegar e se estabelecer no Brasil, com relativa liberdade para suas práticas religiosas” (MENDONÇA, 1984, p. 20).

A abertura dos portos foi um fator que favoreceu o progresso do país nas diversas áreas sociais. Foi um período que também deu início às imigrações e à obra de colonização de várias províncias. A entrada de estrangeiros fez-se de acordo com as leis do Império, inclusive com liberdade para a prática religiosa. “O Tratado do Comércio e

Navegação, de 19/2/1810, traçou as diretrizes que iriam garantir a todos o direito de praticar a sua religião particular, desde que não perturbassem a paz pública ou tentasse fazer proselitismo entre os católicos” (REILY, 1995, p.41).

Aproveitando o momento histórico da política de boas relações sociais e econômicas, os protestantes chegam ao Brasil junto com a imigração. Eram, na maioria, de origem norte-americana e européia. Isso se deu em meados do século XIX. Apesar de o monopólio católico ainda existir, encontraram brechas na sociedade para penetrar e se desenvolver. “Até 1824, ingleses, alemães, suecos e americanos foram chegando e vivendo sua fé conforme a situação lhes permitia” (MENDONÇA, 1984, p.20). De acordo com RIBEIRO, em 1824 desembarcaram os futuros componentes da primeira colônia de protestantes e, neste mesmo ano, realizaram o primeiro culto evangélico em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (1973, p.12). Esta colônia era formada por 334 imigrantes, os quais tinham como líder espiritual o Pastor Fridrich Oswaldo Sowbronn. Depois desta, outras se fixaram nas regiões de São Paulo (1827 - 1829), Santa Catarina (1828 - 1850) e Paraná (1829) (REILY, 1993, p. 50,51).

Através da Constituição de 1824 os protestantes, de forma inibida, conseguiram conquistar espaço na sociedade. Esta constituição, no seu art. 5º, assegura o seguinte:

Art. 5º. - A religião Católica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo” (REILY, 1993, p. 42).

Até o período da República a norma era essa para os protestantes. Eles poderiam se reunir em casas para realizar seus cultos, desde que essas casas não tivessem nenhuma aparência de igreja. Não podiam ter cruz, sinos ou qualquer outra característica de igreja. Não se importando com a aparência dos locais de culto, mas com o propósito do culto, os protestantes realizavam suas práticas religiosas em casas, escolas ou em capelas erguidas conforme determinação da lei.

Como se não bastasse a limitação que tinham para realizar suas práticas religiosas, os primeiros protestantes experimentaram a discriminação da sociedade, que tinha a religião oficial, a católica, arraigada no coração e na mente. Esta mantinha influência na sociedade de tal maneira que fazia a vez dos cartórios. Para se tornarem válidos os casamentos, nascimentos, trâmites de herança, a pessoa teria que comprovar que era batizada na Igreja Católica. Isso sem dúvida prejudicava a comunidade protestante que necessitava dos cartórios para efetivar seus registros. A situação foi ficando cada vez mais difícil ao ponto de o governo ter que interferir nas leis do país para possibilitar que todos convivessem em harmonia, mesmo sendo de diferentes práticas religiosas.

Os protestantes, ao se estabelecerem no Brasil, passam a se interessar pela vida espiritual de suas comunidades de forma mais efetiva no período republicano, em que várias agências missionárias começam a investir na área espiritual dos estrangeiros protestantes que residiam no Brasil. No início “Os ingleses e americanos constituíam comunidades religiosas fechadas à sociedade brasileira, ao passo que os alemães e suíços, pela falta de assistência religiosa, foram sendo absorvidos pela sociedade abrangente, ao ponto de grande parte deles abandonarem a antiga fé” (MENDONÇA, 1984, p. 21). EMILE diz que: “fora das colônias estrangeiras, não havia protestantismo algum. Em 1888, a Igreja Presbiteriana, então a mais desenvolvida no país, contava com mais de 50 comunidades para apenas 20 missionários” (1981, p. 85). Nota-se que, a princípio, os protestantes não tinham interesse em divulgar suas crenças; estavam interessados em apenas suprir as necessidades espirituais de seus grupos. Mas, percebendo que teriam aceitação fora de suas comunidades, começaram a investir no trabalho de evangelização com a ajuda das missões.

O número de protestantes vindos com a imigração, principalmente americanos e europeus para o Brasil era significativo; pois a maioria desses estrangeiros pertencia às diversas denominações vindas do protestantismo nos seus países de origem. Para cuidar da vida espiritual desse povo era preciso a presença de um líder espiritual. Como no início não era possível ter a presença de um pastor para cada comunidade, eles utilizavam

o leigo, “em algumas, os membros eram os que espontaneamente dirigiam os trabalhos na falta de um pastor fixo. Os obreiros continuavam a evangelização, pois, ficando imbuidos da paixão de evangelizar sonhavam com planos de alcançar o maior número possível de pecadores com sua mensagem” (LEONARDO, 1981, p. 88).

Para obter-se uma visão mais ampla da implantação das missões protestantes em solo brasileiro, Mendonça fornece dados que nos possibilitam traçar uma abordagem cronológica sobre a chegada dos primeiros missionários e suas diversas denominações. Em 1836 chega ao Rio de Janeiro o primeiro missionário metodista, o Reverendo Fountain E. Pitts, do Board of Mission of the Methodist Episcopal Church in the United States que começou a pregar em residências particulares. Outro metodista, o Reverendo Justus Spaulding, também ajudou na organização da Igreja, a qual foi inaugurada com 40 membros. Em 1862, Simonton abre a Primeira Igreja Presbiteriana e começa um trabalho com brasileiros no Rio de Janeiro. Em 1871, os metodistas e os batistas fundaram uma Igreja em Santa Barbara. Em 1876, o Reverendo J. J. Ranson, fundou definitivamente a Terceira Igreja Metodista no Brasil, com seis pessoas, todas estrangeiras. O segundo grupo de protestantes foi o da Igreja Congregacional, fundada em 1858 em Pernambuco. Esta realizou trabalhos com brasileiros. Em 1889 a América Church Missionary Society enviou dois jovens para o Brasil, os Reverendos James Wattson Marris e Luciem Lee Kinsolving (MENDONÇA, 1984, p. 23,24,26).

Assim, as denominações evangélicas começaram a desenvolver atividades missionárias em solo brasileiro. Na lista dos missionários que iniciaram atividades religiosas no Brasil, Mendonça ainda destaca Roberto Kalley, como sendo o primeiro a realizar trabalhos religiosos em português. Ele era um médico escocês que fazia da música um instrumento de evangelização. Através dos hinos sacros, transmitia sua teologia e divulgava o protestantismo para a sociedade brasileira (1984, p. 185). Esta forma de evangelização, mesmo que inibida, chamava a atenção, pois além de ser uma pessoa profissionalmente conceituada na sociedade, sabia que a música atrai e cativa as pessoas.

Os primeiros missionários tinham não só a tarefa de evangelizar, mas também de orientar a instrução escolar das comunidades. Como mostra MESQUIDA, “ O pastor tinha a tarefa de encorajar a criação de escolas em sua paróquia e garantir a seriedade do ensino ministrado, de tal forma que elas granjeassem a confiança do povo” (1994, p. 141). Essa questão da educação escolar ser de responsabilidade do pastor nas colônias de imigrantes era devido ao fato de que a situação escolar da época deixava muito a desejar, estava realmente precária. A situação “começou a mudar a partir de 1860, quando a presença de missionários norte-americanos tornou possível a instalação de escolas para os filhos dos imigrantes protestantes, sobretudo no Oeste paulista” (MESQUIDA, 1994, p. 65). Foi o primeiro passo para a abertura e desenvolvimento da educação protestante no país. A necessidade de educação formal para as crianças estrangeiras, juntamente com o interesse de preservarem a fé cristã baseada nas doutrinas e crenças protestantes, fez com que as comunidades religiosas contribuíssem para a proliferação de escolas protestantes em diversas localidades onde havia estrangeiros que abraçavam a mesma fé.

Verificando o período de implantação do protestantismo no Brasil, percebe-se que este se estabeleceu na sociedade através de suas diversas ramificações, ou seja, de várias denominações, as quais já foram mencionadas, e se destacou de duas formas: a)- Protestantismo de imigração e b)- Protestantismo de conversão. O período que abrange esta fase de implantação vai de 1808 a 1889, sob a influência norte-americana e européia e de 1889 a 1964, com o aparecimento das denominações históricas, dentre elas destacam-se os presbiterianos independentes, os luteranos, os menonitas, os metodistas, os da Igreja Adventista do Sétimo Dia, os da Igreja do Nazareno e os pentecostais (REILY, 1993, p. 18,19). Segundo BOAVENTURA, tanto o crescimento da Igreja Metodista como das demais denominações, foi devido à entrada do capital norte-americano, da imigração e da mão de obra qualificada (1978, p. 24). Neste processo do trabalho missionário no Brasil, RAMALHO diz que o período de maior difusão do protestantismo histórico foi o de 1930; pois somente no século XX é que realmente se notam os efeitos da obra missionária (1976, p. 59), podendo esta ser caracterizada como sendo de origem estrangeira.

O regime republicano foi o movimento de grande abertura para a atuação dos protestantes. Nesta época a população já participava de forma mais ativa das questões políticas do país. Com o processo de industrialização surgem novas idéias, novos planos para a sociedade brasileira na qual a presença de estrangeiros era garantida e conseqüentemente de protestantes ingleses, americanos e alemães. Esses portadores de valores, ideais e cultura própria, influenciaram a sociedade brasileira com o intuito de fazer parte do desenvolvimento do país.

Paralelamente à implantação do protestantismo, outros movimentos estavam proliferando no cenário da nação como, por exemplo, o liberalismo, o positivismo, que já existia desde 1811, a maçonaria, desde 1801, e o movimento republicano. Esses movimentos de certa forma contribuíram para o fortalecimento do protestantismo na sociedade dos grandes centros urbanos. Existia uma pluralidade de idéias geradas pelas questões sociais, econômicas e políticas nas principais cidades. O interesse de Dom Pedro II pela vinda de protestantes para o Brasil foi uma questão política e social, pois ele "desejava servir-se da igreja no campo social, proporcionando grandes facilidades aos primeiros missionários protestantes que são apreciados pelos seus conhecimentos e pelos serviços práticos que podem realizar. Por outro lado, era dos países protestantes que ele esperava a imigração indispensável ao seu plano de governo; por isso era necessário assegurar a esses colonos a possibilidade de exercer seu culto e de educar seus filhos. (RAMALHO, 1976, p. 56).

Com base nos estudos de Jether P. Ramalho, de Mesquida e de acordo com outros autores, as principais condições que possibilitaram a implantação do protestantismo no Brasil foram:

- Assinatura do tratado de comércio entre Portugal e Inglaterra em 1810.
- Movimentos de libertação nacional que culminaram com a independência política em 1822.
- Expansão de idéias liberais.
- Liderança do sistema capitalista mundial assumida pela Inglaterra e fortalecimento dos Estados Unidos com interesses econômicos no Brasil.

- Correntes migratórias originárias desses países e também da Alemanha.
- O enfraquecimento do clero.
- A ausência dos preconceitos por parte de partidos políticos.

Essas contribuições não só possibilitaram, mas também favoreceram a difusão do protestantismo no Brasil. Isto pode ser confirmado com o desenvolvimento de várias denominações, como foi o caso da Igreja Presbiteriana, que “no processo de nacionalização do protestantismo contava, em 1888, com 12 pastores nacionais e 20 missionários, no fim de 1900, o número de pastores nacionais já se havia elevado para 48” (LEONARD, 1981, p. 93). Entretanto, em meio à fase de implantação e adaptação, surgem dificuldades diversas como por exemplo o problema da língua; o da aculturação; o do preconceito e outros. Estas dificuldades foram causadas pelas exigências das leis do Império, da proibição de construir igrejas, da realização dos casamentos, os quais só eram considerados válidos se realizados por sacerdotes católicos e da pregação das doutrinas evangélicas em lugares públicos. (RAMALHO, 1976, p. 57).

Com a liberdade para a entrada de imigrantes no país, as sociedades bíblicas enviavam missionários para vender e distribuir Bíblias no Brasil. Segundo MENDONÇA, “A distribuição de Bíblias foi o ponto estratégico para a penetração dos protestantes no Brasil” (1984, p. 22). “Entre os períodos de 1859 e 1874, 20.000 exemplares da Bíblia foram distribuídos” (CAMARGO, 1973, p.11). A distribuição de Bíblias foi uma das estratégias utilizadas pelos protestantes para divulgar suas idéias religiosas nas diversas regiões do país. A continuidade do trabalho dos copoltores (vendedores de Bíblias e artigos religiosos) resultou em 1948 no nascimento da Sociedade Bíblica Brasileira, com sede no Rio de Janeiro, de natureza filantrópica, com objetivo de difusão das Escrituras como meio de elevação da moral, da vida social e do espírito do povo brasileiro (REILY, 1993, p.79,80).

O protestantismo com suas ramificações, de forma mais organizada em nível de Igrejas, comunidades, tinha como ideal a evangelização e a educação, ou seja, que as pessoas tivessem conhecimento das boas novas de salvação que o Evangelho de Jesus

Cristo traz através da leitura da Bíblia, dos estudos bíblicos e das pregações. Para entender, com facilidade, a mensagem lida ou pregada, era necessário que as pessoas soubessem pelo menos ler. Percebendo a dificuldade da população em relação à alfabetização, pois o país tinha um número grande de analfabetos, investiram na educação em paralelo com a evangelização. No estudo sociológico que Jether P. Ramalho fez sobre o protestantismo e a educação, consegue-se perceber o quanto a instrução é importante para o protestante, pois para ele:

O programa educativo é uma das primeiras e mais importantes expressões da obra missionária. A natureza e a profundidade das mudanças que se quer introduzir na sociedade não condizem com o analfabetismo dos conversos, nem com pouca instrução reinante. É necessário que o protestante seja capaz de, pelo menos, ler a Bíblia e certa literatura religiosa, e a comunidade global deve valorizar e expandir a educação considerada a nota principal de ascensão social (1976, p.69).

A preocupação com a educação era uma questão que estava presente nas principais denominações, pois encontra-se nos documentos históricos das igrejas o interesse pela abertura de escolas já no início da organização de uma igreja. Vários autores mencionam a educação como ponto estratégico para a difusão do protestantismo. MENDONÇA disse: “A instrução da educação protestante na sociedade brasileira deu-se no mesmo tempo que a pregação dos primeiros missionários, isto é, com a organização das primeiras igrejas já se implantaram também as escolas paroquiais” (1984, p. 96).

Com relação às escolas protestantes, o exemplo dos metodistas deixa claro o interesse que tinham desde o início pelo ensino. Conforme nos mostra MESQUIDA a seguir:

As escolas paroquiais ofereciam ensino primário e doutrinário não só para os membros de suas igrejas como também a toda comunidade, funcionando igualmente como centros de difusão do evangelho, e portanto, de recrutamento de membros para a denominação. Por isso,

os missionários exigiam que o diretor e os professores dessas escolas, homens e mulheres pertencessem à Igreja ou fossem fiéis a seus serviços, assegurando deste modo, a comunidade uniforme das doutrinas metodistas (1994, p.140).

Esse autor ainda mostra, em sua obra, que os metodistas para alcançarem seus objetivos fizeram o seguinte:

utilizaram uma prática educacional inovadora em relação àquela das escolas católicas e públicas, cujos elementos mais significativos podem ser identificados nos planos de cursos, no método de ensino utilizado, no currículo, de ter um corpo docente tecnicamente competente, bem como nas relações aluno - mestre e na ênfase dada ao aprendizado da língua inglesa. Tomaremos em consideração igualmente as atividades extra-escolares e os movimentos educativos não formais”(1994, p. 155).

O que se pode observar é que o protestantismo chegou ao Brasil com uma visão diferente no que se refere à vida social, espiritual e cultural. Ao perceberem as dificuldades do país na questão educacional, providenciaram escolas para garantir a boa instrução de seus filhos e para preservarem a fé, bem como oferecer oportunidade de evangelização à população. O campo para a instalação de escolas protestantes era propício, pois desde o final do século XIX e início do XX os acontecimentos sociais econômicos e políticos favoreceram a atuação dos protestantes na sociedade brasileira.

Este contexto pode ser analisado também nos estudos de Fernando Azevedo, no qual ele mostra a abertura de várias escolas de origem protestante propondo um ensino inovador em que a dualidade religiosa estava fazendo diferenças. Ele diz:

que nada de novo surgiu no Brasil nos fins do Império a não ser a instalação das primeiras escolas protestantes. Como a Escola Americana, em 1870, em São Paulo, destinada ao ensino elementar e, em 1889, acrescentada pela escola secundária, ambas do Mackenzi College, o Colégio Piracicabano (1881) e o Colégio Americano (1885) em Porto Alegre, ambos Metodista. Delineavam-se entre nós, de forma clara, duas crenças religiosas, cristãs, o catolicismo Romano, desde o início da colonização brasileira, como religião oficial e ligada ao Estado.

Por outro lado, o protestantismo, há pouco instalado e sofrendo restrições, constituíam-se duas crenças duas culturas, sendo uma européia e outra norte americana; a pedagogia protestante e libertadora, que tende antes à emancipação do espírito do que a uma domesticação intelectual, e o ponto de vista católico, mais conservador e autoritário, especialmente do jesuíta (AZEVEDO, 1996, p.593).

O grupo que compõe as principais denominações históricas (os metodistas, presbiterianos e batistas), sempre estiveram envolvidos com o ensino secular e espiritual. Isso pode ser percebido desde o início da colonização quando o primeiro missionário metodista J. Ranson, em 1876, batalhou para a organização do Colégio de Piracicaba (REILY, 1993, p. 80). Da mesma forma os presbiterianos sob a liderança de Simonton e outros missionários, lutaram pela evangelização e pela educação, a fim de assegurar o futuro da igreja evangélica no Brasil. Shamberlau fundou a Escola Americana em São Paulo com o objetivo mais social e democrático. Deste grupo destacam-se: o Colégio Americano Taylor - Egídio, fundado em 1898 em Salvador, o Colégio Batista Brasileiro em São Paulo em 1902, Colégio Americano Batista em Recife (1902), Colégio Batista do Rio de Janeiro em 1929, do Dr. J.W. Shepard e outros nas principais capitais do país.

O interesse dos protestantes pela educação tem, segundo RAMALHO, um contexto mais amplo “ultrapassa os limites de uma expressão evangélica, engloba-se em uma concepção de vida” (1976, p. 50). No programa das escolas, primavam tanto pela qualidade do ensino como pelo desenvolvimento da boa moral. Qualidades estas que chamavam a atenção da elite, que não hesitava em matricular seus filhos nestas escolas. Sabiam que eles teriam um bom preparo para serem os futuros líderes do país.

O primeiro missionário batista no Brasil Miss. Bagby, ao escrever para os Estados Unidos em 1882 depois de apresentar sugestões para um programa de educação, diz que os colégios servirão para a continuidade das igrejas, conquistarão a boa vontade dos adversários; por isso era preciso mandar mais missionários capacitados para atuar também na área educacional (CRABTREE, 1962, p. 69 e 70).

Desde que o protestantismo se instalou no Brasil, várias estratégias foram usadas para a sua difusão. Uma delas em nível social foi a educação a outra foi a evangelização, para a qual usavam literaturas e pregações bem preparadas; pois os missionários eram pessoas bem instruídas e muitos deles estudaram em uma faculdade ou nos Estados Unidos da América ou na Alemanha. William Buck Bagby, missionário batista, formou-se na Universidade de Waco. Em 1881 chegou ao Brasil para trabalhar entre os batistas norte-americanos de Santa Bárbara. Como ele, muitos outros vieram para ajudar na evangelização do Brasil. (PEREIRA, 1982, p. 17,18).

Um outro instrumento de muito valor usado pelos protestantes para manter a unificação do pensamento e a preservação da fé, foi a Escola Bíblica Dominical. A primeira Escola Bíblica do Brasil surgiu em 1855 em Petrópolis, pelo casal de missionários Robert e Sara Kelley. Eles recolhiam os meninos de rua em sua casa e lhes davam aulas de português, matemática, usando como livro-texto a Bíblia. Para o protestante a Bíblia é o único livro que contém regras de conduta e fé. Ela era usada em muitas escolas como livro texto. Com a aceitação e desenvolvimento da Escola Bíblica por muitas denominações, foi criada a Confederação Evangélica do Brasil, a qual passou a imprimir material didático utilizado pela maioria das igrejas evangélicas nos estudos bíblicos dominicais.

A atuação dos protestantes na sociedade brasileira começou a se destacar com o desenvolvimento das escolas, com a divulgação de literaturas e com a pregação do evangelho de salvação. Esses ministérios eram realizados em meio a uma sociedade em desenvolvimento, com idéias revolucionárias e a um grande surto industrial, em que muitas vezes a discriminação e a perseguição acabavam atingindo-os. De um modo geral, deixaram grandes contribuições para a sociedade brasileira, das quais serão destacadas as mais significativas, segundo os estudos feito por Jether Pereira Ramalho:

- Democratização da estrutura religiosa.
- Ascensão do leigo.
- Secularização da sociedade.
- Pedagogia moderna.

- Outra opção religiosa.
- Valor do uso da música.
- Alianças pela laicidade do estado.
- Secularização dos cemitérios.
- Liberdade de expressão e de culto.

Após a investigação histórica do processo de implantação e desenvolvimento do protestantismo no Brasil, pode-se resumir esta caminhada com a seguinte citação de MENDONÇA.

A luta dos protestantes por um espaço religioso na sociedade brasileira desenvolveu-se em três níveis: o polêmico, o educacional e o proselitista. O educacional se desenvolveu em dois outros níveis: o ideológico, cujo objetivo era introduzir elementos transformadores na cultura brasileira a partir dos escalões mais elevados, e o instrumental, cujo objetivo era auxiliar o protestantismo e a manutenção do culto protestante na camada inferior da população. O primeiro foi representado pelos grandes colégios americanos e o segundo pelas escolas paroquiais. O proselitista, isto é, o esforço desenvolvido pelos protestantes para converter os católicos, constituiu-se no confronto direto com o catolicismo uma vez que se tratava de tentativa de substituição de princípios de fé e procedimentos religiosos profundamente arraigados em três séculos livres de concorrência" (1984, p. 80).

Em cada região do país o protestantismo se desenvolveu seguindo as mesmas estratégias, sendo caracterizado pela origem estrangeira. Os protestantes de origem norte-americana, em grande parte, se estabeleceram, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste. Os de origem européia se fixaram, sobretudo, na região Sul do país, em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Os primeiros protestantes que chegaram ao Sul foram os alemães, luteranos. Como os demais imigrantes, eles também vieram em busca de um lugar melhor para morar, criar seus filhos e ter liberdade para continuar vivendo segundo sua fé e cultura. Pelo lado do governo imperial eles vieram para cumprir o objetivo estatal de branquear a

raça brasileira, que era de cor negra e morena; suprir a demanda de mão de obra e, também, de ocupar os territórios de várias províncias em desenvolvimento. Isto mostra que havia interesses de ambas as partes na colonização.

Desta forma, luteranos, presbiterianos, batistas, adventistas, menonitas e outras denominações foram se difundindo no Paraná. Em Curitiba, segundo MARTINS, a introdução do protestantismo como religião organizada, se deu por volta de 1845, ou um pouco antes (1990, p. 384). Essa data está ligada à chegada dos primeiros imigrantes europeus no Paraná, que de forma bem simples realizavam cultos em suas casas, mas nada ainda em forma de organização como igreja, templo.

Através da busca local em diversas denominações pioneiras existentes em Curitiba, será possível estabelecer a data de organização das principais igrejas protestantes e evangélicas que surgiram na cidade no final do século XIX e início do XX, as quais ofereciam aos habitantes da sociedade curitibana e arredores, várias opções para suprir às suas necessidades espirituais.

Nos arquivos da secretaria da Comunidade Luterana de Curitiba, encontram-se documentos que mostram o início das atividades religiosas dos imigrantes alemães luteranos em Curitiba. Os luteranos se reuniam em culto antes de 1860. O pastor itinerante, Johann Friedrich Gaertner, vinha regularmente de Joinville para realizar cultos e ministrar os sacramentos em Curitiba e Morretes. Em 1862 já existia uma "Gemeindeliste", uma lista de nomes de uma comunidade, mas a fundação formal se deu apenas em 1866, tendo como primeiro pároco o próprio Pastor Johann Friedrich Gaertner. Em 1881 foi inaugurado o primeiro templo da comunidade, uma construção de enxaimel. Logo ficou pequena esta igreja e decidiram construir um novo templo em 1893, inaugurado em maio de 1894. Em 1913, foi inaugurada mais uma comunidade, com sede na Rua Inácio Lustosa, chamada "igrejinha", onde se realizavam os cultos em língua alemã. Em 1942 as duas comunidades se uniram formando a Comunidade Evangélica de Curitiba, depois denominada Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba. Desde o início a Comunidade Evangélica Luterana se preocupou com a

educação e criou uma escola, a qual foi inaugurada em 1873. O próprio pastor era também o professor.

A Igreja Presbiteriana de Curitiba foi uma das pioneiras na evangelização do Paraná. Sua história é marcada pela ação de alguns colportores ³⁴ que no ano de 1878 chegaram ao Paraná para distribuir Bíblias e literatura religiosa por várias localidades da região. Dentre eles, destacam-se: o ex-padre José Manoel da Conceição, o Sr. João Antunes de Moura, o Rev. Alexander L. Blackford, agente da Sociedade Bíblica Americana e outros. ³⁵

A organização da Igreja Presbiteriana de Curitiba foi realizada no dia 1º de julho de 1888, conforme consta no livro de Atas. ³⁶ O primeiro pastor da Igreja foi o missionário George Anderson Landes. No dia 1/11/1893, no salão à rua Aquidabam, nº 6, realizou-se a primeira reunião da Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana de Curitiba, pelo Rev. George Anderson Landes com a finalidade de obter a individualidade jurídica e tratar da edificação de um templo. “ Na reunião seguinte da Assembléia Geral foram aprovados os Estatutos da Igreja, cujo extrato foi publicado no Jornal “A República” (19/11/1889) ” (B.Inf. Casa Romário Martins, 1988, p.13). Foi eleito para pastorear a Igreja o Rev. José M. Higgins. Sua ordenação se deu no dia 27/3/1898. Era professor de Português, Inglês, Grego, Latim e Francês. Lecionou no Colégio Progresso, Liceu Rio Branco, Colégio Belmiro César, Ginásio Paranaense e Instituto de Educação, além de participar de bancas examinadoras em concursos para catedráticos da Universidade Federal do Paraná. ³⁷

No histórico da igreja arquivado na secretaria da Igreja Presbiteriana consta que, no final de 1890, um evento que marcou época na sociedade curitibana, principalmente para os presbiterianos, foi a chegada das missionárias Miss Elmira Kul e Miss Mary P.

³⁴ Colportores: expressão utilizada para os vendedores ou distribuidores ambulantes de livros, especialmente Bíblias, livros e tratados religiosos (Moderno Dicionário da Língua portuguesa, Michaelis).

³⁵ Boletim Informativo da Casa Romário Martins, p.7

³⁶ Ata no. 1 da Igreja Presbiteriana de Curitiba, Livro I p. 1.

Dascomb, primeiras educadoras da Escola Americana local. Elas vieram para dar início à Escola Americana em Curitiba. Desta forma, mais uma instituição religiosa contribuiu com a obra educacional, atentando para a formação moral e intelectual de notáveis líderes da política paranaense. Neste histórico também consta que, em 1895 foi inaugurado o novo templo da Igreja Presbiteriana de Curitiba, localizado na Rua Comendador Araújo. O pastor nesta ocasião era o Rev. G. A. Landes.

A educação sempre foi tida como prioridade por todos os evangélicos. Na Igreja Presbiteriana, a educação religiosa era desenvolvida através da Escola Bíblica Dominical, a qual existiu desde o início da fundação da igreja, com o objetivo de formar o caráter cristão alicerçado no conhecimento bíblico e na doutrina evangélica, dentro de um sistema pedagógico moderno que abrangia as diversas faixas etárias.

No entanto, a questão administrativa estava causando polêmica para os membros da igreja, pois desde fins de 1898 começaram a surgir controvérsias relacionadas à independência absoluta da Igreja Presbiteriana no Brasil e incompatibilidade da maçonaria com o Evangelho, resultando na divisão da comunidade. A Igreja Presbiteriana não admitia maçons na sua membresia por questões doutrinárias. No ano de 1904, nasce mais uma igreja evangélica em Curitiba. Surge a Igreja Presbiteriana Independente no Brasil. Ambas continuam atuando na sociedade oferecendo assistência espiritual e administrando suas comunidades de acordo com o regimento peculiar de cada uma.

Outra comunidade religiosa que se destacou em Curitiba foi a dos metodistas, os quais em alguns estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, já estavam bem organizados em nível de igreja e colégios. No Paraná, a obra realizada por esta comunidade religiosa chegou um pouco mais tarde, em meados do século XX. Pelo que consta no Regimento Interno da Igreja Metodista Central de Curitiba, a data de fundação da igreja foi o dia 8 de fevereiro de 1940, na Avenida Marechal Floriano

³⁷ Boletim Informativo Casa Romário Martins. p. 15

Peixoto, 520. Esta comunidade religiosa é de origem filantrópica, desenvolve a promoção social e a educação cristã, sem fins lucrativos. Desde a sua fundação, realiza cultos e contribui com a sociedade curitibana através das suas atividades religiosas e educacionais ligadas à música. “ Tem por finalidade participar da ação de Deus no seu propósito de salvar o mundo, sob a ação do Espírito Santo, atuando de conformidade com o Plano para Vida e a Missão da Igreja Metodista, nas seguintes áreas: pastoral, missionária, administrativa, docente, ação social, trabalho com crianças” (Regimento, p. 1).

Conforme consta no livro “História dos Batistas no Brasil”, os trabalhos desenvolvidos pelos batistas teve como berço a colônia de imigrantes de Santa Bárbara, no ano de 1881, mas foi em Salvador, na Bahia, que foi organizada a Primeira Igreja Batista do Brasil, em 1882, pelo casal de missionários Willian Buck Bagby e sua esposa Anna Luther Bagby. A obra missionária desenvolvida por essas pessoas juntamente com a ajuda de outros missionários expandiu-se para outras regiões brasileiras. Em 1911 foram organizadas as primeiras igrejas batistas no litoral do Paraná, em Paranaguá e Antonina, pelo missionário Robert E. Pettigrew. No ano seguinte, em 1912, vindo do Nordeste, chegou em Curitiba o Pastor Manoel Virgínio de Souza, que imediatamente começou o pregar o evangelho em sua própria casa. Em 1914, o missionário Robert Pettigrew veio para Curitiba para fundar um Colégio Batista³⁸. A atuação dos batistas em Curitiba já era realidade. A concretização efetiva se deu com a organização da Primeira Igreja Batista de Curitiba, no dia 13 de maio de 1914, conforme consta no Livro Ata da Organização da Igreja desse ano. A Igreja ficava localizada na Rua Aquidabam (atual Rua Emiliano Pernet).

Esta comunidade religiosa fez várias mudanças de estabelecimento, até encontrar um local onde pudesse reunir confortavelmente um grande número de membros. Desta forma, tornou-se conhecida pela sociedade da época, a qual também podia contar com a

³⁸ Edição comemorativa aos 75 anos da Primeira Igreja Batista de Curitiba - 1914 -1989, p.11,12.

contribuição educacional do colégio dirigido pelo Pastor Pettigrew, localizado na Rua Aquidabam, n.º 44.

As obras de educação e evangelização eram uma tarefa tida sempre como prioridade e interesse, portanto, caminhavam juntas para os batistas. Em 1918 chegou ao Paraná, para ajudar nesta tarefa, o missionário Arthur Beriah Deter. Este fundou alguns colégios no interior e o Instituto Bíblico Batista de Curitiba, na capital. Iniciou, ainda, a construção do templo da Primeira Igreja Batista de Curitiba, localizada à Rua Visconde de Guarapuava esquina com a Des. Westphalen, um templo para abrigar mil pessoas.³⁹

Não se sabe muito a respeito do Colégio Batista, o que se encontra nos relatos históricos da denominação é que o Colégio Batista de Curitiba não prosperou e logo encerrou suas atividades educacionais, mas o Instituto Bíblico permaneceu até atingir o nível de Seminário Teológico, o qual na atualidade prepara-se para pedir o reconhecimento oficial do Ministério de Educação e Cultura.

Desde 1895 havia um grupo de pessoas da sociedade curitibana que pertencia à comunidade adventista. De início tiveram que se reunir em vários lugares conforme consta no histórico da igreja. Primeiramente, se reuniam para culto na Rua Mateus Leme. O ano de 1910 foi o ano da fundação da igreja. De 1910 a 1921 a igreja funcionou na Rua Pedro Ivo, 25; de 1921 a 1935 mudou-se para a Rua Saldanha Marinho, 169. De 1936 até 1961 a igreja transferiu-se para a Rua Ermelino de Leão, 170. Por fim, de 1961 até a atualidade, a Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Curitiba passou a se reunir definitivamente na Rua Carlos de Carvalho, 400.⁴⁰

Em 1921 houve um abaixo-assinado por parte de alguns membros de origem alemã solicitando à Comissão da Missão Paranaense que a igreja realizasse cultos na

³⁹ Ibid. p. 13

⁴⁰ Relatório Estatístico do Período de 1984/1990 da I.A. C.C. 1990, p. 2

língua alemã para suprir a necessidade espiritual dos irmãos de origem alemã. A comissão aprovou o pedido e a igreja foi dividida em: Igreja Portuguesa e Igreja Alemã. A igreja Portuguesa funcionava às quartas-feiras às 20:00 horas e aos sábados das 13:00 às 15:00 horas e a Igreja Alemã às terças-feiras às 20:00 horas e aos sábados das 9:30 às 11:30 horas. Essas duas igrejas dividiam o mesmo espaço físico e contavam com apoio do Pastor Germann Strehorst para resolver os problemas de ambas.⁴¹

Mesmo sendo um grupo pequeno, não descuidaram do ensino formal e espiritual de seus filhos, pois logo no início do trabalho em Curitiba procuram abrir uma escola. Para este empreendimento, contaram com a colaboração de um missionário. Em 1896, quando Guilherme Stein Jr. veio para a cidade de Curitiba, a fim de iniciar as atividades do Colégio Internacional, já existia nesta época um grupo pequeno que praticava a guarda do sábado (VIEIRA, 1995, p.148). Iniciava-se, então, neste mesmo ano, a primeira escola adventista no Brasil, o Colégio Internacional, localizado na rua Paula Gomes. O ensino cristão e secular era oferecido não só aos adventistas, como também a toda sociedade da época.

Nesta sucessão de igrejas protestantes existentes na sociedade de Curitiba, ainda se faz necessário acrescentar mais uma: a Igreja Menonita de Curitiba, a qual parece ter sido uma das que mais demorou a se organizar no Paraná, em se tratando de obra missionária do final do século XIX e meados do XX. Ela é de origem totalmente alemã, e surgiu com a vinda de imigrantes alemães pertencentes ao grupo étnico religioso menonita. Começaram a se reunir em culto por volta de 1935 nas dependências da Escolinha do Boqueirão. Foi uma igreja que sofreu muito com os movimentos nacionalistas, por ser integrada por alemães. O histórico desta igreja, arquivado na secretaria da Igreja Menonita, mostra que em 1948, foi construída a igreja no pátio do colégio. Os pastores que ministravam nesta época eram: o Pastor Davi Koop e Peter Hann. Devido a falta de espaço, construíram mais duas igrejas, próximas uma da outra, para abrigar todos os membros do grupo. Os menonitas, como os demais protestantes,

⁴¹ Ibid. p.2

mantêm grande interesse pelo ensino bíblico e secular. Assim que chegaram, fundaram a Escola do Boqueirão e até hoje continuam desenvolvendo atividades pedagógicas baseadas nos princípios cristãos e na doutrina menonita. Prezervaram a cultura e língua alemã de acordo com as possibilidades da época.

Após a confirmação de várias denominações religiosas de ordem protestante em Curitiba, será apresentadas a seguir, a história de duas instituições religiosas que desenvolveram atividades educacionais étnicas em Curitiba no final do século XIX e meados do XX, as quais apresentavam objetivos específicos. Serão pontos de destaque: suas origens; suas principais doutrinas e seus interesses pela educação.

3.1.1. OS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA

3.1.1.1 ORIGEM

O movimento adventista surgiu na América do Norte através das pregações de William Miller, por volta do ano de 1818. Ele estabeleceu uma data, 10 de dezembro de 1843 para a volta de Cristo. Muitos adeptos de suas idéias se juntaram a ele e esperaram ansiosos por este evento. Como sua previsão não deu certo, ficou muito desapontado, porém não desistiu e continuou fazendo outras previsões. Miller marcou outra data: 22 de outubro de 1844, alegando um erro de cálculo por ter usado o calendário hebraico em vez do romano. Ao errar novamente, teve que fugir dos que pretendiam acertar as contas com ele. Admitindo que errou, voltou à sua ex-igreja batista onde ficou até a morte. (MARTINS, 1998, p. 53).

Após a saída de Miller, em 23 de outubro de 1844, outro adventista, Hirã Edson, teve uma inspiração diferente para a interpretação dos textos de Daniel 7, Lucas 12, Apocalipse 10 e 11, Hebreus 8 e 9 e a partir daí, surgiu um grande novo movimento religioso mundial: a Igreja Adventista do Sétimo Dia (MAXWELL, 1982, p. 46). Com ele, outros membros de várias denominações vieram para somar-se ao grupo e fortalecerem o grupo com suas idéias e consolidar o movimento. Joseph Bates por exemplo insistiu na observação do sábado. Ellen White deu ênfase sobre os dons do Espírito e se tornou uma grande cooperadora do movimento.

Como as previsões de Miller não deram certo, os líderes do movimento voltaram suas atenções para a guarda do sábado. O sábado é para os adventistas o dia do Senhor, ele deve ser observado desde o pôr do sol na Sexta-feira até o pôr do sol no sábado. No livro a História do Adventismo, o autor menciona que o primeiro ministro adventista observador do sábado na América do Norte foi Frederico Wheller, natural de Hillsboro, New Hampshire. Além dele, outras pessoas de outros países também defendiam a idéia de que se deveria guardar o sábado. Francisco Hermógenos Ramos Mexia era da

Argentina, Tiago Begg era da Escócia e assim como estes, outros procuravam seguir essa idéia. O movimento chegou também na Inglaterra e Europa, onde observadores do sábado que moravam na Holanda, Suíça, Morávia e Suécia aderiram ao movimento.

Segundo MAXWELL, “os Adventistas do Sétimo Dia aceitam essencialmente tudo que os batistas do sétimo dia ensinavam, mas do estudo da Bíblia acrescentam conceitos altamente práticos com relação às profecias do tempo do fim” (1982, p. 93).

Num breve resumo histórico dos Adventistas do Sétimo Dia, pode-se dizer que foi um grupo religioso que surgiu no século XIX, quando ocorreu um grande despertamento interdenominacional, formado a partir do segundo advento (advento significa a segunda volta de Cristo). A princípio se reuniam nos sábados, em casas com várias famílias para o culto. Nesta ocasião cantavam hinos acompanhados por um órgão de foles, faziam leitura da Bíblia e debates em voz alta pelos pregadores leigos, orações, davam testemunhos, faziam reconciliações, tinham o momento das ofertas e terminavam com uma confraternização social (MAXWELL, 1982, p. 118).

3.1.1.2. DOUTRINAS FUNDAMENTAIS

Como não é o objetivo deste trabalho fazer um estudo teológico das doutrinas praticadas pelas igrejas protestantes, mas fornecer bases de algumas denominações históricas que favoreceram a implantação de escolas no país, serão destacados os pontos principais das doutrinas da Igreja Adventista do Sétimo Dia, a fim de compreender melhor suas práticas pedagógicas. Os adventistas do sétimo dia, como os demais cristãos, têm a missão de proclamar a verdade da salvação. Eles acreditam:

- Na palavra da verdade - Jesus é a verdade.
- Na justificação pela fé.
- Na vitória mediante o Espírito Santo.
- Na Bíblia como única regra de fé.
- No sacerdócio dos crentes.

- No batismo por imersão.
- No próximo regresso de Cristo.
- Na guarda do sábado.
- No sono da alma até a ressurreição.

Baseados nestes princípios fundamentais e em outros elementares da doutrina adventista, estabelecem suas atividades educacionais e espirituais.

Até a década de 1870, a comunidade adventista não pensava muito em fazer missões, e os ministros das igrejas tinham certas dificuldades para garantir o sustento de suas famílias; pois os salários dos pastores eram baixos, não se investia no ministério. Na busca por melhoras na questão estrutural de suas organizações, a partir desta época, começaram a investir com mais intensidade na educação, na saúde, na divulgação das escrituras, na preparação de líderes e também na identificação e administração da denominação. Em 16/3/1874 foi registrada a Sociedade Educacional Adventista do Sétimo Dia como preparativo para fundar o Battle Creek College, a primeira instituição adventista de ensino superior. Em 1874 o movimento se expandiu para a Suíça, Rússia, Turquia, Hong Kong, África, Chile, onde utilizavam os leigos para fazerem o trabalho de colportagem (MAXWELL, 1982, p. 186).

3.1.1.3. EDUCAÇÃO

Ellen White foi e continua sendo uma pessoa importante para a Igreja Adventista; ela atua em diversas áreas dentro da denominação: como educadora e autora de vários livros, como profetisa, conselheira, levantadora de fundos e fundadora de instituições. No sentido de preservar a fé e a doutrina, temendo que os filhos dos adventistas sofressem algum dano por seguirem a guarda do sábado e outras doutrinas peculiares da denominação, lutou pela educação secular dos membros das comunidades adventistas. Segundo Maxwell, em 1855, iniciaram uma escola paroquial em Battle Creek, para evitar a discriminação dos jovens nas escolas públicas e para não

desanimarem as crianças sobre a volta de Cristo, que constantemente era ensinada e lembrada pelas famílias adventistas.

MAXWELL, ao tratar do serviço cristão como uma das missões do ser humano, mostra o pensamento de Ellen White sobre sua filosofia de educação, na qual está fundamentada a filosofia da educação adventista. Segundo ela:

A verdadeira educação significa mais do que a prossecução de um certo curso de estudos. Significa mais do que a preparação para a vida presente. Visa o ser todo, e todo o período da existência possível ao homem. É o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, intelectuais e espirituais. Prepara o estudante para o gozo do serviço neste mundo, e para aquela alegria mais elevada por um mais dilatado serviço no mundo vindouro. [...] Um grande objetivo de nossas escolas é o preparo da juventude para empenhar-se no serviço em nossas instituições e em diferentes linhas da obra evangélica, mas Todos os filhos de Adventistas deveriam usufruir os benefícios de uma educação cristã, quer estejam se preparando para se tornarem obreiros denominacionais ou não, de modo a que possam preencher lugares de responsabilidade tanto na vida pública quanto privada. A verdadeira educação é um preparo missionário” (1982, p. 233 e 234).

No sentido de preservar a vida educacional e espiritual dos filhos de adventistas, White orientava que cada igreja com mais de seis crianças deveria ter sua própria escola. Por isso, esta instituição religiosa investiu desde o princípio seriamente na educação. Os resultados podem ser vistos, pois na década de 1970, segundo MAXWELL os adventistas operavam 4.300 escolas e empregavam 19.500 professores e 43.700 estudantes (1982, p. 214).

A comunidade adventista do sétimo dia expandiu-se e organizou a Primeira Associação de Publicações para publicação de suas literaturas e materiais didáticos. Os adventistas atuam também em obras sociais. Em 1866 já possuíam 27 sanatórios. Em 1870 criaram a Sociedade Missionária Internacional de folhetos e a Associação Internacional de Escola Sabatina e em 1889 a Associação Internacional de Liberdade

Religiosa. Desenvolvem suas práticas educacionais oferecendo oportunidade para um ensino formal e espiritual permanente.

A penetração da mensagem adventista no Brasil foi realizado pelo efetivo trabalho dos colportores. O início da história dos adventistas no Brasil mostra como a denominação começou a expandir suas literaturas. Segundo o que se encontra no livro História de Nossa Igreja, em 1878, um jovem alemão residente em Brusque cometeu um crime e para fugir da justiça foi até o porto de Itajaí, onde de forma clandestina embarcou num navio que iria para o exterior. Durante a viagem conheceu dois missionários, fez amizade com eles e forneceu o endereço de seu padrasto que morava no Brasil, em Brusque, para enviar literaturas adventistas; tratava-se do Sr. Carlos Dreefke, o qual era luterano e gostava de literatura denominacional. Em 1879 o Sr. Dreefke passou a receber literaturas em alemão, publicadas pela Imprensa Denominacional de Battle Creek, nos Estados Unidos. Desde então, outras pessoas se interessaram pelas literaturas e pela mensagem do advento (1965, p.306, 307). O interesse por literatura adventista foi crescendo e juntamente com ela as comunidades religiosas se fortaleciam com novos membros.

Como foi visto no capítulo anterior, os principais núcleos de protestantes-evangélicos iniciaram suas atividades religiosas no Estado de São Paulo, em especial, Piracicaba, Santa Bárbara e redondezas. Os adventistas também seguiram pelo mesmo caminho. Em maio de 1893, o colportor Alberto B. Stauffer chegou ao Brasil, desembarcando em São Paulo. Recém chegado, conheceu o Sr. Alberto Bachmeier, que era de origem alemã, o qual lhe anunciou a mensagem adventista e conseguiu levá-lo à conversão. Mediante um período de treinamento, ambos passaram a vender literatura alemã em vários lugares (História de Nossa Igreja, 1965, p. 308). Após esses, outros missionários vieram e divulgaram a mensagem do advento em várias regiões do Brasil.

O missionário pioneiro que se destacou no ministério do advento no Sul do Brasil foi Guilherme Stein Jr. ele não só se destacou na obra de evangelismo como também na área educacional. Ele veio de uma família de imigrantes luteranos que chegou ao Brasil

em torno de 1854 e se estabeleceu em Indaiatuba, interior de São Paulo, numa chácara à beira dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocaba. Foi nesta chácara que segundo o pastor F.H. Westphal, deu início à primeira Escola Sabatina no Brasil, organizada com pessoas da família de Guilherme Stein (VIEIRA, 1995, p. 40, 41).

Pelo que consta na história dos adventistas, Piracicaba foi a cidade onde aconteceu o primeiro batismo adventista do Brasil. A família de Stein era metodista, mas através de estudos sistemáticos da Bíblia e por interesses próprios, aceitou a doutrina adventista e foi batizada; isto aconteceu no ano de 1895⁴². Depois disto Guilherme Stein começou o trabalho de distribuição de Bíblias. Conforme VIEIRA, a distribuição de Bíblias e literaturas religiosas nos grupos de protestantes alemães e americanos ocorreu sem problemas, porém encontrou resistência nas regiões mais distantes, onde não havia muitos imigrantes. A resistência às novas idéias levou a população católica a reagir de forma agressiva; pois houve queima de Bíblias, perseguições, prisões e outras formas de protestos (1995, p. 93). Houve ainda forte resistência do clero, conforme o seguinte relato da Sociedade Bíblica Americana de 1892:

As transformações políticas verificadas no Brasil nos últimos dois anos foram realizados de maneira geral no sentido de maior liberdade. Uma crescente aspiração tanto pela liberdade civil como pela liberdade religiosa levou parte da liderança nacional a desenvolver grandes esforços para romper os vínculos que existiam com as antigas instituições políticas e religiosas. Juntamente com tais esforços surgiu um crescente espírito de investigação. As pessoas inclinavam-se a ler cada vez mais. Os líderes políticos receberam forte oposição do clero, e os padres se tornaram os mais forte oponentes à circulação das Escrituras em todo o país. Muitas vezes ao verificar tal oposição, as pessoas são levadas a comprar e ler a Bíblia. É comum perguntarem por que os sacerdotes não querem que elas leiam esse livro, e dizem que estão determinadas a investigar o que existe na Bíblia que leva a tal oposição... Muitos líderes políticos sem nenhum interesse pessoal na Bíblia, incentivam sua circulação junto ao povo porque afirmam que ela os esclarece e os torna mais liberais. O anelo por liberdade hoje tão marcadamente manifesto na política sem dúvida é devido em parte à

⁴² Em carta dirigida aos irmãos de Battle Creek, datada de janeiro de 1895, Guilherme Stein, menciona que, após ter pertencido à Igreja Metodista durante cerca de meio ano, aprove Deus chamá-lo, tornando-se o primeiro observador do sábado em Piracicaba. (VIEIRA, 1995, p. 74).

circulação das Escrituras e à pregação do Evangelho (VIEIRA, 1995, p. 94).

Os adventistas não se intimidaram com a oposição e continuaram com o trabalho de evangelização e educação, tendo em vista o crescimento espiritual e cultural de suas comunidades.

Guilherme Stein casou-se com Maria Krähenbühl e juntos realizaram um papel importante na implantação da Imprensa Denominacional Adventista do Sétimo Dia no Brasil, onde trabalhou como redator desde 1908 em São Bernardo do Campo. (VIEIRA, 1995, p. 102).

A convite do Pastor Graf, em 1896 Guilherme Stein veio para Curitiba e iniciou a primeira escola adventista no Paraná, o Colégio Internacional, “fundado em 1/7/1896” (GROSS, 1996, p.24). Esta escola não tinha, no início, ligação administrativa direta com a Igreja, era dirigida por leigos. A primeira escola missionária foi em Gaspar Alto, Santa Catarina e a segunda escola missionária foi aberta em Taquari (VIEIRA, 1995, p. 148).

Assim, desde 1896 até hoje, os adventistas do sétimo dia vêm se destacando na sociedade através de suas inúmeras contribuições, não só na área espiritual como também na parte assistencial, destacando a saúde e a educação. Estima-se que no Brasil haja 842.934 ⁴³ membros pertencentes a esta denominação. O levantamento sobre o número de escolas existentes em 1998 era de 500 ⁴⁴, entre elas funcionam cinco unidades de ensino superior oferecendo vários cursos para atender as diferentes necessidades de suas instituições. Em Curitiba, existem hoje nove escolas de nível fundamental e médio. As escolas pequenas funcionam nas dependências das igrejas espalhadas em diversos bairros, seguindo o exemplo das primeiras escolas paroquiais. As escolas grandes funcionam em locais maiores onde pode ser desenvolvido o ensino médio e profissionalizante. Contudo, os colégios adventistas procuram estar atualizados e seguir as normas estabelecidas pela Secretaria de Educação dos Estados, porém mantêm a

⁴³ Revista Educação Janeiro-março 1999, p.29

⁴⁴ Ibid. p.30

mesma unidade e princípios filosóficos–doutrinários estabelecidos no início da fundação das primeiras escolas.

3.1.2. OS MENONITAS

3.1.2.1. ORIGEM

Os menonitas têm suas raízes no período da Reforma Protestante do século XVI, época em que os princípios bíblicos da justificação pela fé estavam sendo colocados em questão. Na Suíça, João Calvino e Ulrico Zwinglio eram as principais autoridades das Escrituras. Logo que a cidade de Zurique se tornou protestante, Zwinglio, que era bastante conservador, ficou responsável pela vida religiosa da cidade.

Ao surgirem os primeiros líderes religiosos protestantes, na Suíça, estes começaram a reconhecer que a Igreja de Cristo é composta somente de pessoas batizadas, tendo como base para seus pensamentos Marcos 16:16 “Quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer será condenado”. Neste caso, a polêmica era que nem todos os moradores da cidade seriam salvos, pois nem todos tinham sido batizados. Esses líderes almejavam por uma reforma mais profunda, como por exemplo: não aceitavam o batismo de crianças, e nem a ligação da Igreja com o Estado.

Em 1525, vários líderes foram batizados surgindo assim a primeira igreja dos “anabatistas”. Anabatistas significa: aqueles que batizam mais uma vez, os rebatizadores. Em resposta a esse acontecimento, o Conselho de Zurique publicou um édito que intimava todos os anabatistas a deixarem a cidade no prazo de oito dias. Desta forma, com a perseguição religiosa, muitos tiveram que fugir da cidade. Assim, a doutrina

anabatista se espalhou por diversos países da Europa, surgindo igrejas na Alemanha, Áustria e Holanda. Na Holanda, um dos grandes líderes dos anabatistas foi Menno Simonz, cujo nome mais tarde foi dado aos anabatistas que passaram a ser conhecidos como MENONITAS.⁴⁵

A igreja protestante daquela época era “Igrejas de Estados”. O princípio de separação da Igreja e do Estado, defendidos pelos menonitas, não foi apreciado pelos católicos, nem pelos protestantes de outras ordens religiosas. Desta forma, os membros do movimento anabatista foram perseguidos e condenados à morte. Diante desse fato, no século XVI alguns anabatistas emigraram da Holanda para Dantzig, a fim de encontrar liberdade religiosa e paz. (BALHANA, 1961, p. 154).

Fugidos da perseguição religiosa, muitos anabatistas foram para a Rússia. Lá estabeleceram-se em colônias e prosperaram. “Em 1840, o grupo já contava com 10.000 habitantes em 46 aldeias. Com o trabalho árduo mas bem planejado e perseverante eles vinham adquirindo um nível de vida invejável. Destacavam-se na agricultura, na indústria e no campo da educação” (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MENONITA, P. 10).

A falta de líderes espirituais e a prosperidade financeira trouxeram um declínio para a vida moral e espiritual dos menonitas. Mas um grupo permaneceu firme e perseverou nas doutrinas menonitas. Com a ajuda do Pastor Eduardo Wuest, vindo da Alemanha, houve um avivamento espiritual ao ponto de, nos anos de 1860, surgir um grupo que se reunia nas casas para o culto avivado, formando assim a Igreja dos Irmãos Menonitas; contudo continuavam fazendo parte da comunidade menonita, apenas se separaram para culto. Porém a doutrina praticada era a mesma. Estas doutrinas tiveram influência de Menno Simonz para a elaboração dos seus princípios doutrinários.

⁴⁵ Histórico da Fundação Educacional Menonita, 1994, p. 10

O conjunto de doutrinas seguidas pelos menonitas está baseado, principalmente na Bíblia, tida como o único livro de fundamento para sua fé e prática. O cristão deve vivenciar o amor através dos ensinamentos de Jesus Cristo, o Filho de Deus.

3.1.2.2. DOUTRINAS FUNDAMENTAIS

As principais doutrinas menonitas descritas abaixo, estão baseadas no documento elaborado pela Fundação Educacional Menonita. Como cristãos eles:

- Crêem no único, trino, eterno e perfeito Deus, criador dos céus e da terra, o qual se revela a nós como Pai, Filho e Espírito Santo.

- Crêem no Deus eterno, infinito em santidade, poder, sabedoria, retidão, bondade, amor e misericórdia. Este é o único Deus eterno que tem se revelado como Pai, Filho e Espírito Santo.

- Crêem na inspiração divina da Bíblia e em sua infalibilidade como Palavra de Deus. Ela é única e suficiente norma para a vida do cristão.

- Crêem que todos os seres humanos pecaram e estão separados de Deus e por isso necessitam da salvação mediante arrependimento e fé em Jesus Cristo e todos irão ressuscitar.

- Crêem na Igreja, como sendo a comunhão daqueles que crêem em Jesus Cristo como Senhor de suas vidas, sendo batizados com base na fé pessoal Nele e se comprometem com uma Igreja local. Acreditam que a Igreja é um corpo onde todos os cristãos de todas as nações, raças e classes sociais, regenerados pela fé em Cristo e limpos por seu sangue são batizados pelo Espírito Santo.

- Crêem na aplicabilidade dos princípios bíblicos para uma vida pessoal íntegra, um relacionamento familiar harmonioso e o exercício da uma cidadania respeitável.

Os menonitas são fiéis às suas doutrinas. Com a revolução comunista na Rússia, enfrentaram sérias dificuldades. Por isso, tiveram que novamente fugir, alguns foram para o Canadá, outros para os Estados Unidos, Paraguai, Uruguai e chegaram também ao Brasil. Em 1930, a Rússia negou a saída em massa aos menonitas, mas aproveitando

que as fronteiras ainda não haviam sido fechadas, um grupo de 1.400 pessoas conseguiu escapar e vir para o Brasil.

Herbert Minich, ao abordar a organização religiosa dos menonitas no Brasil diz que:

No Brasil, é impossível caracterizar os menonitas somente em função da sua filiação como membros da Igreja Menonita ou da Igreja Irmãos Menonitas. Tanto no Brasil, como no Paraguai e na Rússia, os menonitas são principalmente um grupo étnico. Na colônia menonita Witmarsun, muitas vezes se pode ouvir “fulano não é crente, mas é menonita”. O menonita no Brasil, em geral, é uma pessoa de “descendência menonita”, cuja língua mãe é o “platt-Deutsch”, ou “Mennonitten-Platt”. Seus parentes são, no total, ou na maioria das vezes, menonitas cujos antepassados vieram da Rússia, e, quando maior de vinte anos, em 75% dos casos, membro de uma das Igrejas menonitas. Enfim, os menonitas são, na verdade, mais do que um grupo religioso, são um grupo étnico-religioso (BALHANA, 1961, p. 157).

A princípio, estabeleceram-se em Santa Catarina, onde começaram uma nova vida; na fase de adaptação, mostraram grande desempenho: cuidaram de roças, fundaram escolas e igrejas e organizaram cooperativa. Em 1935 fundaram a “Zentrals Schule”, o ginásio e construíram um hospital. Em Santa Catarina, o grupo era composto por 1.200 pessoas, que vieram refugiadas da Rússia. (BALHANA 1961, p. 55). Enfrentaram muitos problemas financeiros no início da adaptação, e por isso, tiveram que emigrar para outros estados e cidades principalmente para Rio do Sul, Blumenau, São Paulo e Curitiba. Em Curitiba, a primeira comunidade menonita fixou-se no bairro de Vila Guaira, enquanto que um outro grupo se estabeleceu no Pilarzinho e outro no Bacacheri. “Nos anos de 1934 - 35 compraram uma parte da fazenda Boqueirão e logo em seguida a fazenda do Xaxim, que foi subdividida entre um grupo de colonos” (Fundação Educacional Menonita, p. 12).

Aqui em Curitiba, os menonitas que se estabeleceram no Boqueirão, logo que chegaram, fundaram a Escola do Boqueirão e a Igreja Menonita, as duas funcionavam no mesmo ambiente, a escola durante a semana e a igreja aos domingos, organizaram uma

cooperativa, fundaram clube. Administravam tanto a vida social da comunidade como a vida religiosa em conjunto. Segundo BALHANA, “o modo de vida em colônias fechadas constitui uma autonomia completa, formando um Estado dentro de outro Estado. Formam porém, um grupo étnico religioso, descendentes da Igreja Menonita” (1961, p.156). No Boqueirão, novas famílias foram chegando e formando núcleos, Boqueirão II e Xaxim. Os colonos se dedicaram à produção de leite, à indústria da madeira e à fábrica de móveis, conforme consta nos relatórios sobre a história. Com o crescimento da cidade, surgiram problemas com a falta de espaço para o gado leiteiro; isso fez com que algumas famílias se organizassem para formar um outro grupo em outra localidade. Depois de várias mudanças, o grupo se estabeleceu na região de Curitiba, formando assim, a colônia Witmarsun. Uma colônia étnica religiosa de iniciativa particular com apoio do Governo do Paraná.

Os menonitas são de fato, um grupo de cristãos ortodoxos e étnicos, que procurou preservar a fé, a cultura, principalmente a língua de origem e vivem de acordo com os princípios doutrinários fundamentados na Bíblia, na prática do amor, da paz e da separação entre a Igreja e o Estado. Hoje o grupo é composto por três denominações: A Igreja Menonita, a Igreja Menonita Evangélica Livre e a Igreja dos Irmãos Menonitas.

3.1.2.3. EDUCAÇÃO

Como todos os protestantes, evangélicos, os menonitas dão muita importância à educação. Em todas as suas comunidades é possível verificar a presença de um núcleo educacional para o ensino formal das crianças e a Escola Bíblica Dominical na Igreja para a formação espiritual de seus membros. Todo o ensino ministrado tem como objetivo, formação cultural, espiritual e preservação de suas origens.

São princípios básicos para os menonitas: a religião e a cultura alemã. “Toda educação no lar é voltada para a valorização do amor à terra e ao trabalho. A sua prática, tanto na escola como no lar, visa o domínio de técnicas e aquisições de hábitos e

habilidades, a integração do homem e a sua plena realização” (BALHANA, 1961, p. 201).

A língua usada tanto na igreja, durante os cultos e leitura da Bíblia, quanto na escola, era o alemão moderno. Com a política da nacionalização em consequência da guerra, tiveram que utilizar um dialeto. Entre os adultos, o português era muito pouco falado, em geral, só utilizavam a língua portuguesa durante os contatos que faziam na sociedade, com as pessoas com as quais estavam convivendo, principalmente para realização de negócios.

A escola era uma necessidade básica para a formação integral e a preservação das origens. Como em toda parte onde há uma comunidade menonita, a primeira coisa que procuravam providenciar era uma escola e uma igreja. Eles não esperavam o governo se interessar pela educação de suas comunidades. Segundo depoimento de um imigrante menonita, o ensino é algo que procuravam levar muito a sério, tanto que, na viagem de navio da Alemanha para o Brasil, para evitar que as crianças ficassem ociosas e sem aulas, formaram um grupo, escolheram um professor e ensinavam as crianças em idade escolar ⁴⁶. Aqui em Curitiba, assim que chegaram, em 1936, se organizaram em colônias e fundaram a primeira igreja e a Escola do Boqueirão. Os pastores naquela época eram: Davi Koop e Peter Hann. Eles cuidavam tanto das questões espirituais como das educacionais.

⁴⁶ Depoimento do Pastor Henrique Ens. 1999

4. CAPÍTULO III

4.1. ESCOLAS PROTESTANTES DE ORIGEM ALEMÃ

4.1.1. ESCOLA DO BOQUEIRÃO:

4.1.1.1. ORIGEM

A Escola do Boqueirão, desde o seu início, tem sido uma instituição de ensino confessional étnico, pertencente a uma comunidade étnica religiosa denominada menonita. Ela tem suas raízes na imigração alemã que se estabeleceu no Brasil no século XX e, por isso, apresenta uma história de pioneirismo e perseverança, que vale a pena ser descrita.

Como nos demais locais onde ocorreu a imigração menonita, também em Curitiba foram fundadas igrejas, escolas, clubes e sociedades cooperativas. Os membros destas comunidades se preocupavam com a vida social, econômica, religiosa e educacional de seus componentes e, por isso, procuravam administrar com seriedade e em conjunto todas as atividades desenvolvidas pelo grupo étnico. Desta forma, ao mesmo tempo em que supriam as necessidades, preservavam os costumes.

Uma das características que até hoje marca a comunidade menonita é o interesse especial que demonstram pela educação, tanto a secular formal quanto a espiritual. Ao chegarem ao Brasil, preocupados com a educação das crianças em idade escolar, iniciaram os preparativos para a construção de uma escola paroquial. Desta preocupação surgiu, em 1936, uma pequena e simples escola primária, a qual se desenvolveu e veio a ser o atual Colégio Erasto Gaertner.

A Escolinha do Boqueirão, como era chamado na época, hoje o atual Colégio Erasto Gaertner, começou a funcionar com 18 alunos e com poucos recursos. Conforme o resumo histórico da escola, escrito pelo Professor Ireneu B. Jaerger, as aulas tiveram

início no dia 18/3/1936, numa pequena casa de madeira, que estava localizada no terreno da fábrica de móveis Maida. O terreno foi doado pela companhia que vendeu a fazenda do Boqueirão aos colonizadores menonitas. Os trabalhos de construção da escola foram dirigidos pelo Sr. Heinrich Hamm. O primeiro professor foi o Sr. Henrich Loewen. Ele era de origem russa. Não tinha formação pedagógica, mas estava apto para lecionar. Veio de Blumenau a convite do Sr. Gerhard Schierling. O governo na época não exigia formação comprovada, mas era preciso fazer um exame de proficiência, no qual era verificado se o candidato tinha ou não condições para lecionar. Neste esquema para efetivar pessoas para o magistério, dez professores menonitas fizeram o exame em Florianópolis - SC. Desses, alguns vieram para lecionar na Escola do Boqueirão.



FIGURA 1 - Sr. Henrich Loewen (primeiro professor)

Em comemoração aos 60 anos do atual Colégio Erasto Gaertner foi publicado um informativo especial contando a sua história desde o início da fundação. Neste boletim são destacados alguns acontecimentos marcantes, tais como: o início das atividades educacionais; depoimentos de ex-professores e alunos; o desenvolvimento do espaço físico, etc. Segue um breve relato descritivo de seu difícil início.



FIGURA 2 - Escola do Boqueirão, 1936

Nesta humilde construção não havia carteiras nem cadeiras e foi preciso improvisá-las com troncos de madeira com tábuas pregadas sobre os mesmos. A primeira turma era formada por 18 alunos no Curso Primário. O primeiro professor, vindo de Stalzplatau, Sr. Henrich Lewewm, lecionava às 4 séries numa turma multiseriada. A escola do Boqueirão tinha por fim a alfabetização e a instrução em nível primário, dentro do Plano Estadual de Educação, da Secretaria dos Negócios da Educação do Estado do Paraná, além de contribuir positivamente na formação do caráter da criança. O ensino religioso ministrado na escola passava a obedecer às doutrinas das Igrejas Menonitas. A Escola primária do Boqueirão funcionava em regime de externato para os alunos de ambos os sexos em turno diurno.⁴⁷

Durante o primeiro ano letivo as aulas se desenvolveram normalmente, com professores estrangeiros e na língua alemã. As aulas eram realizadas numa pequena casa de madeira que durante a semana servia como escola e nos domingos como igreja. Esta mesma casa também servia como residência do segundo professor da escola, o Sr. Franz Hübert, o qual a assumiu em 1937.

Por ocasião das comemorações dos 60 anos do Colégio, também foi publicada uma edição especial do Jornal Bibel und Pflug, mostrando a trajetória do desenvolvimento da escola, bem como diversos depoimentos de pessoas que vivenciaram experiências na área educacional daquela época. Destes depoimentos, o de

⁴⁷ Histórico do Colégio Erasto Gaertner, p. 21

Neli Hübert, filha do Sr. Hübert, mostra a situação da escola e como o governo atuou com relação às escolas onde aulas eram ministradas por estrangeiros.

Quando mudamos para Curitiba, em 1936 logo meu pai assumiu a escola. Morávamos nas pequenas dependências da "Escola do Boqueirão", que constava de uma sala apenas, que durante a semana era usada como sala de aula e no domingo como igreja. Em 1938 houve a intervenção do governo, nenhum estrangeiro poderia exercer o magistério. Nosso pai, de um dia para o outro ficou desempregado. A esposa de um oficial assumiu a escola, que mais tarde foi fechada e os alunos transferidos para uma pequena escola perto do quartel do Boqueirão.⁴⁸

A intervenção do governo nas escolas que tinham professores estrangeiros, não permitindo que os mesmos lecionassem, fez com que a Escola do Boqueirão interrompesse suas atividades educacionais por alguns anos, até que regulamentasse as exigências estabelecidas. Com o seu fechamento, os alunos tiveram que procurar outro estabelecimento de ensino para continuarem seus estudos. Conforme consta na história contida na introdução do Plano Curricular de 1996, as famílias que tinham melhores condições financeiras matricularam seus filhos nos melhores colégios da época. Os meninos foram para o Colégio Bom Jesus e as meninas para o Colégio da Divina Providência, porque eram, na origem, escolas alemãs.

Somente em 1948 a direção da escola voltou para a comunidade. A partir do ano de 1953 a escola pôde novamente contar com o trabalho de professores menonitas, brasileiros, com formação na área educacional; pois os professores mais antigos, além de serem estrangeiros, não possuíam a formação exigida pelos órgãos oficiais. (Histórico do Colégio Erasto Gaertner, p. 21). Alice Friesen Fast foi a primeira professora desta nova fase da escola. Ela concluiu seu Curso Normal em Curitiba, no Colégio da Divina Providência. Exerceu a função de professora nas diversas séries da escola até 1955 e teve por um curto período de tempo a ajuda do professor Afonso Deschamps. A professora Alice, em uma entrevista para o jornal *Bibel und Pflug*, conta que a situação

⁴⁸ *Jornal Bibel und Pflug*, 3/1996, p. 4

dos menonitas no início da adaptação aqui em Curitiba não foi fácil devido à dificuldade com a língua, pois as crianças não falavam o português e não conseguiam entender as aulas da forma como ela os ensinava, pois seu português também não era bem claro. Além disso, segundo esta professora, os pais não queriam que os filhos aprendessem o português, por isso não colaboravam com a melhoria da escola como deveriam. Outra dificuldade que enfrentaram foi com o material didático, o qual era ultrapassado, mas o currículo utilizado era o da Secretaria da Educação e Cultura. Era ela quem também realizava os exames (provas). Nas reuniões pedagógicas realizadas pela escola, os professores recebiam orientações para seguirem a metodologia usada na Alemanha (1996, p.5).

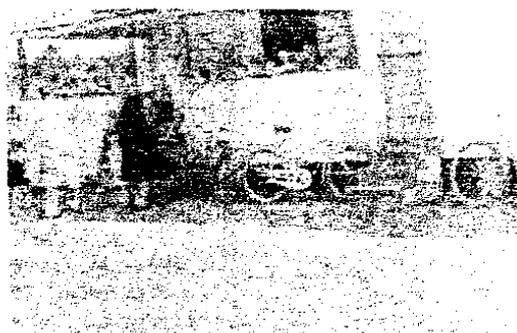


FIGURA 3 - Jardim de Infância (1953)

A reabertura da escola foi um importante acontecimento, que marcou o ano. Conforme fotos de arquivo e publicação no jornal *Bibel und Pflug* e, ainda, depoimentos de pessoas que viveram naquele período, verifica-se o registro desse fato. No ano de 1953 começou a funcionar na escola, já reformada, o jardim de infância sob a direção da professora Helena Hubert. Era mais uma opção para as crianças, filhos dos membros da comunidade religiosa menonita e também para os filhos de imigrantes alemães que procuravam uma escola que preservasse a língua e a cultura de suas origens. As experiências de Helena Hubert foram destaque neste jornal, onde ela diz:

(...) eu e minha irmã Maria Hubert (Wiens) residente atualmente no Canadá, iniciamos o jardim de infância, na Escola do Boqueirão. De manhã eu lecionava para a 1ª. série enquanto ela trabalhava com a 2ª. série e 3ª série. A tarde, 3 vezes por semana, 2ª., 4ª. e 6ª. feira atendíamos então 63-64 crianças de dois a seis anos. Assim nosso tempo estava totalmente tomado pois nas 3ª., 5ª. feiras, à tarde todo o material tinha que ser confeccionado e preparado. Não podíamos comprar nada, não tínhamos máquinas fotocopadoras, nem mimeógrafos. Contamos apenas com o auxílio de papel carbono para duplicar os desenhos. Opção em material pedagógico não havia. Além disso, economizar era necessário. Por isso, muitas idéias, sugestões, músicas e histórias tirávamos da revista "Brasil Port". Nós cantávamos e contávamos histórias bíblicas e outras a todas as crianças. Depois as dividíamos em 2 grupos por uma hora. Com os menores brincávamos enquanto que os maiores aprendiam a escrever letras e números a fim de prepará-los para a 1ª. série.⁴⁹

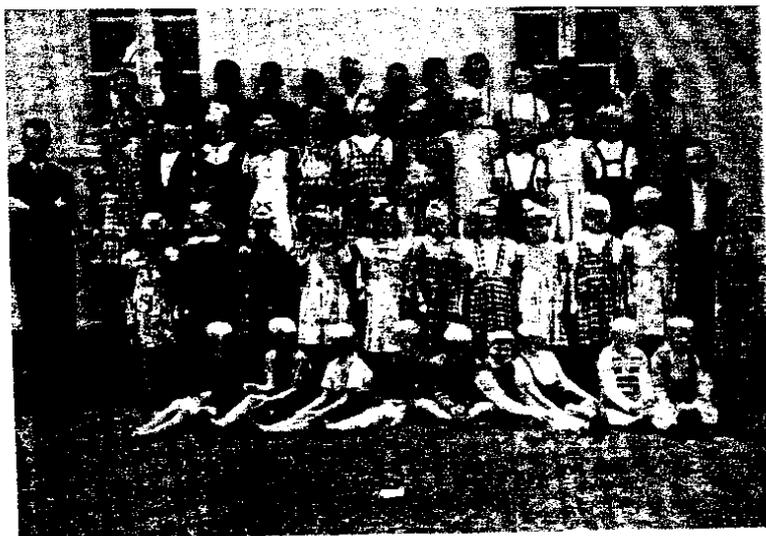


FIGURA 4 - Turma de Alunos de 1953

Em 1955 a escola continuou crescendo, ampliou seu espaço físico com a construção de um salão social. Teve, início neste ano, o Curso de Extensão (Fortbildungs Kurs) na língua alemã. Este curso era equivalente ao ginásio, mas não tinha ainda o reconhecimento da Secretaria da Educação e Cultura. Ele foi criado para os

⁴⁹ Ibid. 1996, p. 6

alunos que não podiam ir ao ginásio oferecido pelo governo (devido à distância e porque tinham que ajudar os pais no trabalho da cooperativa). Este curso apresentava um currículo diferente do que era praticado nas escolas públicas brasileiras. As aulas eram regidas pelo professor Abram Duck e, segundo o Pastor Henrique Ens, ex-professor e diretor da escola, o currículo que seguiam era o estabelecido pela Portaria 501 acrescido das seguintes matérias: latim, francês para as 1^a. e 2^a. séries, inglês para as 3^a. e 4^a. séries e alemão para todas as séries. Tinham também aulas de música, canto, educação religiosa. A escola se tornou popular no bairro e novos alunos, que não eram de famílias alemãs, foram sendo matriculados. Para melhor atender a nova clientela foi necessário dividir a matéria de alemão em dois níveis, para os que já conheciam de forma razoável a língua e para os iniciantes.

Atendendo ao apelo da comunidade, em 11/6/1956, foi criado o Curso Ginásial, e os primeiros exames de Admissão foram realizados já no próximo ano, em 1957. Em março deste mesmo ano, com 48 alunos matriculados, iniciavam-se as aulas nas primeiras e segundas séries do Curso Ginásial. Lembranças dessa época estão registradas no depoimento de um dos 48 alunos que faziam parte da primeira turma do Curso Ginásial. Esse aluno comenta:

Nós pertencíamos à segunda série do Colégio Ginásial, pois havíamos cursado a primeira série numa outra escola. Boas lembranças nos vêm à mente daquele tempo. Como os tempos eram outros! Vinhamos de bicicleta ou a pé para a escola. Quando chovia nenhum lamaçal nos barrava! É claro que para os professores que moravam no centro da cidade, a situação era mais complicada. O trajeto do ponto do ônibus (do quartel do Boqueirão) até o ginásio numa carroça puxada pelos cavalos através de todo aquele barro se tornava uma aventura. Gostávamos muito de praticar esportes. Nossa cancha de vôlei e basquete era de areia e quando no jogo de futebol a bola saía para fora do campo, tínhamos que passar pelo arame farpado para buscá-la. Quantas calças rasgadas custava um jogo assim! Inesquecíveis são as lembranças das excursões para Vila Velha ou de trem para São Paulo numa viagem de 30:00 horas (ida)! O que nos chamava a atenção por virmos de outra escola era que no Ginásio Gaertner raramente um professor faltava. E se acontecesse que um dos professores tivesse que faltar, imediatamente era substituído por um professor menonita e nada de aula livre para nós. Um grande motivo para

alegria e orgulho foi o fato de termos sido a primeira turma que se formou no ginásio do colégio Erasto Gaertner em dezembro de 1959.⁵⁰



FIGURA 5 - Turma de Formandos (primeira turma de formatura)

Para cumprir as exigências da Secretaria de Educação, o colégio teria que ter um patrono. Foi aproveitando o destaque social e político e por ser descendente germânico, que a direção escolheu na época o Dr. Erasto Gaertner, o qual além de ser um médico conceituado, foi pesquisador, prefeito de Curitiba, deputado estadual e federal.

Com várias mudanças na área educacional, para atender as exigências legais, foi necessário mudar também o nome da escola, que passou a ter o nome de “Ginásio Erasto Gaertner”, cujo objetivo educacional era preparar o jovem estudante não só para o ensino da época, mas também para oferecer uma formação integral. Para tanto, as aulas de ensino religioso seguiam a doutrina evangélica menonita, porém essas aulas não eram obrigatórias para os alunos que não professassem a mesma fé. Esses eram dispensados mediante autorização dos responsáveis. Por ser uma escola confessional protestante de origem alemã menonita, grande parte dos alunos eram filhos de membros da Igreja Menonita de Curitiba.

⁵⁰ Ibid, 1996 p. 6,7 - Henrique Voth Jr. ex-aluno da primeira turma do ginásio.

Desde 1956 o projeto para a expansão da escola já vinha sendo planejado. Através de campanhas e promoções entre as igrejas mantenedoras e a escola, vários eventos foram realizados com resultados surpreendentes como, por exemplo, o jantar típico promovido pelo Conselho Escolar, para o qual foram convidadas pessoas importantes, responsáveis pela administração do ensino no Estado do Paraná, dentre elas o Professor Dr. Generoso Marques dos Santos Neto e outros funcionários da Secretaria de Educação.

Os convidados visitantes ficaram extremamente bem impressionados com a organização, com o espírito empreendedor e dinâmico dos menonitas, em especial, sobre a sua unidade de propósitos e ações. O resultado desse jantar-encontro foi que o Dr. Generoso Marques nos estendeu o prazo tanto para o término da construção como para o cumprimento das demais exigências de ordem administrativas-pedagógicas.⁵¹

Com o Curso Ginásial oferecido à comunidade, a procura pelas vagas aumentou, possibilitando, em 1966, a criação do Curso Científico, cujo objetivo era preparar os jovens para o ingresso na Faculdade. Surge então o Colégio Erasto Gaertner, o qual preserva este nome até hoje.

Em 1970 assumiu a direção do colégio o professor João Dück Filho, o qual propôs metas de ampliação para o colégio. Para alcançar tal empreendimento, foi dada ênfase aos esportes; criada uma banda e a fanfarra; criado o distintivo do Colégio Erasto Gaertner; e adotado o uniforme único para todos. Devido às exigências da nova Lei 5.692/71, foram feitas algumas reformulações no Curso Científico. O segundo grau, por exemplo, passou a ser profissionalizante, oferecendo os cursos de Contabilidade e Magistério.

O colégio progrediu, aumentaram as matrículas, foi ampliado o espaço físico e atividades de cunho pedagógico foram acrescentadas. Foi, ainda, construída uma cancha

⁵¹ Ibid. p. 8

de esportes; um prédio com mais seis salas de aula, onde passou a funcionar a Pré - Escola e, logo em seguida, mais um prédio para a administração. Desta forma pôde acolher melhor os alunos que a cada ano iam sendo acrescentados.

Projetos de ampliação continuaram sendo planejados. A qualificação e o dinamismo da equipe técnica-pedagógica tem sido a meta para os próximos anos letivos. O ideal do início do Colégio Erasto Gaertner, antiga Escola do Boqueirão, continua. A intenção é desenvolver cada vez mais suas atividades educacionais baseada numa filosofia cristã preservando a cultura alemã.



FIGURA 6 - Equipe Técnica-Pedagógica de 1996

4.1.1.2. PRÁTICA PEDAGÓGICA

4.1.1.2.1. FILOSOFIA

De acordo com o que consta na história da origem da Escola do Boqueirão elaborada pela Fundação Irmãos Menonitas, a proposta filosófica que se pretendia executar, apesar de não estar claramente bem explícita em documentos, estava fundamentada na filosofia cristã da doutrina menonita. Os conhecimentos eram transmitidos através de um currículo próprio, seguindo as orientações legais dos órgãos competentes com ênfase na língua e costumes alemães e com aulas de religião nos moldes da doutrina menonita. O que se pretendia, na época, era preparar as crianças para serem jovens possuidores de boa formação moral e espiritual. Conforme BALHANA, “toda educação no lar é voltada para a valorização do amor à terra e ao trabalho. A sua prática tanto na escola como no lar visa o domínio de técnicas e aquisições de hábitos e habilidades, a integração do homem e a sua plena realização” (1961, p. 202).

4.1.1.2.2. METODOLOGIA

Conforme depoimento de uma ex-professora, na pequena escola, com uma sala só, funcionavam as quatro séries do primário. Era uma classe multiseriada, onde o professor lecionava em alemão, pois os alunos não sabiam falar quase nada em português.⁵²

Como no início das atividades escolares o professor era quem dava todo o direcionamento das aulas, o método empregado na escola seguia o das escolas alemãs, das quais os primeiros professores tinham sido alunos.

⁵² Ibid. 1996. p. 5

As atividades pedagógicas eram avaliadas mediante reuniões periódicas juntamente com o Conselho Escolar da Instituição mantenedora. Nestas reuniões um professor era escolhido para dar uma aula e os demais faziam a avaliação necessária, sugerindo que todos seguissem o método utilizado na Alemanha ou na Rússia.

Segundo consta nos arquivos da secretaria do colégio, os livros de atas começam a registrar dados dos exames e de matrículas de alunos somente a partir de 1953, quando o colégio passa a seguir os métodos tradicionais do ensino público de acordo com as orientações da Secretaria de Educação e Cultura, a qual também era encarregada de realizar os exames no final de cada ano letivo, além de fiscalizar o funcionamento da escola através de visitas periódicas de Inspectores da Educação.

4.1.1.2.3. CURRÍCULO

O currículo básico da escola do Boqueirão, no início de suas atividades pedagógicas, era composto pelas seguintes disciplinas: português, aritmética, história, geografia, introdução às ciências naturais, educação cívica, canto e ginástica. O programa oficial era dado em português. Era incluído no currículo o alemão e o ensino religioso. As matérias elementares eram dadas em alemão, porém de início as aulas eram dadas todas em alemão, com exceção da disciplina de português que era na língua oficial do país⁵³.

A partir dos anos 50 a prática pedagógica foi diversificada. Além do currículo básico, exigido pela Secretaria de Educação e Cultura, foram incluídas algumas disciplinas especiais para enriquecer o programa. Os alunos tinham aulas de ensino religioso (não obrigatório), esportes, lazer, línguas (inglês, francês e alemão) com ênfase no alemão e atividades extra-classes, como passeios, festas, etc. Visando a formação

⁵³ Conforme Relatório sobre os Menonitas no Brasil, elaborado pelo Pastor Henrique Ens, 1965, p.32

integral do aluno, foi acrescentada ao currículo a música, com a finalidade de desenvolver a sensibilidade dos alunos. Segundo relato de um professor de música, já aposentado, “A música traz alegria ao coração”. A letra de uma música atinge o cérebro, enquanto a melodia chega ao íntimo do ser humano e o ritmo mexe com o corpo todo”. A disciplina dos alunos era muito boa, segundo a opinião do professor Helmut (Bibel und Pflug, 1996, p. 11).

Em 1958, o Professor Henrique Ens, ao assumir a direção da escola, comentava que: “no curso primário foi logo acrescentado um curso complementar, chamado inicialmente de Aula de Alemão, posteriormente ampliado para o curso de extensão, com um programa semelhante ao de um Curso Ginásial, mas sem possuir o reconhecimento oficial como curso válido para expedição de certificados ou diplomas” (Jornal Bibel und Pflug, 1996 p. 7). Esse curso foi implantado na Escola do Boqueirão para oferecer aos alunos que terminavam o primário a oportunidade de continuarem seus estudos; pois muitos não podiam ir a uma escola ginásial devido à distância dessas escolas e também porque tinham que ajudar os pais no trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1962 não garantia flexibilidade para o currículo, e o Curso Ginásial, ao seguir as normas da portaria 501, tinha que cumprir as 24 horas aulas semanais. Para compensar a dificuldade com a língua portuguesa, era oferecido uma hora a mais de aula, pois os alunos em casa só falavam o alemão e tinham dificuldades na escola com o português.

De acordo com o relatório do Pastor Henrique Ens, o Ginásio seguia o seguinte currículo:⁵⁴

DISCIPLINA	ANO/No. AULAS			
	I	II	III	IV
Português	5	4	3	3
Latim	3	3	2	2
Francês	3	2	2	2

⁵⁴ Ibid. 1965, p. 33

Inglês	-	2	2	2
Matemática	4	4	3	3
História do Brasil	-	-	2	1
História da Civilização	2	2	2	2
Geografia do Brasil	-	-	2	2
Geografia Geral	2	2	2	1
Desenho	2	1	1	1
Canto e música	2	1	1	1
Artes	1	1	1	1
Ginástica	1	1	1	1
Ciências naturais	-	-	2	2
OSPB	-	-	-	1
<i>Extracurricular</i>				
Educação Cristã	2	2	2	2
Alemão	-	-	1	1
Educação no lar	-	-	1	1

Pelo número de aulas de Educação Cristã (duas em cada série) no currículo, nota-se o valor que era dado para esta disciplina considerando de peso igual às principais. Diante de depoimentos de ex-alunos, verificados em alguns documentos da escola (Plano Curricular, histórico, jornais), várias situações relacionadas à prática pedagógica podem ser destacadas, dentre elas observa-se o seguinte:

- a)- Era comum nas escolas menonitas a prática de esportes;
- b)- Atividades extraclases eram desenvolvidas sempre que possível;
- c)- A seriedade dos professores no compromisso das aulas;
- d)- A distância era uma das dificuldades que os professores tinham que enfrentar para chegar até o colégio;
- e)- As aulas de religião eram dinâmicas e interessantes;
- f)- Os professores eram muito criativos, mesmo com falta de recursos materiais;
- g)- A música desenvolvia a sensibilidade dos alunos;
- h)- Além da ênfase na língua alemã, os alunos tinham aulas de inglês e francês.

O ano escolar normalmente era dividido em dois períodos: de fevereiro a junho e de agosto a novembro, com intervalo de um mês de férias em julho. O horário das aulas era das 7:40 às 12:00 horas. Com a implantação do Curso Secundário (Ginásio, Escola

Normal e Colégio) o mínimo de dias escolares era de 180, conforme a legislação determinava.⁵⁵

4.1.1.2.4. ENSINO RELIGIOSO

Ainda que as aulas de religião não fossem obrigatórias, os alunos gostavam delas, pois eram dadas com muita alegria, conforme relata um dos ex-professores, Abram Dück: “até hoje encontro ex-alunos gratos pela orientação básica que puderam receber de professores cristãos” (Bibel und Pflug, 1996, p. 9). As aulas de ensino religioso não tinham a intenção de defender denominações, mas sim de passar valores e princípios cristãos que os menonitas defendem e nos quais acreditam. Os conteúdos estão baseados no único livro adotado como regra de conduta e fé, a Bíblia.

Como os alunos que não professavam a mesma fé não eram obrigados a assistir às aulas, eles poderiam ser dispensados mediante autorização dos responsáveis. Mas como a maioria era composta por filhos de membros da comunidade menonita de Curitiba, não tinham problemas com esta disciplina. De fato, eles já estavam acostumados com a educação religiosa dada nas igrejas através da Escola Bíblica Dominical.

4.1.1.2.5. CORPO DOCENTE

O corpo docente da escola do Boqueirão era composto por membros da comunidade menonita. A princípio, o primeiro professor era o próprio pastor da Igreja, depois outros professores com alguma experiência na área do ensino entraram para ajudar. As aulas eram dadas em alemão, conforme mostra a pesquisa.

⁵⁵ Conforme Relatório elaborado pelo Pastor Henrique Ens, 1965, p. 32.

Algum tempo depois, quando a escola já estava mais organizada, professores vinham de longe, do centro da cidade. Os meios de transporte que utilizavam para chegar à escola eram: o bonde ou a carroça. Quando chovia a estrada ficava cheia de barro dificultando o acesso à escola. Contudo, a responsabilidade com o ensino era levada a sério e os professores não mediam esforços.

Desde o início a Escola do Boqueirão, como as demais escolas de origem estrangeira, principalmente as alemãs, sofriam com o movimento de nacionalização, durante a primeira e a segunda guerras mundiais. A escola foi aberta em 1936. Dois anos depois, em 1938, todas as escolas estrangeiras foram fechadas, inclusive a Escola do Boqueirão por não ter na ocasião professores brasileiros e com formação nacional. O governo obrigou a demitir todos os professores estrangeiros e enviou para a Escola do Boqueirão uma professora que não tinha nenhuma experiência com o magistério. O resultado dessa atitude do governo causou revolta nos pais dos alunos e, conseqüentemente, a escola teve que encerrar suas atividades por alguns anos, até conseguir a formação desejada pela Secretaria de Educação e Cultura.

Quando a escola reabriu, em 1948, passou a funcionar de acordo com os moldes das exigências legais que o governo estabeleceu para as escolas de origem estrangeira. Os professores da comunidade menonita se prepararam em Escolas Normais, alguns no Colégio da Divina Providência, e estavam habilitados a lecionar.

A preocupação da direção da escola, desde o início, era de oferecer aos alunos um programa educacional que os ajudasse tanto na formação cultural como na formação espiritual, tendo em vista a formação integral do ser humano. O Colégio Erasto Gaertner hoje é bem diferente na sua estrutura física, porém preserva os mesmos ideais do início, os quais estão baseados na doutrina cristã bem definida, na preservação da língua e da cultura alemã, preparando assim o indivíduo para ser participante ativo na sociedade em que vive. Porém, poderá cultivar suas origens mesmo sendo cidadão brasileiro.

4.1.2. COLÉGIO INTERNACIONAL DE CURITIBA

4.1.2.1. ORIGEM

O Colégio Internacional é hoje uma instituição de ensino confessional mantida pelo Instituto Adventista Paranaense de Educação e Assistência Social (conforme Regimento Interno Art. 3) pertencente à comunidade da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Os dados históricos deste colégio foram preservados graças às pesquisas realizadas pelo Professor Renato Gross. Ele, com muito esforço, conseguiu recuperar as poucas informações a respeito do surgimento deste colégio e transformou essas informações em um pequeno livro contendo a história da origem e do desenvolvimento da Primeira Escola Adventista do Sétimo Dia do Brasil. Com base nas informações do livro de Renato Gross e em pesquisas feitas no atual Colégio Curitibano Adventista de Curitiba serão apresentados a origem e a prática pedagógica do Colégio Internacional, bem como o seu desenvolvimento até chegar ao atual Colégio Curitibano Adventista de Curitiba.

A escola teve sua origem através de uma obra missionária organizada em Curitiba no final do século passado. É uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, podendo investir seus recursos na melhoria e na qualidade do ensino. Para chegar à estrutura que é hoje, foram 100 anos de experiências e dedicação ao ensino cristão. Uma história de fé e pioneirismo e muita dedicação na educação secular com princípios éticos religiosos. Segundo GROSS, “ A Igreja Adventista do Sétimo Dia tem na educação uma de suas crenças fundamentais. A palavra educação, para os adventistas, é sinônimo de redenção. Trazer o ser humano outra vez à perfeição em que fora criado é o objetivo final do educador adventista. A perfeição é o alvo dos professores” (1996, p.14,16).

Reportando-se à história da educação, em 1896, surgiram na cidade de Curitiba várias instituições de ensino confessional, trazendo benefícios culturais para a sociedade da época. Neste ano, o jornal “A República”, do dia 7/1/1896, destaca a inauguração do Colégio dos Santos Anjos, dirigido por irmãs religiosas vindas da Europa, localizado no Solar da Baronesa do Cerro Azul (hoje Solar do Barão), e o início das aulas do

Seminário Episcopal, localizado na Rua Comendador Araújo (GROSS, 1996 p. 19). Esses dois eventos tiveram repercussão na sociedade curitibana ao ponto de serem notícias de um jornal influente. Surge também neste mesmo ano, mais uma escola confessional católica, sob a direção de padres franciscanos; trata-se do “Colégio Bom Jesus”, que até hoje desenvolve atividades educacionais. Várias outras instituições sociais foram fundadas neste período. Culturalmente a sociedade recebeu grande influência dos imigrantes e dos missionários de várias ordens religiosas.

Mesmo sendo um grupo pequeno, os membros da Primeira Igreja Adventista de Curitiba, juntamente com a ajuda dos colportores que trabalhavam na distribuição de livros e Bíblias, aproveitaram o momento favorável para apoiar a abertura de uma instituição de ensino. Entusiasmados com a possibilidade de abrirem uma escola para atender às necessidades educacionais e espirituais de seus filhos, na tentativa de evitar os preconceitos existentes na época, por serem protestantes, os membros desse pequeno grupo fundaram a escola. A princípio a igreja não tinha nenhuma ligação administrativa com a escola. A direção estava sob a liderança de voluntários e leigos adventistas com interesses na educação secular.

Graf Spies foi o primeiro pastor adventista que chegou ao Brasil. Ele veio de Hamburgo, Alemanha. “A penetração da mensagem adventista em nosso país fazia-se pelas regiões de colonização alemã: os estados do sul, interior do Espírito Santo e interior de São Paulo” (GROSS, 1996, p.24). Devido à localização geográfica entre São Paulo e Santa Catarina, o Pastor Graf passava algum tempo em Curitiba como missionário, depois viajava para outros lugares a serviço da fé.

A história dos adventistas em Curitiba, escrita pelo professor Renato Gross, mostra um pouco do início da igreja nesta cidade. Residia em Curitiba a família de Dona Ana e Oscar Emílio Otto. Dona Ana era parteira e muito conhecida pela burguesia da sociedade curitibana, principalmente pelas famílias de origem alemã. Foi a primeira família a se converter ao adventismo em Curitiba, graças ao trabalho missionário dos primeiros colportores, Alberto B. Staufer e um amigo de nacionalidade alemã, os quais

vieram de São Paulo para pregar a mensagem do advento em Curitiba. O entusiasmo da família Otto pela mensagem da Bíblia levou-os a se reunirem todos os sábados pela manhã em sua residência para estudarem as Escrituras Sagradas. Era a primeira Escola Sabatina que se iniciava no Paraná. Isso se deu no dia 18/1/1896.

Devido à conversão de novas pessoas à mensagem do advento, segundo GROSS, “É de se presumir que os irmãos, sob a luz das verdades recentemente abraçadas, não quisessem enviar seus filhos às escolas públicas, ou quisessem dispor de um meio mais eficiente para quebrar os preconceitos então existentes e sob inspiração e orientação do Pastor Huldrich Von Graf, resolveram fundar uma instituição educacional” (1996, p. 23). Surge nesta ocasião a primeira instituição educacional adventista do Brasil, com o nome de Colégio Internacional, organizada no dia 1/7/1896. Uma foto da época, mostra que a escola tinha um lema sob o qual passou a desenvolver suas atividades pedagógicas. O lema era: “E serão todos ensinados por Deus”



FIGURA 7 - Primeiro Prédio do Colégio Internacional (1896)

A escola funcionava em um prédio localizado no centro da cidade em uma região nobre, na Rua Paula Gomes, 190. Juntamente com a escola funcionava também a Igreja. O prédio era alugado e grande, poderia abrigar muitos alunos, porém, as primeiras matrículas registram apenas o número de seis alunos para iniciarem as atividades de ensino primário. O pastor convidado para assumir a direção da escola foi o Pastor Guilherme Stein Jr., o qual ao receber o convite para ser o diretor da escola, relata como foi a experiência:

Depois de haver colportado algum tempo em Santa Bárbara, veio a carta do irmão Graf, de Curitiba, onde se acha estabelecido, para seguirmos para lá, a fim de tomar conta da primeira escola (adventista) fundada no Paraná. Curitiba já era naquele tempo o que podemos chamar quase uma Cidade Universitária, com grandes colégios, mas seguindo ainda uma rotina do sistema de soletração nas escolas primárias. A nossa escola progredia rapidamente, o que devemos em parte ao sistema fonético do professor mineiro Felisberto de Carvalho,⁵⁶ que introduzimos e defendemos malgrado a posição dos colégios, como o grande colégio alemão, cujo corpo docente defendia o sistema hoje arcaico, tendo nós de sustentar uma disputa pelo jornal alemão, *Der Beobachter* (O Observador), defendendo o nosso sistema. A escola, que começou com uma meia dúzia de alunos, acusou ao cabo de seis meses uma matrícula de mais de 120 alunos. (GROSS, 1996, p. 29,30).

Pelo relato acima, percebe-se que a escola se desenvolvia muito bem, pois o método usado era novidade, gerando resultados positivos, tanto em número quanto em qualidade. Mas, mesmo tendo um número significativo de alunos e um ensino inovador para a época, a situação financeira não permitia ter mais do que três professores, por isso, economicamente era difícil administrar a escola.

No início o colégio contava com o apoio de membros leigos da Igreja. Para garantir a eficiência do ensino, o Pastor Guilherme precisou contar com a ajuda do Professor Felisberto de Carvalho, de sua esposa Dona Maria e do Professor Vicente Schmidt (este último não era adventista e ficou pouco tempo na escola) (VIEIRA, 1995, p. 148). A situação financeira não era boa, tanto que um salário era dividido entre o casal Stein e o Professor Schmidt (este foi o único sobrevivente do naufrágio do navio Kuska, que afundou perto da Ilha do Mel quando morreram 400 pessoas).

⁵⁶ Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, notável educador, autor de obras didáticas, destacou-se no final do século passado como professor público da Província do Rio de Janeiro, tendo ocupado a cátedra de Português da Escola Normal daquela Província, da qual foi também diretor interino. Foi membro do Conselho de Instrução, e dentre suas publicações podem ser citadas os *Elementos da Gramática Portuguesa*, *Exercícios da Língua Portuguesa*, *Dicionário Gramatical* e *Exercícios de Estilo e Redação*. (VIEIRA, 1995, p. 149).

Em 1897, a escola estava progredindo bem e o Pastor Stein foi chamado para abrir uma outra escola em Gaspar Alto, por isso passou o seu cargo de diretor do Colégio Internacional para o Pastor Kramer, também alemão vindo de Hamburgo, ex-pastor batista e dono de uma das mais conceituadas farmácias de Curitiba



FIGURA 8 - Professor Pastor Kramer

Havia em 1898 uma grande escola concorrente do Colégio Internacional, a “Deutsche Schule”, Escola Alemã, a maior instituição particular de ensino da época e que ocupava um prédio grande, localizado a três quadras de onde funcionava a modesta Escola Adventista. Esta escola, anos mais tarde, desapareceu do cenário educacional sem deixar vestígio (GROSS, 1996, p. 32). Neste mesmo ano, 1898, houve um acréscimo nas matrículas, o que levou o colégio a mudar-se para um prédio maior, localizado na Av. Cândido de Abreu, praticamente na frente da poderosa “Deutsche Schule”. No mesmo local que funcionava a escola, residia o casal Kramer. ” (GROSS, 1996, p.45).



FIGURA 9 - Segundo Prédio do Colégio Internacional (Av. Cândido de Abreu)

O ano letivo de 1898 começou no prédio novo de dois andares situado na Av. Cândido de Abreu, com 36 alunos matriculados, ocasionando um declínio bastante significativo para a escola, que até então estava indo muito bem. Esse número de alunos matriculados chegou a subir para 70, mas ainda era muito pouco para continuar funcionando a contento. Esse declínio de matriculados foi devido à saída do professor Stein, que lecionava em português, ficando apenas os alunos que assistiam às classes em alemão. (GROSS, 1996, p. 46).

Já no ano seguinte, em 1899, o número de matriculados subiu para 130 e um número considerável de alunos ficou aguardando vagas para entrarem na Escola Internacional. Pelo número de alunos matriculados na escola e pelos relatos de Kramer, descritos no livro de Gross, verifica-se que os alunos que freqüentavam a escola eram na maioria filhos de pessoas pertencentes à sociedade curitibana não ligada à Igreja Adventista. Por isso, Kramer precisava de muita sabedoria e tato para alcançar os seus objetivos religiosos sem fazer proselitismo.

6

A partir dessa época o colégio experimentou um crescimento extraordinário. “As famílias mais ricas e tradicionais de Curitiba matricularam seus filhos na escola. As aulas continuaram sendo dadas em alemão, com três aulas semanais em português. Quem ensinava música era o Sr. Carlos Frank, famoso organista da catedral, considerado o melhor músico da cidade” (GROSS, 1996, p. 48).

Percebendo que a escola estava progredindo e sentindo a falta de recursos humanos para ajudar na expansão e continuidade da obra, o professor Kramer solicitou aos adventistas de Hamburgo, alguém para ajudar no ministério educacional no Brasil. Chega então, para esse fim, a família Ehlers e assume a direção do Colégio.

Os anos de experiências na área do ensino confessional, com princípios cristãos, demonstraram que o colégio era bem conceituado e, portanto, se tornou conhecido na cidade. Apesar de muitas das aulas continuarem sendo dadas em alemão e apenas três aulas semanais em português, o crescimento e popularidade tornava o Colégio Internacional uma boa opção educativa, não só para os filhos de imigrantes alemães como também para os curitibanos em geral e para os adventistas. Em 1901, Kramer, percebendo a necessidade de ampliar a escola, faz um terceira mudança. Alugou o Palacete Wolf⁵⁷.



FIGURA 10 - Palacete Wolf



FIGURA 11 -
Alunos e Professores (Palacete Wolf)

⁵⁷ O Palacete Wolf, era um prédio grande, localizado em um área nobre da cidade. Foi sede da prefeitura e Câmara Municipal em 1911-13. Também foi sede de duas escolas, o Parthenon Paranaense e o Colégio dos Franciscanos (GROSS, 1996, p. 53).

Na virada do século a comunidade adventista foi atingida por crises de ordens religiosas e financeiras. Não foi um momento próspero nem para a Igreja nem para o colégio, o qual não conseguiu conter a evasão de alunos e teve que, por volta de 1904, encerrar suas atividades educacionais. Por um período de 24 anos a educação dirigida pela comunidade adventista de Curitiba ficou em suspenso, aguardando melhores dias para retornar suas atividades na área do ensino secular.

No início do século XX, a Igreja já estava organizada, pois em 1915 foi inaugurado o templo da Primeira Igreja Central Adventista de Curitiba, na Rua Saldanha Marinho, 1.110. No prédio da Igreja havia salas para escritórios e também para aulas. Os líderes da Igreja começaram a se organizar para a reabertura da escola.

Em 1928 a escola já estava pronta para ser aberta novamente oferecendo à sociedade uma escola confessional com princípios cristãos baseados na filosofia adventista, com os mesmos ideais do início de sua fundação (1896), mas sem a característica étnica, ou seja a ênfase na língua e no método alemão. A escola passa a funcionar com o nome de “Escola Adventista Central” e até hoje continua prestando serviços de ordem educacional à sociedade curitibana.

Nos arquivos da secretaria do Colégio Curitibano Adventista de Curitiba, o Livro de Atas é o único documento que contém dados de alunos matriculados a partir de 1938. Neste livro aparece registrado o nome dos alunos matriculados em 1938, o local onde fizeram os exames e o resultado dos aprovados e reprovados. No prédio onde funcionava a Escola Adventista, na Rua Dr. Ermelindo de Leão, 170, todos os alunos foram submetidos a exames. Dos 14 alunos matriculados da 1ª à 4ª séries, 11 alunos foram reprovados. Mais da metade não conseguiram obter a aprovação. Não se tem informações seguras sobre o motivo de tais reprovações; deduz-se que mudanças ocorridas no currículo e também de professores tenham causado alguma defasagem no conteúdo. O exame era composto de provas orais e escritas e o professor responsável era Werner Weber. Os Inspetores Municipais do Ensino que aplicaram os exames foram: Antônio B. Fontoura e José Jaszerski. Essas provas eram realizadas de acordo com os

programas dos grupos escolares do estado do Paraná e seguiam uma rotina anual. No ano de 1944 foi realizado o primeiro exame para o quinto ano.

Em 1968 pelo registro do Livro Ata, a escola com o nome de Escola Adventista Carlos de Carvalho, realiza exames da 1^a à 5^a séries. Em 1967, de acordo com a Portaria que institui as normas para a apuração do rendimento escolar e avaliação do aproveitamento de alunos do primário, na 5^a série, 28 alunos foram aprovados nas provas de conhecimentos gerais, português e matemática.

Conforme o Livro Ata da Escola, em 1973 constam os nomes dos alunos matriculados que foram submetidos a exames. Nesta ocasião, sob a direção do Professor Nepomuceno S. de Abreu, a Escola Carlos de Carvalho ou Centro Educacional Adventista de Curitiba, como era chamada, recebeu uma comissão do Estado para regulamentar o currículo conforme consta no Artigo 7: em todas as séries foram incluídas as seguintes matérias: comunicação e expressão (português, música, educação física), introdução social (educação moral e cívica, estudos sociais, história e geografia), ciências (matemática, ciências, higiene, programa de saúde), instrução religiosa.

Em 1974 o Centro Educacional Adventista de Curitiba observou a reforma do ensino baseada na Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71, que instituiu o ensino de primeiro grau com oito séries. O antigo curso primário foi substituído pelo ginásial. A Escola Adventista enfrentou crise com a mudança, pois teve que se mudar dos fundos da Igreja para um espaço maior e fazer novos investimentos. Em 1975 a escola comemorou seus 80 anos de fundação com uma solenidade realizada na Igreja Central de Curitiba. Nesta ocasião o Professor Renato Gross era o diretor da escola.

Em 1981 foi adquirido um terreno na Rua Nilo Peçanha para a construção de uma nova escola, mas este novo empreendimento só foi possível em 1984. A inauguração do prédio do CCA (Colégio Curitiba Adventista) foi no dia 3 de setembro de 1989, com a presença do Pastor Enoch de Oliveira, Victor Griffs, Nevil Gorski, Cécil Feitosa e outros educadores e autoridades da IASD (Igreja Adventista do Sétimo Dia).

Os recursos para a construção vieram de várias fontes, dentre elas a Golden Cross, Divisão Sul-Americana, União Sul, e Igrejas locais, além de doações voluntárias de alguns membros das igrejas conforme consta no documento da Escola (Projeto Político Pedagógico).

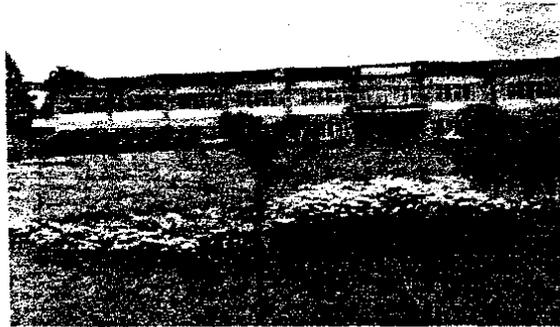


FIGURA 12 - Atual Colégio Curitibano Adventista de Curitiba

Desde o início, a Escola que funcionou em diversas localidades, era uma escola tipicamente de primeiro grau. Somente em 1989, já no prédio novo, é que foi iniciado o segundo grau, com a primeira. E em 1991, foi criado o Curso Técnico em Informática.

Desta forma, o ensino ministrado pelos adventistas tem se espalhado pelo Brasil. O objetivo da denominação é: em cada Igreja uma escola. Atualmente em Curitiba são nove escolas espalhadas por diversos bairros.

4.1.2.2. PRÁTICA PEDAGÓGICA

4. 1.2.2.1. FILOSOFIA

O Colégio Internacional era no início do seu funcionamento um colégio confessional étnico, procurou desenvolver suas atividades educacionais com base numa

filosofia cristã fundamentada nas Sagradas Escrituras e de acordo com a pedagogia adventista. Conforme relata Kramer: “Nossa escola abre-se em cânticos, orações e sempre que temos oportunidade, nós apontamos aos alunos as obras grandes e maravilhosas de um criador magnificante de tal forma que possamos implantar em seus corações, reverência a Ele (...). No sábado, dá-se instrução religiosa (Escola Sabatina)”. (GROSS, 1996, p. 48). Desta forma o objetivo da escola era cuidar dos aspectos culturais, morais e espirituais dos alunos, tendo cuidado para não impor a doutrina adventista. A escola era aberta para ambos os sexos.



FIGURA 13 - Alunos - Professores - Lema
" E serão todos ensinados por Deus"

Segundo Ellen White em seu livro “Educação”, “a verdadeira educação não consiste em forçar a instrução a um espírito não preparado e indócil. As faculdades mentais deverão ser despertadas e o interesse suscitado” (p. 41). White foi e continua sendo a principal educadora das escolas adventistas. Seus conselhos e princípios para a orientação dos professores, alunos e pais na educação dos filhos estão expressos em vários livros. Para ela o propósito da educação é:

Dar conhecimento e disciplina que leve ao melhor desenvolvimento do caráter, e habilite a alma para aquela vida que se mede pela vida de Deus. A eternidade não deve ficar fora de nossos cálculos. A mais elevada educação é aquela que ensina às nossas crianças e jovens a ciência do cristianismo, que lhes dê um conhecimento experimental dos caminhos

de Deus, e lhes comunique as lições que Cristo deu a seus discípulos, sobre o caráter paternal de Deus (White, p.41).

4.1.2.2.2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no ensino primário desta escola era diferente do que era realizada no ensino convencional. Como foi visto anteriormente, o professor Felisberto usava o sistema fonético para alfabetização, o qual surtia resultados positivos ao ponto de ser comparado com o de outras escolas.

De acordo com a foto abaixo do boletim de um ex-aluno do segundo ano primário, guardada com muito cuidado, verifica-se que no início das atividades escolares, o ensino praticado na escola era direcionado para as comunidades alemãs, pois o boletim é totalmente escrito em língua alemã e o professor também era alemão, mas ensinava em português. A metodologia usada na escola, principalmente pelos professores alemães, era de acordo com a prática desenvolvida na Alemanha, pois era o que sabiam aplicar.

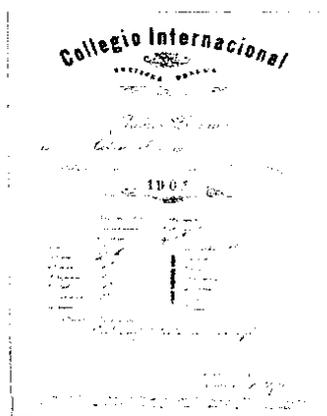


FIGURA 14 - Boletim de um ex-aluno de 1902

4.1.2.2.3. CURRÍCULO

Não existe nenhum documento contendo informações sobre o currículo utilizado no início do funcionamento do colégio, porém as disciplinas contidas no boletim de um ex-aluno datada de 1902 (conforme anexo), mostra que o currículo desta época era composto pelas seguintes matérias: leitura, escrita, matemática, português, alemão, caligrafia, geometria, física, (ciências), antropologia, canto e, como matéria especial, ensino religioso. Esta disciplina era dada no sábado e não era obrigatória a presença do aluno. Nota-se que o currículo era diversificado, continha as matérias exigidas pela Secretaria da Educação acrescidas das especiais que o colégio oferecia.

O calendário escolar seguia o regulamento estabelecido pela Secretaria de Educação da época, uma semana de cinco dias, deixando o sábado livre, mas a escola continuava suas atividades no sábado com as aulas de ensino religioso.

As atividades especiais como por exemplo: as de encerramento do ano letivo e outras comemorações de datas especiais, eram realizadas com muito preparo através da apresentação pelas crianças e com a presença dos pais. Algumas destas atividades extracurriculares eram apresentadas no Teatro Hauer da cidade. Uma maneira dinâmica de envolver pais, alunos e equipe técnica pedagógica do colégio.

4.1.2.2.4. CORPO DOCENTE

O corpo docente do Colégio Internacional, no início de sua existência, era composto pelo seu diretor, o Pastor Guilherme Stein Jr., sua esposa Maria Stein e o professor Vicente Schmitz como auxiliar; este era alemão mas não era adventista, ficou pouco tempo na escola. Guilherme Stein dirigiu a escola por um pouco mais de um ano e também logo deixou a cidade para abrir outra escola em Gaspar Alto. Ficou em seu lugar o Pastor Paul Kramer. Como o desenvolvimento do colégio estava indo bem era preciso mais pessoas para ajudar nas atividades docentes. Chega ao Brasil em 1898, vinda de

Hamburgo, a família de W. Ehlers para ajudar nos trabalhos da Igreja e trabalhar no Colégio. Foi um dos professores, em 1902, Emílio Hölze (GROSS, 1996, p.46, 56).

Após a reabertura da escola em 1928, uma sucessão de professores contribuíram para o progresso da mesma. Alguns eram alemães e outros brasileiros. Não se tem o currículo para saber sobre a formação pedagógica desses professores, mas percebe-se que os primeiros professores eram pastores de origem alemã e mesmo não tendo qualificação pedagógica, tinham condições para o ensino primário, pois tinham formação teológica e eram acostumados a ensinar em suas igrejas na Escola Bíblica Dominical, por isso tinham prática e experiência no ensino.

4.2. CARACTERÍSTICAS COMUNS ENTRE OS COLÉGIOS

São características comuns entre o Colégio Internacional e a Escola do Boqueirão:

- a) Ensino confessional étnico;
- b) Ênfase no ensino religioso conforme doutrinas peculiares de cada uma;
- c) Ênfase na língua alemã;
- d) Professores estrangeiros;
- e) O professor era também o pastor da comunidade;
- f) Havia disciplinas extracurriculares;
- g) Os alunos pertenciam à comunidade alemã, protestantes ou não;
- h) Ambos fecharam por um certo tempo;
- i) Ao reabrirem preservaram os ideais do início, porém com professores formados e brasileiros;
- j) Ambos evoluíram até atingir o ensino de segundo grau profissionalizante;
- k) Atualmente ambos são administrados pelas denominações afins;
- l) São Instituições sem fins lucrativos, podendo investir na melhoria e qualidade do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assuntos abordados neste trabalho são o resultado de uma pesquisa histórica, bibliográfica e de campo em que procurou-se resgatar, na história da educação paranaense e nos documentos de vários arquivos, como surgiram duas das escolas protestantes de origem étnica alemãs em Curitiba, o Colégio Internacional e a Escola do Boqueirão, e com que propósitos elas estabeleciam atividades educacionais.

Para tanto, procurou-se descrever os fatos e os acontecimentos de acordo com os registros contidos nos diversos documentos consultados, preservando, assim, parte da história das instituições religiosas que investiram na educação escolar em Curitiba e que ainda hoje continuam contribuindo para o progresso da cultura de nosso país.

Como foi visto anteriormente, a educação protestante foi uma conquista que começou com a vinda dos imigrantes americanos e europeus. No início da implantação das escolas protestantes no país, percebeu-se que elas não tiveram a mesma repercussão que as escolas católicas tiveram desde o período da colonização; pois estas sempre contavam com o apoio da Igreja e da sociedade que era predominantemente católica. Mas, à medida que o protestantismo foi se consolidando no Brasil, as escolas de origem protestante também foram ganhando destaque e competindo com as demais existentes na sociedade da época. Algumas dessas escolas foram e continuam sendo ponto de referência por oferecerem um ensino inovador e de qualidade. Dentre elas destacam-se o Colégio Mackenzie em São Paulo, o Colégio Granbery em Minas Gerais, Colégio Batista no Rio de Janeiro e outros espalhados por diversas regiões do Brasil.

Em Curitiba, no final do século XIX e início do XX, houve um período de expansão do ensino. Esse período foi favorável também para a implantação de escolas protestantes. Nesta ocasião muitos imigrantes europeus se estabeleceram na cidade e nos

arredores, tornando possível a abertura de escolas comunitárias de origem étnica, destacando-se as de origem alemã.

As escolas protestantes de origem alemã surgiram em Curitiba a partir da necessidade educacional que os grupos étnicos-religiosos tiveram ao se estabelecerem na cidade. A precariedade das escolas públicas, a dificuldade com a língua e o interesse em preservar as doutrinas peculiares de cada denominação, foram os fatores que mais motivaram as instituições religiosas a investirem na educação. A primeira comunidade protestante a abrir escola em Curitiba foi a luterana, com o Colégio Progresso, em 1869. Até hoje os luteranos oferecem à sociedade um ensino confessional atualizado e nos moldes dos princípios cristãos luteranos.

Em seguida, uma sucessão de escolas protestantes de origem americana e alemã surgiram, porém poucas continuaram funcionando, entre elas o Colégio Internacional e a Escola do Boqueirão. A primeira pertence à Igreja Adventista do Sétimo Dia e a outra à Igreja dos Irmãos Menonitas. Essas duas escolas foram selecionadas por fazerem parte do período estabelecido para a pesquisa, século XIX e início do XX, e por apresentarem características peculiares na educação protestante da época. Sobre elas chegou-se à seguinte conclusão:

A Igreja Adventista do Sétimo Dia, ao se estabelecer em Curitiba no final do século XIX, com interesse em preservar a vida religiosa de sua comunidade, bem como em expandir seus ideais, investiu na educação da seguinte forma: a). Através do ensino religioso, o qual era realizado aos sábados. Neste dia, as pessoas se reuniam em uma casa para culto, estudo bíblico e princípios doutrinários e, b). Através do ensino secular realizado na escola, por meio das atividades realizadas no Colégio Internacional, onde também o ensino religioso fazia parte do currículo mas de forma não obrigatória, tendo o cuidado de não fazer proselitismo.

Baseado nos conselhos de Ellen White, principal educadora da denominação, e na experiência realizada em outros países onde a instituição adventista vinha crescendo e se

desenvolvendo, o missionário responsável pelo trabalho em Curitiba seguiu o exemplo da maioria dos lugares onde existia trabalho adventista. Segundo seus líderes. “onde há um igreja também deverá haver uma escola”. Desta forma, investiram no ensino formal e religioso.

No início das atividades educacionais do Colégio Internacional, o número de alunos não era significativo, pois o grupo de pessoas pertencentes à comunidade adventista ainda era pequeno. Porém, o trabalho prosperou e foi estendido à sociedade em geral, ainda que a prioridade tenha continuado a ser dada aos filhos dos adventistas que moravam na cidade. Devido ao fato de que os primeiros diretores e professores eram de origem alemã, e conheciam bem a pedagogia daquele país, o programa de ensino era baseado na metodologia alemã. A maioria dos alunos que freqüentavam o colégio eram filhos de imigrantes alemães que não sabiam falar o português. A foto apresentada na p. 155, mostra o início das atividades no colégio, bem como o material didático que usavam e o lema do colégio escrito em alemão e português.

A princípio, o Colégio Internacional não tinha nenhuma ligação com a Igreja Adventista; foi fruto do trabalho voluntário do missionário alemão responsável pelo desenvolvimento do advento em Curitiba. O Pastor Stein por um ano dirigiu a escola juntamente com sua esposa e a ajuda de um professor que lecionava em português. Os três dividiam o salário para poderem continuar com as atividades na escola.

O interesse dos adventistas pela educação logo no início da implantação da igreja em Curitiba foi para evitar que as crianças, filhos de adventistas, sofressem algum tipo de preconceito por parte da sociedade, a qual era predominantemente católica, um cuidado que Ellen White procurava transmitir a seus irmãos na fé. Um outro fator que também contribuiu para que mantivessem interesse pela educação, foi a divulgação de literaturas religiosas. Depois de terem distribuído e divulgado vários tipos de literaturas religiosas, os colportores perceberam a necessidade de atingir uma população alfabetizada. Para tanto, aproveitaram o momento propício para a abertura de escolas fundando sua própria instituição de ensino secular, o Colégio Internacional, como era chamado na época.

Havia na cidade muitos imigrantes europeus que não tinham como oferecer estudos para seus filhos devido ao problema da língua e ao fato de que não haviam muitas escolas públicas para suprir esta necessidade. Eles almejavam uma educação nos moldes da que estavam acostumados na Alemanha. O Colégio Internacional era uma opção que lhes agradava. A questão religiosa foi sabiamente trabalhada na escola para não criar problemas para os que não professavam a mesma fé e doutrina. Unindo as duas coisas: a falta de escolas que ensinassem a estrangeiros e o interesse na evangelização, os adventistas investiram no ensino. Foram bem aceitos na cidade, prova disto foi a mudança de estabelecimento que tiveram que realizar várias vezes por falta de espaço. Sempre alugavam um prédio estratégico, central, onde as famílias mais conceituadas da sociedade tivessem facilidade para matricular seus filhos.

O Colégio Internacional começou a funcionar em 1896, as aulas eram dadas em alemão, apenas três vezes por semana tinham aulas de português ministradas por um professor brasileiro. Pelo fato de os líderes serem de origem alemã, a escola funcionava nos moldes da pedagogia alemã. O boletim de um ex-aluno (conforme foto apresentada na p. 155) comprova que a ênfase no início das atividades educacionais na escola era para a língua alemã. Até 1904 a direção da escola procurou preservar a língua e um programa de ensino baseado na educação alemã. Houve neste período adaptações de currículo, mudanças de professores e o apoio da Igreja.

Em 1904 a Igreja Adventista passou por crises de ordem financeira e religiosa atingindo, assim, o Colégio Internacional, o qual foi obrigado a encerrar suas atividades por não ter condições para continuar funcionando. Durante 24 anos o Colégio ficou fechado, mas a esperança de futuramente reabri-lo não estava descartada.

Em 1915, com a inauguração do primeiro templo da Igreja Adventista de Curitiba, renasce a possibilidade de reabertura do colégio. Nele foram projetadas salas de aulas para dar continuidade ao Colégio Internacional. Sob a direção da Igreja, em 1928, a escola reabre com o nome de Escola Adventista Central, preservando seus ideais doutrinários do início, mas sem vínculo com a língua alemã. O currículo foi totalmente

reformulado seguindo os parâmetros da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, com professores brasileiros, matrículas estendidas à sociedade da época, porém com prioridade para os filhos de adventistas.

Hoje a educação desenvolvida pelos adventistas continua tendo seu destaque na sociedade através do Colégio Curitiba Adventista, fruto do Colégio Internacional e por diversas escolas espalhadas pela cidade sob a liderança da comunidade adventista de Curitiba. A experiência do Colégio Internacional demonstrou que foi possível realizar uma educação protestante em meio a uma sociedade onde a maioria não professava a mesma fé e doutrina, mas que a educação da moral e dos princípios bíblicos podem ser desenvolvidos em qualquer pessoa, independentemente da sua religião, tendo em vista a formação integral do cidadão brasileiro. Desta forma os adventistas têm contribuído para a expansão da cultura e do conhecimento em nosso país através de suas várias escolas de ensino fundamental, médio e superior. Através do ensino superior eles preparam e qualificam pessoas para atuarem nas diversas áreas sociais onde desenvolvem atividades.

Com relação à Escola do Boqueirão, verificou-se que ela surgiu por iniciativa da própria comunidade étnica religiosa menonita, a qual era formada por um grupo de imigrantes protestantes alemães. Estes, ao se estabelecerem no bairro do Boqueirão, por volta de 1935 construíram uma pequena casa de madeira; nela morava o Sr. Henrich Loewen, que foi o primeiro professor da escolinha. Nesta casa se reuniam aos domingos para realizarem seus cultos. Um ano depois de estabelecidos na fazenda do Boqueirão, iniciaram as atividades educacionais nas dependências da residência do Sr. Loewen. A princípio a casa era usada para moradia, sala de aulas e salão de cultos.

Em uma pequena sala, o professor alemão recebia os alunos, filhos de imigrantes menonitas, e lhes ensinava na língua alemã matérias regulares do ensino secular e religioso. Reunia alunos das quatro séries em um só ambiente. Nesta humilde casa aconteceu o início da que hoje é chamada Escola Erasto Gaetner.

O interesse dos menonitas pela educação é uma questão de cultura, pois vieram de um país onde as relações sociais de produção estavam mais desenvolvidas. Acostumados a enviar seus filhos para a escola logo cedo e percebendo que onde estavam não havia escolas e nem era possível mandar suas crianças para estudarem no centro da cidade, devido à distância, abriram uma escolinha na residência do Sr. Loewen.

Na época havia liberdade para abrir escolas em qualquer lugar e não era exigida formação pedagógica comprovada, apenas um exame de aptidão. Em 1936, para suprir uma das necessidades dos imigrantes menonitas que moravam na colônia do Boqueirão, começaram as atividades na escola do Boqueirão.

Os fatores que mais influenciaram os menonitas a investirem no ensino logo que chegaram na cidade foram:

- a). A LÍNGUA: as crianças não sabiam falar em português, só em alemão e os pais não queriam que elas aprendessem outra língua para preservar a cultura de origem.
- b). ESCOLA: não havia escolas na comunidade e os imigrantes alemães valorizavam muito a sua cultura, a tradição e a religião. Por isso, cuidaram de manter o ensino nos padrões que conheciam na Alemanha.
- c). CUSTO: a maioria dos menonitas não podia pagar pelo estudo dos filhos, pois eram colonos recém chegados a uma terra estranha, moravam em pequenas colônias no bairro do Boqueirão, afastados do centro comercial de Curitiba. Por isso a comunidade sustentava a escola.

Desta forma, iniciaram as atividades na escola com um professor, que era russo e lecionava em alemão, utilizando os métodos que havia aprendido na Alemanha. No início a intenção de abrir a escola era apenas para suprir a necessidade educacional dos membros da comunidade menonita do Boqueirão. Durante dois anos a escola funcionou sob a liderança da Igreja dos Irmãos Menonitas de Curitiba. Em 1938 o Brasil estava vivendo em clima de prontidão em consequência das ameaças da guerra e da campanha de nacionalização que estava sendo desenvolvida em todo o território nacional. A escola,

por ser de origem estrangeira, não ficou de fora das perseguições e das duras fiscalizações. Por só ter professores estrangeiros e sem formação brasileira, foi notificada, sofreu a intervenção do governo e foi obrigada a fechar. Nesta ocasião muitas escolas estrangeiras foram fechadas e muitas crianças ficaram sem estudos. O governo mandou fechar as escolas nos núcleos de estrangeiros e não deu opção para os alunos continuarem os estudos em outras escolas, nem públicas e nem particulares. Os pais dos alunos que faziam parte da Escola do Boqueirão, que tinham melhores condições de vida e podiam oferecer uma educação paga, transferiram seus filhos para outros colégios como, por exemplo, o São José e o da Divina Providência. Os demais ficaram esperando uma oportunidade para continuar os estudos.

De 1938 a 1948, foram dez anos de espera em que os menonitas não puderam oferecer educação secular para sua comunidade. Neste período cuidaram de preparar a formação e qualificação de pessoas de suas próprias comunidades para dar continuidade às atividades da escola. Ao receber autorização, em 1948, para a reabertura da escola já podiam contar com a ajuda de professores formados no Brasil. Já havia passado o período de crise causado pela segunda guerra mundial.

Depois de dez anos fechada, a Escola do Boqueirão retornou às suas atividades seguindo as normas e as leis exigidas pela Secretaria da Educação da época. Porém continuou mantendo seus ideais doutrinários do início, bem como a preservação da língua e cultura alemãs. No currículo eram oferecidas aulas de inglês, francês e alemão. O alemão era dividido em dois níveis: o nível I para os que já conheciam a língua e o II para os que não sabiam nada. O ensino religioso também continuou sendo ensinado com base nas Escrituras Sagradas, a Bíblia, mas não era obrigatório.

A partir de 1953 a escola progrediu, criou-se o Ginásio e o Jardim de Infância. As matrículas aumentaram e cada vez mais as pessoas da comunidade que não eram de origem alemã foram fazendo parte da escola, porém a língua e as tradições alemãs continuaram fazendo parte das atividades pedagógicas.

Durante o período da segunda guerra mundial e das duras campanhas de nacionalização, as escolas estrangeiras de origem alemã foram as que mais sofreram, a Escola do Boqueirão teve suas atividades interrompidas por um longo tempo. As crianças, por serem loiras e de olhos azuis, eram discriminadas e algumas até perseguidas. Na Igreja, os imigrantes alemães não podiam realizar cultos em outro idioma que não fosse o português, o que os levou a criarem um dialeto e a aprenderem a língua oficial. As crianças, para não esquecerem a língua de origem, tinham aulas com um professor alemão aos sábados na residência do professor. Foi um período tenebroso para os imigrantes alemães. Não tiveram problemas com a religião, mas sofreram por serem alemães.

Apesar de a Escola do Boqueirão ter sido atingida diretamente pelas campanhas de nacionalização e de sofrer a intervenção do governo, conseguiu superar as dificuldades através da união e do apoio do grupo étnico-religioso.

Em 1956 a escola mudou o nome para Ginásio Erasto Gaertner. Este ginásio contribuiu para a formação moral e cultural de muitos jovens pertencentes à sociedade curitibana da época. Ao estudar sobre este colégio, foi possível verificar o progresso e a expansão da escola. Hoje, com uma área ampla e um espaço físico bem maior do que a escola tinha no início, e com o nome de Colégio Erasto Gaertner, ainda mantém os mesmos princípios doutrinários do início. Os professores são em grande parte membros da comunidade menonita, ou descendentes de alemães.

Com o interesse de preservar valores morais e princípios bíblicos para as crianças e adolescentes, procurando integrar a fé com o conhecimento científico, o Colégio Erasto Gaertner se tornou um exemplo de dedicação e perseverança na educação protestante de origem étnica alemã, e por não perder de vista a formação integral do cidadão brasileiro é uma instituição educacional de grande valor.

Concluindo podemos destacar as principais práticas pedagógicas realizadas pelas duas escolas.

- Uma filosofia com base nos princípios bíblico-doutrinários.
- De início, uma metodologia com ênfase nas escolas alemãs.
- Um currículo básico acrescido de algumas disciplinas peculiares, como educação religiosa, ginástica, música.
- Um corpo docente qualificado.

REFERÊNCIAS

ARNS, Frei João C. **Uma escola centenária em sua moldura histórica.** Gráfica e Editora Linarth, 1997.

ARANHA, Maria Lúcia A. **História da educação.** 1ª. ed., São Paulo: Moderna, 1989.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura, in a cultura brasileira.** Brasília Rio de Janeiro: Editora UNB/UFRJ, 1996.

_____. **A cultura brasileira.** 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

AULICH, Werner. **O Paraná e os alemães. Estudo caracterológico sobre os imigrantes germânicos.** Editado pelo Grupo étnico germânico do Paraná, Curitiba, 1953

BIGARELLA, João José. **Imigrante da Morávia no Paraná. De Römerstadt à Curityba (Saga dos Schaffer).** Guarapuava, UNICENTRO, 1998.

BALHANA, Altiva P. **Os imigrantes na formação histórica da sociedade brasileira.** Conselho de Pesquisas. Curitiba: UFPR, nº 2, 1961.

_____. **Campos Gerais estruturas agrárias.** Dep. de História da Faculdade de Filosofia da UFPR: Curitiba, 1968.

BOAVENTURA, Elias. **A educação metodista no Brasil, origem, evolução e ideologia.** Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1978. Dissertação de Mestrado - U.M. Piracicaba.

BUENO, Francisco da Silva. **Dicionário da língua portuguesa.** 11ª. ed. Rio de Janeiro FENAME, 1981.

CAMARGO, Cândido Procópio. **Católicos, protestantes e espíritas.** Petrópolis: Vozes, 1974.

CRABTREE, A.R. **História dos Batistas no Brasil até o Ano de 1906.** V. I Rio de Janeiro. Casa Publicadora Batista, 1937.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil - 1808 -1824** São Paulo: Instituto Hans Staden, São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais, 1974.

GIRALDELLI, Paulo Jr. **História da educação**. São Paulo, Cortez, 1994.

GROSS, Renato. **Colégio Internacional de Curitiba. Uma história de fé e pioneirismo**. Rio de Janeiro, Collins, 1996.

HEISLER, Alfredo. **Apontamentos históricos sobre a imigração alemã no Estado do Paraná (1829 -1929)**. In **os alemães nos estados do Paraná e Santa Catarina em comemoração ao primeiro centenário de sua entrada nos estados do Sul do Brasil - 1829 -1929**. Curitiba: Editora Olivero, 1929.

HELMUTH, Abeck. **A colaboração germânica no Paraná nos últimos 50 anos: 1929 1979**. Curitiba: CRM, 1980.

História do Paraná. Grafipar, Gráfica Editora Paraná Cultural Ltda, V.4.

HOERNER, Junior Valério. **Curitiba 1900**. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. 1984

IANNI, Octávio, in WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 1968.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Problema da Educação Brasileira e Paranaense**. Curitiba: Paraná, 1970.

LAVALLE, Aida Mansani. **Germania - Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa**. Centro de Publicações - UEPG, Ponta Grossa, 1996.

LÉONARD, Émile Guilherme. **O protestantismo brasileiro; um estudo de eclesiologia e de história social**. 2ª. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1981.

MACHADO, Lia Zanota. **Estado, escola e ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACHADO, Pinheiro. **Brasil. A economia provincial: in história do Paraná**. Nº I, Curitiba: Grafipar, 1969.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**. São Paulo: Ed. Anhembil Ltda, 1955.

MARTINS, Jaziel G. **Seitas e heresias do nosso tempo**. Curitiba: A .D.Santos Edit1998

MAUCH, Cláudia e VASCONCELOS, Nanci. **Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso.** Juiz de Fora, EDUFJF, São Bernardo do Campo: Editero, 1994.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. **O celeste porvir. A inserção do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

MAXWELL, C. Mervyn. **História do Adventismo.** São Paulo: Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1982.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho.** Curitiba: Editora UFPR, 1997.

MULLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e imigração alemã.** São Leopoldo, Editora UNISINOS, 1994.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Os alemães no Paraná.** Palestra realizada em 1980.

_____. **História da imigração alemã do Clube Concórdia.** Edição do Clube, comemorativo do centenário. Curitiba, 1969

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU, 1974.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história. 1500-2000.** São Paulo Melhoramentos, 1989.

PEREIRA, J. Reis. **História dos batistas no Brasil (1882 – 1982).** Rio de Janeiro, JUERP, 1982

PINHEIRO, Luiz Adolfo. **A consciência nacionalista.** Editora de Brasília. CDU, Brasília, 1971.

RANZI, S.F.M. **Alemães católicos – um estudo comparativo de famílias em Curitiba (1850 – 1919).** Curitiba, 1996. Tese de Doutorado, UFPR.

RAMALHO, Jether Pereira. **Prática educativa e sociedade: um estudo de sociologia da educação.** Rio de Janeiro, ZAHAR Editores, 1976.

Revista da Associação Paranaense de História, no. 14,15, dezembro de 1987.

REILY, Ducan, Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Aste, 1993.

FONTES DOCUMENTAIS

- Boletim Informativo** – Casa Romário Martins.
- Edição Comemorativa aos 75 anos da Primeira Igreja Batista de Curitiba.** 1914 – 1989.
- Fundação Educacional Menonita.** Histórico. 1994.
- Jornal. Bibel und Pflug.** Colégio Erasto Gaertner – 60 anos. No. 6, junho, 1996.
- Jornal. Estado do Paraná.** De 23 de janeiro de 1972.
- Jornal. Gazeta do Povo.** Do dia 25 de julho de 1994.
- Histórico do Colégio Erasto Gaertner.** Projeto Político Pedagógico. 1994.
- Livro Ata** da Primeira Igreja Presbiteriana de Curitiba.
- Livro de Atas** do Colégio Erasto Gaertner. 1950.
- Livro de Atas** do Colégio Curitibano Adventista de Curitiba. 1940-1974.
- Documentos de Arquivos da Secretaria do Colégio Martinus.
- Leis, Decretos, Regulamentos do Estado do Paraná de 1899, 1907, 1911.**
Biblioteca Pública do Paraná.
- Paraná. **Relatórios de Governo de 1903.** Biblioteca Pública do Paraná.
- Paraná. **Relatório de Governo.** Curitiba, TYP. da Penitenciária do Estado, 1920 e 1921. DEP.
- Paraná. **Relatórios de Governo, 1924.** Biblioteca Pública do Paraná.
- Relatório – Menonitas no Brasil, 1965.**
- Relatório Estadual do Período de 1984/1990** – da Igreja Adventista Central de Curitiba.